



Secretaria-Geral da Presidência da República
Secretaria Nacional de Juventude

CONJUVE
CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE

REFLEXÕES SOBRE
A POLÍTICA NACIONAL
DE JUVENTUDE
2003-2010

MARÇO/2011

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Dilma Rousseff

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Gilberto Carvalho

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE

Severine Carmem Macedo

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE

Gabriel Medina (Presidente)

Ângela Cristina Santos Guimarães (Vice-Presidente)

José Eduardo de Andrade (Secretário Executivo)

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

Secretaria-Geral da Presidência da República:

Ângela Cristina Santos Guimarães

Ministério da Educação:

Misiara Cristina Oliveira, titular;

Bárbara da Silva Rosa, suplente;

Ministério do Trabalho e Emprego:

José Geraldo Machado Júnior, titular;

Diego Gomes Mesquita, suplente;

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome:

Alexandre Valle dos Reis, titular;

Alexandro Ferreira da Silva, suplente;

Ministério da Saúde:

Thereza de Lamare Franco Netto, titular;

Lilian Cherulli de Cravalho, suplente;

Ministério da Ciência e Tecnologia:

Giane Naves Emerick, titular;

Eliane Ferreira da Silva, suplente;

Ministério da Cultura:

Juana Nunes Pereira, titular;

Gildo Joaquim Alves de Aguiar Rego, suplente;

Ministério da Defesa:

Larissa Israel Macedo de Oliveira, titular;

Sérgio dos Santos Bolssoni, suplente;

Ministério do Desenvolvimento Agrário:

Fabiano Kempfer, titular;

Raquel Santori, suplente;

Ministério do Esporte:

Danielle F. dos Santos Gruneich, titular;

Ivana Cristina Melo de Moura Severo, suplente;

Ministério do Meio Ambiente:

Adriane Cristine Rodrigues Goldoni, titular;

Aida Maria Farias da Silva, suplente;

Ministério da Justiça:

Guilherme Zambarda Leonardi, titular;

Suelen da Silva Sales, suplente;

Ministério do Turismo:

Maria Aurélia de Sá Pinto, titular;

Cíntia Santana Pires de Sabóia, suplente;

Secretaria de Políticas para as Mulheres:

Luciana Mandelli, titular;

Gabriel Parente, suplente;

Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial:

Luiz Barcelos, titular;

Cassi Ladi Reis Coutinho, suplente;

Secretaria de Direitos Humanos:

João Alves de Souza Júnior, titular;

Gabriel Silva Ribeiro, suplente;

Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas –

SENAD/MJ:

Carla Dal Bosco, titular;

Aldo da Costa Azevedo, suplente

REPRESENTANTES DOS PODERES PÚBLICOS ESTADUAL, MUNICIPAL
OU DO DISTRITO FEDERAL E LEGISLATIVO FEDERAL:

Fórum Nacional de Secretários e Gestores Estaduais de Juventude: Ismênio Bezerra, Titular;	Associação Brasileira de Municípios - ABM José Carlos Rassier, suplente
Frente Nacional de Prefeitos - FNP/Fórum Nacional de Gestores Municipais de Juventude: Anísio dos Santos Freitas, titular;	Frente Parlamentar de Políticas de Juventude da Câmara dos Deputados: Deputado Federal Wilson Filho, titular;
	União Nacional dos Legislativos Estaduais - Unale: Deputado Estadual Roberto Raniery de Aquino Paulino, suplente

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

MOVIMENTOS JUVENIS

Associação Nacional de Pós-Graduandos - ANPG:

Elisângela Lizardo de Oliveira, titular;
Hugo Valadares Siqueira, suplente;

Confederação Brasileira de Empresas Juniores - Brasil Júnior:

Rodrigo Ricardo Ramalho, titular;

Confederação Nacional dos Jovens Empresários - CONAJE:

Edmar Lorencini dos Anjos, suplente;

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG:

Maria Elenice Anastácio, titular;
Eryka Danyelle Silva Galindo, suplente;

Centro Universitário de Cultura e Arte - CUCA:

Alexandre de Souza Santini Rodrigues, titular;
Fabrício Solagna, suplente;

Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar – FETRAF/Brasil:

Eliane de Sousa Oliveira, titular;
Maria Josana de Lima, suplente;

Nação Hip Hop Brasil:

Fabrício Lopes da Silva, titular;
Agnaldo Munhoz de Camargo, suplente;

União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES:

Yann Evanovick Leitão Furtado, titular;
Rafael Luiz Clabonde, suplente;

União Nacional dos Estudantes - UNE:

Augusto Canizella Chagas, titular;
Marcela Cardoso Rodrigues, suplente;

União Brasileira de Mulheres - UBM:

Paula Costa Rego Falbo, titular;
Mariana de Rossi Venturini, suplente;

Confederação das Mulheres do Brasil - CMB:

Karina Sampaio da Silva, titular;
Carolina Teixeira Alencar, suplente.

Coletivo de Entidades Negras - CEN:

Lílian Oliveira Guimarães, titular;

União de Negros pela Igualdade – Unegro:

suplente;

Coordenação Nacional de Entidades Negras – CONEN:

Danilo de Souza Moraes, titular;

Fórum Nacional de Juventude Negra – Fonajune:

Lorena Galvão Gaioso, suplente;

Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT:

Alessandro Melchior Rodrigues, titular;

Grupo E-jovem de Adolescentes Gays, Lésbicas e Aliados:

Chesler Moreira, suplente;

União dos Escoteiros do Brasil – UEB:

Antonio Felipe de Almeida Gonçalves, titular;

Rede de Juventude pelo Meio Ambiente – Rejuma:

Thiago Alexandre Moraes, suplente;

Central de Movimentos Populares – CMP:

José Cristiano Lima Pereira, titular;

Confederação Nacional de Associação de Moradores – CONAM:

Marceone Rodrigues Oliveira, suplente;

Juventude do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – JPMDB:

Marc Emmanuel Mendes Marcelino de Souza, titular;

Juventude Socialista do Partido Democrático Trabalhista – JS/PDT:

Darcy Vieira Gomes, suplente;

Juventude do Partido dos Trabalhadores - JPT:

Murilo Parrino Amatneeks, titular;

Juventude Socialista Brasileira – JSB:

Joubert Fonseca de Andrade, suplente;

Aliança Bíblica Universitária do Brasil – ABUB:

Pedro Fornaciari Grabois, titular;
Márcia Brandão Rodrigues Aguiar, suplente;

Pastoral da Juventude - PJ:

Alexandre Piero, titular;

Juventude Batista Brasileira – JUMOC:

Sérgio Pimentel de Freitas, suplente;

Central Única dos Trabalhadores - CUT:

Rosana Sousa de Deus, titular;

Paulo de Souza Bezerra, suplente;

Central Geral dos Trabalhadores do Brasil - CGTB:

Maurício Ferreira Silva, titular;

Força Sindical:

Emerson Silva Gomes, suplente

Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil - CTB:

Paulo Vinícius Santos da Silva, titular;

União Geral dos Trabalhadores – UGT:

João Marcos Pereira Vidal, suplente;

Rede de Jovens do Nordeste - RJNE:

Hélio Silva Barbosa, titular;

Rede Sou de Atitude:

Karlos Rikaryo Mourão Pinheiro, suplente;

Articulação Brasileira de Lésbicas:

Danielle da Silva Santa Brígida, titular;

Articulação Política de Juventudes Negras – APJN/Brasil:

Samoury Mugabe Ferreira Barbosa, suplente;

Fórum Brasileiro de ONG's e Movimentos Sociais – FBOMS:

Fernanda Rodrigues Machado Farias, titular;

Fórum Nacional de Movimentos e Organizações de Juventude – FONAJUVES:

Gabriel Medina de Toledo, suplente;

Rede Fale:

Maxlander Dias Gonçalves, titular;

Rede Ecumênica de Juventude – REJU:

Tatiana Fátima Ribeiro, suplente;

Instituto de Juventude Contemporânea – IJC:

David Barros, titular;

Associação de Desenvolvimento Econômico e Social as Famílias – ADESAF:

Fernanda Adelaide Gouveia, suplente;

ENTIDADES DE APOIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE:

Centro Popular de Cultura 8 de Março:

Gabriel Lischinsky Alves dos Santos, titular;

Instituto Imagem e Cidadania:

Marjorie de Almeida Botelho, suplente;

Instituto Paulo Freire - IPF:

Káthia Sabrina Dudyk, titular;

Instituto Aliança com o Adolescente:

Rebeca Ribas Bulhosa, suplente;

Centro de Apoio às Mães de Portadores de Deficiência - CAMPE:

Antonio David Sousa de Almeida, titular;

Escola de Gente Comunicação em Inclusão:

Danielle Carvalho Basto Quaresma, suplente;

Centro de Estudos e Memória da Juventude – CEMJ:

Euzébio Jorge Silveira de Sousa, titular;

Atletas pela Cidadania:

suplente;

Revista Viração:

Vânia Aparecida Araújo Correia, titular;

Cipó – Comunicação Interativa:

Nilton dos Santos Lopes Filho, suplente;

Grupo de Institutos e Fundações e Empresas - GIFE:

Carlos Alberto Cinelli Barretto Barboza, titular;

Comunidade Empreendedores de Sonhos:

Josbertini Virginio Clementino, suplente;

Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas – IBASE:

Patrícia Lânes Araújo, titular;

Instituto Pólis:

Gerson Sérgio Brandão Sampaio, suplente;

Aracati – Agência de Mobilização Social:

Luciana Doll Martinelli, titular;

Universidade da Juventude - UNIJUV:

Alessandro Lufty Ponce de Leon, suplente;

Associação Raízes da Tradição:

Ana Paula Mendes Gomes, titular;

Adriana de Souza Machado, suplente;

Congresso Nacional Afro-Brasileiro – CNAB:

Gilson da Cruz Rodrigues, titular;

Larissa Monteiro Silveira dos Santos, suplente;

Associação Cultural de Preservação do Patrimônio

Bantu – ACBANTU:

Sidnei de Argolo da Silva, titular;

Nadjara Jesus da Silva, suplente;

Canto Jovem:

André Sobrinho, titular;

Centro de Promoção da Saúde - CEDAPS:

Fransérgio Goulart de Oliveira, suplente;

Viva Rio:

Pedro Vicente Canesin Bittencourt, titular;

Ágere – Cooperação em Advocacy:

Iradj Roberto Eghrari, suplente;

REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE JUVENTUDE

Coordenação geral:

Josbertini Clementino – Comunidade Empreendedores de Sonhos

Consultoria:

Camila do Carmo Said

Coordenação da elaboração do documento final:

Danielle Basto - Escola de Gente – Comunicação em Inclusão

Marjorie de Almeida Botelho - Instituto Imagem e Cidadania

Rebeca Ribas – Instituto Aliança

Colaboração na revisão final do documento:

André Luiz da Silva Sobrinho (Canto Jovem)

Fransérgio Goulart de Oliveira Silva (CEDAPS – Centro de Promoção da Saúde)

Iradj Roberto Eghrari (Ágere – Cooperação em Advocacy)

Josbertini Clementino (Comunidade Empreendedores de Sonhos)

Patrícia Lânes Araújo (IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Estatísticas)

Paulo Vinícius (CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil)

Design gráfico

Gerson Sergio Brandão Sampaio (Instituto Pólis)

Aline Magalhães Soares

Coordenação das oficinas:

Danielle Basto - Escola de Gente – Comunicação em Inclusão

Marjorie de Almeida Botelho - Instituto Imagem e Cidadania

Rebeca Ribas – Instituto Aliança

Mediadores das oficinas:

- Cultura - Gabriel Lischinsky Alves dos Santos (Centro Popular de Cultura 8 de março) e Danielle Basto (Escola de Gente – Comunicação em Inclusão)
- Educação - Eryka Danyelle Silva Galindo (CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura)
- Esporte e Lazer - Fransérgio Goulart de Oliveira Silva (CEDAPS – Centro de Promoção da Saúde)
- Institucionalização das Políticas Públicas de Juventude - Josbertini Clementino (Comunidade Empreendedores de Sonhos)
- Meio Ambiente - Fransérgio Goulart de Oliveira Silva (CEDAPS – Centro de Promoção da Saúde)
- Participação - Félix Aureliano da Silva (Fórum Nacional de Gestores) e Rebeca Ribas (Instituto Aliança)
- Saúde - André Sobrinho (Canto Jovem) e Fransérgio Goulart de Oliveira Silva (CEDAPS – Centro de Promoção de Saúde)
- Tecnologias da Informação e Comunicação - Nilton Lopes (CIPÓ – Comunicação Interativa)

- Trabalho - Paulo Vinícius (CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil) e Rosana Sousa de Deus (CUT – Central Única dos Trabalhadores)
- Vida Segura - Iradj Roberto Eghrari (Ágere – Cooperação em Advocacy) e Fransérgio Goulart de Oliveira Silva (CEDAPS – Centro de Promoção da Saúde)

Equipe de apoio – Secretaria Nacional de Juventude:

Ana Cristina Gonçalves
Edinaldo Pereira Braga
José Eduardo de Andrade
Jussara Alves de Assis
Michele Santos da Silva
Sinval Pereira Rodrigues

Revisão Secretaria Nacional de Juventude:

José Eduardo de Andrade

Revisão Secretaria-Geral da Presidência da República:

Janaína Santos
Adriana Matta de Castro
Frances Mary Coelho da Silva
Aline Magalhães Soares

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
AGRADECIMENTOS	12
INTRODUÇÃO	13
Metodologia	14
- Foco e princípios	
- Estratégias	
- Sucessos e fragilidades do percurso	
Horizonte conceitual	17
Contextualização histórica das políticas públicas de juventude no Brasil	19
CAPÍTULO 1 – DESENVOLVIMENTO INTEGRAL	25
1.1. As políticas públicas de educação e a juventude	27
- Os programas levantados	
- Uma análise sobre as ações desenvolvidas	
- Recomendações para uma Política Pública de Juventude e Educação	
1.2. As políticas públicas de trabalho e a juventude	37
- Os programas levantados	
- Uma análise sobre as ações desenvolvidas	
- Recomendações para uma Política Pública de Juventude e Trabalho	
1.3. As políticas públicas de cultura e a juventude	47
- Os programas levantados	
- Uma análise sobre as ações desenvolvidas	
- Recomendações para uma Política Pública de Juventude e Cultura	
1.4. As políticas públicas de comunicação e a juventude	53
- Os programas levantados	
- Uma análise sobre as ações desenvolvidas	
- Recomendações para uma Política Pública de Juventude e Comunicação	
1.5. Um balanço da atuação governamental no eixo do Desenvolvimento Integral	56
CAPÍTULO 2 – QUALIDADE DE VIDA: meio ambiente, saúde, esporte e lazer	57
2.1. As políticas públicas de esporte e lazer e a juventude	58
- Os programas levantados	
- Uma análise sobre as ações desenvolvidas	
- Recomendações para uma Política Pública de Juventude e de Esporte e Lazer	

2.2. As políticas públicas de meio ambiente e a juventude	64
- Os programas levantados	
- Uma análise sobre as ações desenvolvidas	
- Recomendações para uma Política Pública de Juventude e Meio Ambiente	
2.3. As políticas públicas de saúde e a juventude	69
- Os programas levantados	
- Uma análise sobre as ações desenvolvidas	
- Recomendações para uma Política Pública de Juventude e Saúde	
2.4. Um balanço da atuação governamental no eixo da Qualidade de Vida	81
CAPÍTULO 3 – VIDA SEGURA: valorização da diversidade e respeito aos direitos humanos... 82	
3.1. As políticas públicas de vida segura e a juventude	85
- Os programas levantados	
- Uma análise sobre as ações desenvolvidas	
- Recomendações para uma Política Pública de Juventude e Vida Segura	
CAPÍTULO 4 – A DIMENSÃO DA PARTICIPAÇÃO E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE	94
4.1. A participação juvenil	95
4.1.1. O olhar da Política Nacional de Juventude sobre a participação juvenil	95
- Recomendações para uma Política Pública de Juventude que contemple a dimensão da participação	
4.2. A institucionalização das políticas públicas de juventude	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	104
ANEXOS.....	107

DIREITO À ACESSIBILIDADE

Caro leitor,

Avise às pessoas cegas, com baixa visão ou analfabetas que, de acordo com o Decreto Federal nº5296/04, o Conselho Nacional de Juventude disponibiliza o conteúdo desta obra nos seguintes formatos: em Word, Open Doc e PDF no site do Conjuve.

LINGUAGEM DE GÊNERO

Uma das principais preocupações deste documento é o uso de linguagem inclusiva. Porém, com o intuito de preservar a fluidez da leitura e evitar a sobrecarga gráfica optou-se pelo emprego masculino genérico. Todas as menções estão representadas tanto no masculino como no feminino.

APRESENTAÇÃO

Criado em 2005, o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), órgão articulado à Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República, tem como uma de suas finalidades principais propor estratégias de acompanhamento e avaliação e diretrizes para a promoção de políticas públicas de juventude no Brasil.

Para dar conta dessa missão, em 2006 o Conjuve elaborou o documento *Política Nacional de Juventude – Diretrizes e Perspectivas*, com o objetivo de orientar a construção das políticas desenvolvidas para a juventude no Brasil.

A partir daí, o desafio do Conjuve se concentrou no monitoramento da ação governamental, assumido pela Comissão de Acompanhamento de Políticas e Programas (CAPP), que reúne representantes do poder público e da sociedade civil. A primeira iniciativa de sistematização das discussões do Conselho feita pela Comissão se deu em 2009, com a produção do *Recomendações do Conselho Nacional de Juventude ao Governo Federal*, que apresenta um panorama de alguns programas direcionados à juventude, focando principalmente no Projovem, implementado em 2005.

Nesse sentido, em 2010, em vista do contexto de encerramento do governo (2003-2010), a CAPP definiu como ação prioritária a realização de um balanço das políticas de juventude desenvolvidas nesse período. A intenção, naquele momento, era apresentar subsídios aos novos gestores dos governos federal e estaduais, bem como aos debates que ocorrerão no âmbito das etapas da 2ª Conferência Nacional de Juventude, em 2011.

Para tanto, a comissão realizou um intenso processo de reflexão e pesquisa, que envolveu gestores públicos, especialistas, conselheiros nacionais e representantes da sociedade civil, cujo resultado agora é compartilhado neste documento. Além de revisitar a situação de serviços, programas e projetos direcionados aos jovens, ele contém uma série de recomendações para aperfeiçoamento das políticas de juventude no Brasil, que traduzem a visão e as demandas dos diferentes segmentos representados no Conjuve.

Não era possível realizar uma análise técnica aprofundada, tampouco de abarcar todo o conjunto dos programas executados, mas de apresentar um olhar político em torno das iniciativas mais expressivas, que não é conclusivo, mas que deve ser provocador de novas reflexões, tanto no âmbito do poder público, como da sociedade civil.

Espera-se que este documento contribua para a construção de um caminho mais consistente de monitoramento de programas e políticas destinados ao público jovem e que ele sirva de ferramenta para atuação dos conselhos de juventude espalhados pelo país, colaborando com o avanço das políticas públicas de juventude nos Ministérios e no conjunto do governo.

AGRADECIMENTOS

A elaboração deste documento não teria sido possível se não fosse pelo compromisso de pessoas e organizações, as quais o Conselho Nacional de Juventude não pode deixar de render um agradecimento especial:

- A todos os participantes das oficinas temáticas, que se disponibilizaram a confrontar diferentes olhares sobre as políticas públicas de juventude de maneira absolutamente construtiva e profunda;
- À Ágere – Cooperação em Advocacy e à Fundación Avina, que tão generosamente permitiram a utilização de dados preciosos sobre a execução do orçamento destinado à juventude por eles recentemente publicados;
- Ao Instituto de Estudos e Pesquisas Aplicadas (IPEA), que acompanhou a Comissão durante a jornada de debates, trazendo contribuições valiosas e cujas publicações foram fontes primordiais de conteúdo;
- À consultora Camila do Carmo Said, que aceitou o desafio de garimpar as informações e dar corpo aos inúmeros debates realizados pela Comissão, com um envolvimento muito maior do que a sua tarefa exigia. Finalmente, a todos que atuaram no aprimoramento e na conclusão deste documento, que é resultado de diferentes experiências, mas de um mesmo compromisso com a melhoria da qualidade de vida dos jovens no Brasil.



INTRODUÇÃO

Para melhor contextualizar o presente documento, é necessário fazer uma breve descrição das opções metodológicas, bem como de alguns conceitos e princípios fundamentais para a compreensão do conteúdo abordado.

METODOLOGIA

• Foco e princípios

O ponto de partida foi a definição de alguns princípios básicos e o foco que definiram o rumo das estratégias adotadas pela Comissão e os limites para a análise realizada:

- Foi considerado o período entre 2003 e 2010 e incluídos os principais programas e serviços desenvolvidos, mesmo os iniciados em gestões anteriores;
- Buscou-se, primordialmente, analisar os programas que são destinados ao segmento juvenil (população entre 15 e 29 anos), mas também foram incluídos os que atingem apenas indiretamente a juventude e os que, apesar de atenderem diretamente, não foram planejados com este fim;
- Ao longo da análise, houve uma tentativa de tratar a juventude, levando em conta suas diversidades e desigualdades, incluindo as relações entre as dimensões históricas, sociais, biológicas e culturais que integram as categorias de idade;
- A participação e a observação da execução do orçamento público foram dimensões presentes em todos os eixos analisados;
- A análise partiu das mesmas categorias abordadas no documento *Política Nacional de Juventude – Diretrizes e Perspectivas (PNJDP¹)* criadas a partir da articulação de temas que contemplam três importantes dimensões da vida dos jovens, a saber: Desenvolvimento Integral (educação, trabalho, cultura e tecnologias da informação e comunicação); Qualidade de Vida (saúde, meio ambiente e esporte e lazer) e Direitos Humanos e Vida Segura (que se refere à universalidade dos direitos humanos e à valorização da diversidade). Manteve-se a preocupação em realizar uma reflexão que considerasse a integralidade do jovem, preservando ao mesmo tempo a divisão temática para facilitar a compreensão e o levantamento de informações;
- Também serviram de parâmetro as 22 prioridades estabelecidas na 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, realizada em abril de 2008. Neste caso, a intenção não foi necessariamente fazer um balanço do que já havia sido implementado, já que eram proposições recentes, mas fazer um diálogo do que foi proposto pelos cerca de 400.000 participantes envolvidos nas etapas da Conferência.

¹ Para facilitar a fluidez do texto, o documento *Política Nacional de Juventude: Diretrizes e Perspectivas* será mencionado sempre através da sigla PNJDP.

- **Estratégias**

Passo 1 – Definição dos temas

Para cada eixo, foram listados tópicos para discussão, tomando como referência o PNJDP e outros temas levantados pelos conselheiros (vide Anexo I).

Passo 2 – Oficinas

Para realizar o primeiro levantamento de informações e disparar o processo de reflexão sobre os temas e tópicos elencados, foram realizadas dez oficinas² entre 13 e 23 de setembro de 2010. Cada encontro abordou um tema, teve duração de quatro ou oito horas e contou com 15 participantes – representantes governamentais e da sociedade civil, conselheiros e especialistas – convidados pela Comissão e apoio de uma consultora responsável pelo registro do debate³. As oficinas envolveram mais de 100 participantes e se constituíram num espaço de diálogo importante entre os atores presentes, sobretudo entre os representantes do poder público e da sociedade civil, que refletiram sobre os avanços e desafios e sugeriram recomendações para qualificarem as políticas públicas de juventude.

Passo 3 – Levantamento

As informações coletadas nas oficinas foram complementadas pela consultora com a leitura de algumas publicações e pesquisa em sites e documentos oficiais relacionados aos programas em análise destinados ou de interface com a juventude.

Entre as referências utilizadas, vale um destaque especial para:

- *Política Nacional de Juventude – Diretrizes e Perspectivas*, 2006;
- *Recomendações do Conselho Nacional de Juventude ao Governo Federal, 2009/2010*;⁴
- *Orçamento Juventude 2003-2010: uma proposta metodológica para o controle social das políticas públicas de juventude* - estudo sobre o orçamento destinado à juventude publicado recentemente pela Ágere – Cooperação em Advocacy, organização integrante da CAPP, em parceria com a Fundación Avina;
- *Juventude e Políticas Sociais no Brasil* - produzido pelo IPEA em 2009, reúne textos que apresentam reflexão sobre as ações implementadas pelo governo federal na agenda das políticas públicas de corte social, relacionadas à juventude;
- *Caderno de Resoluções da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude* - apresenta as 70 resoluções e as 22 prioridades aprovadas. A Conferência, organizada pela Secretaria Nacional de Juventude e pelo Conselho Nacional de Juventude,

² Os temas escolhidos foram: educação, trabalho, cultura, tecnologias de informação e comunicação, esporte, saúde, meio ambiente, vida segura, participação e institucionalização das políticas públicas de juventude.

³ Após a realização de todas as oficinas, os registros foram sistematizados e reunidos num documento único, que consiste a primeira etapa da consultoria contratada. Este documento não será publicado, mas pode ser disponibilizado pelo Conjuve para quem tiver interesse.

⁴ Além do Projovem Integrado, o documento também traz recomendações sobre o ProUni, o Pronasci (Protejo), o Saúde do Jovem e Adolescente, o Segundo Tempo (Adolescente) e os Pontos de Cultura.

aconteceu em maio de 2008, envolvendo 400 mil participantes em etapas preparatórias por o todo país e 2500 delegados em sua etapa nacional.

Passo 4 – Elaboração do documento final

O documento técnico elaborado pela consultora e posteriormente debatido pela Comissão. Este primeiro texto sofreu inúmeras contribuições dos conselheiros governamentais e da sociedade civil, que ajudaram na busca de informações, no alinhamento de alguns conceitos utilizados e também na qualidade das análises realizadas.

A versão final tem estrutura semelhante ao PNJDP, mas inclui um novo eixo que constitui o quarto capítulo “Participação e Institucionalização das Políticas Públicas de Juventude”, dada a importância que estes temas ganharam no cenário atual e, conseqüentemente, no debate da Comissão.

A análise de cada eixo constitui, em linhas gerais, uma leitura das políticas públicas direcionadas à juventude, mesmo que de forma não exclusiva, implantadas pelo governo federal, entre 2003 e 2010, nas várias áreas de corte social, identificando os avanços e os desafios e propondo algumas recomendações.

Para a discussão do orçamento, incluída através de boxes ao final das análises de cada tema, a comissão utilizou os dados do livro “*Juventude 2003-2010: uma proposta metodológica para o controle social das políticas públicas de juventude*”. Todos os programas e ações identificados para este trabalho foram selecionados dentro dos programas apresentados no Plano Plurianual 2004-2007, Plano Plurianual 2008-2011 e nas Leis Orçamentárias Anuais (LOA's) de 2003 a 2010⁵.

- **Sucessos e fragilidades do percurso**

Ao propor o processo de reflexão que gerou este documento, não houve uma pretensão de fazer uma análise técnica de cada programa desenvolvido. A intenção foi ter um olhar político sobre os avanços e os desafios que caracterizaram a construção da Política

⁵ Os programas e ações selecionados no PPA foram divididos dentro do Orçamento Juventude (OJ) em Orçamento Direto (OD) – os que atingem diretamente a juventude - e Orçamento Indireto (OI) – os que atingem indiretamente, como o Programa Saúde na Família. Neste caso, o programa foi considerado mediante o cálculo da proporção de jovens no total da população brasileira. Também houve situações em que parte das ações de um mesmo programa foi considerada no Orçamento Direto e outra no Orçamento Indireto. Três valores foram adotados no estudo dos gastos com a juventude: 1) Valor autorizado: é a dotação aprovada pela lei orçamentária com as variações ocorridas ao longo do ano de acordo com o ingresso da receita necessária para a aplicação dos recursos previstos. Este valor dá a noção do que efetivamente o Governo Federal pretendia gastar com a juventude; 2) Valor empenhado: é o comprometimento da Administração Pública na aplicação dos recursos financeiros. Permite identificar o quanto a administração pública comprometeu-se de fato no investimento para a juventude; 3) Valor liquidado: consiste na etapa seguinte ao empenho. Permite analisar o quanto foi efetivamente convertido em políticas públicas para a juventude. No estudo, foi identificado que os valores empenhados e os liquidados eram quase sempre idênticos. Quando esses eram menores, percebeu-se que não impactavam consideravelmente no total dos valores em análise do Orçamento Juventude. Por conta disto, as análises orçamentárias apresentadas concentraram-se na comparação entre os valores autorizados e os valores liquidados. Também observou que todos os valores liquidados são menores do que os valores autorizados. No caso de algumas áreas, as diferenças são pequenas, como Educação. Em outros casos, as diferenças são bem representativas, como na Cultura, Ciência e Tecnologia, Esporte e Meio Ambiente. Esta variação se dá, por vezes, pelo interesse que o Governo Federal tem em uma determinada área em detrimento de outras. Isso acontece por meio do mecanismo do contingenciamento, que é determinado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) para incidir sobre cada Ministério. Cabe aos Ministérios decidirem quais programas sofrerão cortes orçamentários e, assim, depreende-se, que a diferença entre autorizado e liquidado dentro dos programas analisados é uma resultante natural do contingenciamento outrora definido. O estudo conclui que, ainda que existam situações em que a gerência das pastas responsáveis, pelas áreas menos favorecidas nos montantes disponíveis para liquidação, não consegue colocar em prática os programas previstos da maneira almejada e, assim, não há a necessidade da utilização dos recursos anteriormente disponibilizados.

Nacional de Juventude, entre 2003 e 2010, incluindo não só os programas destinados especificamente aos jovens, mas também aqueles que os tocam indiretamente. Nesta caminhada, o contexto e as estratégias utilizadas geraram ganhos e dificuldades para a execução da tarefa.

A pouca disponibilidade de informações e os limites práticos de tempo e estrutura dificultaram uma coleta de dados mais apurada pela comissão e, conseqüentemente, impuseram restrições à análise. A falta de uma unidade no desenho da política de juventude nos Ministérios e Secretarias, assim como a ausência de um sistema único de avaliação, geraram um desnivelamento nas informações recebidas.

A construção deste documento a partir das dez oficinas temáticas, envolvendo governo e sociedade civil, incluindo instituições, pesquisadores, grupos e movimentos que não estão na composição do Conjuve, foi um fator de sucesso. As oficinas se constituíram como um rico espaço de debate e geração de insumos para a reflexão sobre as políticas públicas de juventude. Em várias oficinas, os participantes destacaram a iniciativa como boa prática e que deve ser continuada.

HORIZONTE CONCEITUAL

- **Juventude**

A juventude está sendo compreendida neste documento, não apenas em sua dimensão etária e geracional. Parte-se da premissa de que apreender a juventude implica entender que a vivência juvenil tem um sentido em si mesma, não sendo somente uma passagem para a vida adulta, sendo preciso considerar o sentido da diversidade e das múltiplas possibilidades de como esta condição é ou pode ser vivida.

Trata-se, portanto, de pensar a juventude não presa a um padrão único na transição para a vida adulta, mas sim como parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos que têm especificidades que marcam a trajetória de cada um. Disso decorre a importância de considerar a pluralidade e as circunstâncias que caracterizam a vivência juvenil.

Nesta perspectiva, estamos considerando como diferentes jovens vivem sua juventude e as desigualdades vivenciadas no acesso a oportunidades e direitos de acordo com seu gênero, raça, orientação sexual; local de moradia; ter ou não alguma deficiência; ser ou não de comunidades tradicionais. A reflexão sobre os programas foi permeada pela atenção a esta diversidade.

- **Categorias de análise**

As categorias de análise – construídas a partir dos eixos propostos no PNJDP - que aqui agregam diferentes dimensões e aspectos das políticas direcionadas para a juventude, são tentativas de se aproximar da realidade dos jovens buscando superar a lógica setorial e entender diferentes interfaces presentes em suas vidas e existentes no cotidiano de tais dimensões.

Ainda que tenham se mostrado alternativas possíveis à lógica setorial mais comumente utilizada, também apresentam limites e precisam ser constantemente refletidas e aperfeiçoadas na busca por soluções teóricas que permitam uma aproximação mais complexa da realidade vivenciada pelos jovens. Ao Conjuve coloca-se permanentemente a tarefa de repensar tais categorias pensando na dinâmica social e das mudanças em curso a fim de não reificar categorias.

- **Tipos de políticas**

Compreende-se que para realizar um balanço das ações governamentais é preciso salientar que, no Brasil, levando-se em consideração o fato das políticas públicas de juventude, no âmbito do governo federal, possuírem dimensões variadas, para fins analíticos, verificou-se a necessidade de distinguir os níveis de atuação do governo com foco específico ou que afetam a juventude.

São eles⁶: políticas estruturais, que seriam as políticas continuadas e relacionadas à garantia de direitos fundamentais; os programas governamentais, que podem ou não sere subordinados às políticas estruturais, tendo um prazo de existência definido e atuando sobre uma realidade social mais circunscrita, e as ações que, restritas a um público determinado, têm um curto prazo e podem ou não articular-se às políticas e aos programas.

⁶ Essa classificação não é exaustiva. Há outras formas e denominações utilizadas na classificação de políticas públicas como, por exemplo, políticas universais, atrativas e exclusivas. Neste documento, optou-se pela mesma classificação utilizada no livro *Política Nacional de Juventude: Diretrizes e Perspectivas*.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DAS POLÍTICAS DE JUVENTUDE NO BRASIL A PARTIR DA REDEMOCRATIZAÇÃO

Diferentemente de países que intensificaram a consolidação das políticas de juventude nas suas agendas a partir das discussões lideradas no plano internacional pelo Sistema ONU, constata-se que o Brasil somente inicia este debate mais intenso e organizado em meados da década de 1990, praticamente dez anos após a declaração do Ano Internacional da Juventude.

O debate sobre a juventude reaparece, com ênfase, no Brasil, quando a ONU recolocou o tema na pauta e elegeu o ano de 1985 como “Ano Internacional da Juventude: Participação, Desenvolvimento e Paz”. O impacto, entretanto, aconteceu em plano estadual, nos estados de São Paulo, em 1986, e Minas Gerais, em 1987, que instituíram os primeiros conselhos estaduais de juventude.

O protagonismo juvenil na luta contra a Ditadura encontrou expressão massiva no movimento das Diretas Já, a maior jornada de mobilização de ruas havida até então. Mesmo com a derrota da emenda Dante de Oliveira, Tancredo Neves vence no Colégio Eleitoral, simbolizando a volta de um civil ao Palácio do Planalto, mas antes de sua posse, morre. Ainda assim, a democracia se afirma no amplo movimento cívico pela aprovação da Constituição de 1988, que consolidará as eleições diretas para todos os cargos e a legalidade dos partidos políticos. Na Constituinte, diversas juventudes se unem na campanha Se Liga 16, que consegue recolher cerca de um milhão de assinaturas para legitimar o voto facultativo com 16 e 17 anos, conferindo expressivo peso eleitoral à juventude brasileira no novo ordenamento democrático.

A partir de segunda metade dos anos 1990, podemos perceber a emergência de certo número de iniciativas empreendidas pelos diferentes níveis de governo – federal, estadual e municipal. É nesse período que surgem, nos planos local e regional, organismos públicos destinados a articular ações no âmbito do Poder Executivo e estabelecer parcerias com as organizações juvenis, da sociedade civil e do setor privado para, a implantação de projetos ou programas de ação para a juventude.

Devemos destacar que, nessa década, houve passos iniciais e sinalizações da institucionalização das políticas de juventude no Brasil e uma movimentação de organizações de juventude para levar o tema ao centro das políticas públicas, que é expressão do protagonismo juvenil nos temas gerais da Nação. O impeachment de Collor, impulsionado por jornadas de protestos multitudinários de estudantes leva à posse do vice-presidente Itamar Franco. Ele instituirá em 13 de julho de 1993 a Semana Nacional do Jovem pela Lei nº 8.680.

Foi realizado pela Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social - MUDES em 1995, no Rio de Janeiro, o I Encontro Nacional de Técnicos em

Juventude, com a participação de especialistas e jovens de vários municípios brasileiros, no qual se debateu e foi indicada uma proposta de formulação de Política Nacional de Juventude. Em 1997, dois anos depois, no âmbito do Governo Federal, criou-se uma Assessoria específica de juventude vinculada ao Gabinete do Ministro da Educação. Neste mesmo ano, constituiu-se a primeira articulação nacional de gestores de juventude de Governos e Prefeituras focada especificamente na promoção das PPJ, a Organização Brasileira de Juventude.

Em 1998, foi realizado o I Festival Nacional de Juventude, em Brasília, promovido pelo Governo do Distrito Federal, gestão de Cristovam Buarque, e sociedade civil. O Festival contou com a presença de cerca de cinco mil jovens, tornando-se o encontro de juventude mais amplo, plural e participativo ocorrido no Brasil na década de 1990. Entre suas propostas, estava a de discutir e aprofundar a elaboração e execução de políticas de juventude. Concomitantes ao Festival surgiram as bases do Fórum Nacional dos Movimentos e Organizações Juvenis, espaço que articula diferentes atores.

Entre 1995 e 2002, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, ainda que não se possa falar de políticas estratégicas orientadas para os jovens brasileiros na esfera federal, algumas propostas foram executadas, sobretudo com base nas ideias de prevenção, controle ou efeito compensatório de problemas que atingiam a juventude. Em geral, o jovem sempre era visto numa condição de risco social e/ou vulnerabilidade, o que resultava na formulação de programas e projetos associando o jovem ao tema da violência, vinculado ao consumo e tráfico de drogas, e ao desemprego.

Nos anos iniciais de 2000, observa-se um aprofundamento do debate na sociedade civil e nas universidades. Em 2002 e 2003, respectivamente, a Universidade Federal Fluminense - UFF e a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, constituíram os primeiros Observatórios de Juventude em instituições universitárias brasileiras, juntamente com a Universidade Católica de Brasília que, em parceria com a UNESCO, lançou o Observatório de Violência nas Escolas. É importante ressaltar que a representação da UNESCO no Brasil foi responsável por diversas publicações e pesquisas que serviram e servem de referência para implantação de políticas públicas de juventude.

Destaca-se, nessa construção, o Seminário “Políticas Públicas: Juventude em Pauta”, organizado em 2002, pela ONG Ação Educativa juntamente com a Fundação Friedrich Ebert. Esse seminário conseguiu reunir, de maneira ampla, pesquisadores, gestores, ONGs e grupos juvenis para delimitar e debater, com suporte nas experiências nacionais e internacionais apresentadas, questões cruciais do campo das políticas públicas de juventude.

Também no ano de 2002, com o advento das eleições presidenciais, uma grande diversidade de organizações e movimentos de juventude de todas as regiões do Brasil, convocadas pela Organização Brasileira de Juventude – OBJ, UNESCO e Ordem dos

Advogados do Brasil (OAB – RJ), reuniram-se no Rio de Janeiro e, com base nas experiências das organizações e em consensos internacionais desenvolvidos pela sociedade civil organizada, aprovaram uma carta comum chamada de “Agenda Jovem 2002”. O ativismo de vários agentes sociais e o peso eleitoral dos jovens naquela eleição levaram os três principais candidatos à Presidência da República a apresentar propostas específicas para a juventude brasileira em seus planos de governo.

Logo após as eleições, o debate sobre juventude ganhou força em diversos espaços. Na Câmara dos Deputados foi criada a Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude - CEJUVENT. Em 2004, esta Comissão realizou um processo inédito e experimental de Audiências Públicas de Conferências Estaduais de Juventude que culminou em uma denominada Conferência Nacional de Juventude, promovida pela Câmara dos Deputados.

Esse evento foi uma grande oportunidade de encontro para as organizações e movimentos de juventude e, apesar das dificuldades de organização, foi um marco relevante na construção das políticas públicas de juventude no Brasil, pois comprometeu o Parlamento brasileiro com o debate. Como resultado, a Conferência apresentou subsídios à formulação da Emenda Constitucional 65, que insere a juventude como público prioritário na Constituição, do Plano Nacional da Juventude, que estabelece metas a serem cumpridas em prol da juventude num período de dez anos, e o Estatuto da Juventude, que reafirma os direitos dos jovens. Tais iniciativas representaram esforços para transformar as políticas públicas de juventude em políticas de Estado, presentes na legislação nacional.

No período de 2003 a 2010, a temática avança efetivamente como preocupação relevante do Governo Federal. Institucionalmente, a busca de desenhos adequados para o desenvolvimento das Políticas Públicas de Juventude, no novo cenário político brasileiro, foi sendo discutida por meio da criação de novos âmbitos de debate e formulação sobre o tema.

Inicialmente, houve no Governo Federal uma tentativa de constituir a questão da juventude pelo eixo do mundo do trabalho. Assim, foi desenvolvido o Programa Nacional do Primeiro Emprego (PNPE) e criada uma unidade de juventude no Departamento de Trabalho e Emprego do Ministério do Trabalho (DPJ-MTE). Pelo fato de ser o primeiro grande programa para a juventude, ele gerou muita expectativa. A ação contava com o apoio do presidente e grande orçamento, mas deparou-se com dificuldades para o cumprimento de todas as suas metas.

Esses esforços do poder público foram acompanhados por debates e acordos de apoio desenvolvidos por organismos internacionais, como a elaboração do Índice de Desenvolvimento Juvenil - IDJ da UNESCO e as propostas desenvolvidas por cerca de cem organizações de juventude no evento “Vozes Jovens I e II”, organizado pelo Banco Mundial, em parceria com a Secretaria Geral da Presidência da República e o sistema ONU no Brasil.

Outra importante iniciativa foi o Projeto Juventude, do Instituto Cidadania, que realizou uma série de levantamentos, debates e pesquisas sobre a situação da juventude no País. Esse projeto, que envolveu boa parte dos especialistas brasileiros no tema, desenvolveu um consistente banco de informações, estudos e propostas sobre políticas públicas de juventude.

Também as organizações e movimentos da juventude buscaram articular-se para participar da formulação e definição das prioridades governamentais. Entre 2003 e 2005, foram criados fóruns e movimentos como a Rede Juventude pelo Meio-Ambiente (REJUMA), o Diálogo Nacional de Movimentos e Organizações Juvenis, articulado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), a Rede Nacional de Organizações, Movimentos e Grupos de Juventude (RENAJU), a Rede Sou de Atitude e o Fórum Nacional de Movimentos e Organizações Juvenis (Fonajuves), exemplos da mesma intenção de distintos setores da juventude brasileira, de constituir plataformas e redes juvenis em âmbito nacional com cada uma reconhecendo seu papel e suas limitações. Em 1998, já havia sido lançada a Rede de Jovens do Nordeste – RJNE.

Nesse período, diversos governos municipais e estaduais criaram órgãos gestores de juventude e reforçaram ações visando à participação dos jovens na elaboração das PPJ, no “empoderamento” de suas organizações associativas, e numa maior efetividade na aplicação dos recursos, com suporte em esforços capazes de mobilizar setores estratégicos do Poder Público e da sociedade civil pela promoção da juventude brasileira.

Em 2004, surge o Fórum Nacional de Secretários e Gestores Estaduais de Juventude em Fortaleza/CE, por meio da convocação e articulação do Evento de Juventude FUTURE – Feira de Rumos e Atitudes. O referido Fórum se instituiu visando articular as políticas públicas de juventude das unidades federativas brasileiras no plano nacional. Nesse mesmo ano, o governo federal dá um passo importantíssimo, ao instalar o Grupo Interministerial de Juventude encarregado de definir uma Política Nacional Integrada de Juventude. O grupo, formado por representantes de 19 ministérios e secretarias especiais, mapeou dados sobre as condições em que vivem os jovens brasileiros, os programas federais voltados para eles, os desafios para construção de uma política nacional de juventude e recomendações para a elaboração desta política.

Segundo documento divulgado pelo Grupo Interministerial sobre o balanço das ações governamentais de Juventude na primeira gestão do Governo Lula, foram identificadas mais de 150 ações federais desenvolvidas em 45 programas e implementadas por 18 Ministérios ou secretarias de Estado. Do total de ações identificadas, apenas 19 eram específicas para o público jovem (15 a 24 anos). As demais ações, ainda que contemplassem os jovens, não foram desenhadas exclusivamente para eles.

Como resultado, o Governo apresentou, em 2005, as suas primeiras ações de construção do embrião de uma Política Nacional de Juventude: a criação da Secretaria Nacional de

Juventude, do Conselho Nacional de Juventude e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem. Vale destacar que todos os países da América Latina, com exceção de Brasil e Honduras, já contavam, em 2003, com organismos governamentais para tratar das questões juvenis.

A Secretaria Nacional de Juventude passou a ser o organismo do Governo Federal responsável por promover a integração de todas as ações, tendo como foco o público juvenil. Ela também se tornou a principal referência governamental no que diz respeito à juventude, tanto na interlocução com a sociedade civil (movimentos, ONGs, grupos juvenis etc.) como no trabalho conjunto entre os Ministérios e Secretarias, visando à criação de mais programas e ações.

O Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) foi criado junto com a Secretaria Nacional de Juventude em fevereiro de 2005 e implantado em agosto desse mesmo ano, sendo sua primeira composição feita inicialmente por indicação do Governo Federal. Constituiu-se como espaço com a importante tarefa de estabelecer diretrizes sobre a política nacional de juventude baseadas em um diálogo entre a sociedade civil e os membros do Governo. Hoje, é composto por 60 conselheiros, dentre os quais 20 são indicados pelo poder público - Ministérios, Fórum de Secretários e Gestores Estaduais de Juventude, Frente Parlamentar de Juventude da Câmara dos Deputados e o Fórum de Gestores Municipais de Juventude - e 40 são eleitos em assembleia pela sociedade civil – membros de organizações juvenis de representação nacional, ONGs, redes e movimentos.

Atualmente, o Conselho está na sua terceira composição e conseguiu vários avanços nesses mais de cinco anos de atuação. No primeiro mandato (2005-2007) foram constituídas Câmaras Temáticas, com objetivos e temas específicos, a saber: Desenvolvimento Integral: Educação, Trabalho, Cultura e Tecnologias da Informação; Qualidade de Vida: Saúde, Meio Ambiente, Esporte e Lazer; Direitos Humanos: Vida Segura e Respeito à Diversidade. Naquele momento, o Conjuve mergulhou internamente num processo de formulação, debruçando-se sobre as políticas públicas de juventude no Brasil, aprovando e publicando o documento “Política Nacional de Juventude: Diretrizes e Perspectivas”.

No segundo mandato (2008-2009), o Conselho promoveu junto à Secretaria Nacional de Juventude a realização da 1ª Conferência Nacional de Juventude que contou com 400 mil participantes em todos os estados e elegeu 22 propostas como prioritárias para a política nacional de juventude. Como fruto desse processo, o Conjuve apoiou a criação do Fórum Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Políticas Públicas de Juventude por ocasião da Reunião Anual da Frente Nacional de Prefeitos, realizada em Fortaleza/CE. Além disso, nesse mesmo período, iniciou-se a estruturação da Rede de Conselhos de Juventude, articulação criada com intuito de fortalecer o diálogo entre esses organismos e

seus participantes, a partir dos Encontros Nacionais de Conselhos de Juventude, o qual, em novembro de 2010, realizou a sua terceira edição.

Também foram instituídas as Comissões de Comunicação, Comissão de Articulação e Diálogo, Comissão de Parlamento e Comissão de Acompanhamento de Políticas e Programas, sendo que esta elaborou em 2009 um documento apresentando um panorama de nove dos principais programas do Governo Federal direcionados à juventude, com vistas à formulação de recomendações para o aperfeiçoamento dos programas e do processo de construção das Políticas Públicas de Juventude.

Nesse terceiro mandato (2010-2011), o Conjuve ampliou seu reconhecimento junto aos agentes públicos e alcançou vitórias expressivas. Dentre elas, destacam-se a aprovação e promulgação da Emenda Constitucional 65, reconhecendo a juventude como prioridade em nossa Carta Magna; a convocação, pelo governo federal, da 2ª Conferência Nacional de Juventude para 2011; e a realização do Pacto Pela Juventude durante o processo eleitoral. Do ponto de vista das políticas e programas, optou-se por fazer uma avaliação desses últimos oito anos nas políticas de juventude, contribuindo com esse período de transição de governo, no qual o Conjuve pode e deve se posicionar com o objetivo de aperfeiçoar e aprofundar as políticas públicas de juventude no Brasil.



Capítulo 1

DESENVOLVIMENTO INTEGRAL

Entender a juventude contemporânea, dentro da perspectiva do desenvolvimento integral, implica compreender as esferas da vida que são significativas na sua formação, na construção de suas identidades, perspectivas e trajetórias, bem como apreender as relações existentes entre elas.

Trata-se, portanto, de não reduzir o debate apenas a uma dimensão da vivência juvenil, que quase sempre enfoca somente o aspecto formativo-educacional (deste modo, o seu vir-a-ser), mas de considerar que essa vivência é pluridimensional e constitui-se no tempo presente. (Conjuve, 2006:21)

Nesse sentido, pensar em políticas públicas para a juventude significa tratar da multiplicidade de dimensões da vivência e da condição juvenil e entender, portanto, que ainda que apresentem enfoque setorial, as políticas devem ser analisadas a partir da integralidade dessas diversas dimensões.

Isso não significa compreender que todas as políticas devam ser totalizantes, ou seja, devam contemplar todas as dimensões presentes na vivência juvenil. No entanto, é preciso promover um diálogo no conjunto das políticas públicas no intuito de estabelecer um marco institucional que sirva de referência para a composição das ações políticas.

Tendo em vista essas perspectivas e considerando que a vivência juvenil na contemporaneidade combina tanto processos formativos quanto processos de experimentação e construção de trajetórias, podem-se ressaltar como dimensões constitutivas da noção de desenvolvimento integral a educação, o trabalho, a cultura e as tecnologias de informação e comunicação. De acordo com a idéia acima expressa sobre desenvolvimento integral é necessário que se discuta conjuntamente essas quatro dimensões na vivência juvenil. No entanto, para fins analíticos e com o intuito de melhor visualizar a ação governamental em cada uma dessas dimensões, as políticas, os programas e as ações desenvolvidas, no que se refere a esse eixo, serão apresentados, a seguir, separadamente.

1.1. As políticas públicas de educação e a juventude

Os programas levantados

De acordo com a análise realizada, é possível destacar a existência de iniciativas, tanto na educação básica, quanto no ensino superior, como se observa a seguir. Para fins de apresentação, os programas serão agrupados em função das modalidades de ensino e do público-alvo. Por se tratarem de iniciativas que integram as dimensões da educação e do trabalho, os programas que visam elevação de escolaridade, qualificação profissional e cidadania serão descritos e analisados no eixo das políticas públicas de trabalho.

- Iniciativas governamentais na Educação Básica:

Programa	Caracterização	Público	Responsável
Programa Mais Educação	Tem o objetivo de fomentar atividades complementares com vistas à promoção da educação integral de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.	Alunos da rede pública	Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD
Programa Escola Aberta (desde 2004)	Tem o objetivo de ampliar as relações entre escola e comunidade e o acesso às oportunidades de formação para a cidadania. O programa proporciona espaços alternativos nas escolas, aos finais de semana, para o desenvolvimento de atividades educacionais, esportivas, culturais, de lazer, geração de renda, informática e formação para a cidadania.	Alunos da Educação Básica da rede pública e suas comunidades, localizadas em regiões urbanas de risco e vulnerabilidade social.	Ministério da Educação / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD Em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e com os ministérios da Cultura, do Trabalho e Emprego e do Esporte
Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) (desde 2004)	Distribuição de livros didáticos do ensino médio em escolas públicas. Entre 2004 e 2008 foram distribuídos cerca de 33,91 milhões de livros e outros materiais de apoio, como atlas, CDs, livros em braile, mapas e periódicos.	Alunos do ensino médio da rede pública	Ministério da Educação
Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	Tem o objetivo de promover o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência ⁷ , transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades (superdotação) no sistema de ensino regular,		

⁷ Segundo o documento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação inclusiva, "considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. Alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse". (2007:9)

Programa	Caracterização	Público	Responsável
(desde 2008)	garantindo: transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; atendimento educacional especializado; continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; formação de professores para o atendimento educacional especializado, assim como a formação dos demais profissionais da educação para a inclusão escolar; participação da família e da comunidade; acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.		
Programa Benefício de Prestação Continuada – BPC⁸ na Escola (desde 2007)	Tem o objetivo de garantir, em caráter prioritário, o acesso e a permanência no sistema educacional de crianças e adolescentes com deficiência, por meio da articulação das políticas de educação, saúde, assistência social e direitos humanos, favorecendo seu pleno desenvolvimento e participação social.	Crianças e adolescentes com deficiência, com até 18 anos, atendidos pelo BPC.	Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) Ministério da Educação (MEC) Ministério da Saúde (MS) Secretaria dos Direitos Humanos Em parceria com municípios, estados e Distrito Federal.
Programa Brasil Alfabetizado (desde 2003)	Concessão de bolsas e repasse e recursos financeiros para formação de alfabetizadores, merenda, materiais escolares, pedagógicos, didáticos e de apoio ao professor e livros literários. Também realiza apoio técnico na implantação das ações do programa em municípios e estados. Abrange todo o território nacional, prioritariamente em municípios com taxa de analfabetismo igual ou superior a 25% (90% estão localizados no nordeste).	Jovens, adultos e idosos	Ministério da Educação
Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA) (desde 2007)	Distribuição de livros de português e matemática para alunos da alfabetização de jovens e adultos das entidades parceiras do programa.	Jovens e adultos com 15 anos ou mais que não tiveram acesso ou permanência na educação básica	Ministério da Educação
Comitês de Educação em Direitos Humanos	Tem o objetivo de despertar a consciência e a atitude cidadãs para o reconhecimento dos próprios direitos e a incorporação de valores de		Secretaria de Direitos Humanos

⁸ O Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC é um direito constitucional e uma modalidade de provisão de proteção social, viabilizada pela Política Nacional de Assistência Social - PNAS e que constitui uma garantia de renda às pessoas idosas a partir de 65 anos de idade e às pessoas com deficiência, em qualquer idade, incapacitadas para a vida independente e para o trabalho, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família, de acordo com a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

Programa	Caracterização	Público	Responsável
	solidariedade, tolerância e igualdade na diferença. Como principais resultados, vale destacar: instalação de 22 comitês de educação em Direitos humanos até 2010; capacitação de cerca de 165 mil pessoas entre 2008 e 2010 e realização da 5ª edição do Show, da Feira e da Semana dos Direitos Humanos em 2010		
Projeto “Escola sem Homofobia”	Tem o objetivo de combater a homofobia no ambiente escolar. Envolve pesquisa em onze capitais brasileiras sobre a temática; o desenvolvimento de kits de materiais didáticos para serem distribuídos em escolas de Ensino Fundamental e Médio e a realização de cinco seminários regionais sobre a temática.		SECAD/MEC, Pathfinder do Brasil, Ecos e Reprolatina, com o apoio da ABGLT

- Iniciativas governamentais no Ensino Superior:

Programa	Caracterização	Público	Responsável
Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI (desde 2007)	Tem como objetivo propiciar condições para que as instituições federais de ensino superior democratizem o acesso, a permanência e a realização dos cursos com sucesso por seus estudantes. As ações do programa contemplam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que têm o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país.		Ministério da Educação
Programa Universidade para Todos – ProUni (desde 2004)	Concessão de bolsas de estudos integrais e parciais, em instituições privadas de educação superior, aos estudantes de baixa renda de cursos de graduação e de cursos seqüenciais de formação específica. Em contrapartida, as instituições que aderem ao programa recebem isenção de alguns tributos.	Jovens com renda familiar <i>per capita</i> de até um salário mínimo e meio.	Ministério da Educação
Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES (desde 1999)	Tem o objetivo de financiar prioritariamente estudantes de cursos de graduação matriculados em instituições de ensino da rede privada, com recursos provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.		Ministério da Educação
Plano Nacional de Assistência Estudantil - PNAES (desde 2008)	Tem o objetivo de garantir a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de		

Programa	Caracterização	Público	Responsável
	ensino superior, viabilizando a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuindo para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão. O Plano oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico.		
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - Linha Ações Afirmativas (desde 2009)	Tem o objetivo de estimular a renovação acadêmica e enfrentar a evasão escolar, por meio da distribuição de bolsas no valor de R\$ 300 mensais.	Alunos que ingressaram nas universidades públicas por meio do sistema de ações afirmativas	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial Em cooperação com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/ Ministério da Ciência e Tecnologia
Programa Conexões de Saberes	Oferece a jovens universitários de origem popular a possibilidade de adquirir e produzir conhecimentos científicos e intervir em seu território de origem. O programa possibilita o monitoramento e a avaliação, pelos próprios estudantes, do impacto das políticas públicas desenvolvidas em espaços populares. Os participantes do programa recebem apoio financeiro (bolsa de iniciação científica de R\$ 300 mensais) e metodológico. Em contrapartida, desenvolve atividades em diversos programas. Desde a sua implantação foram distribuídas 43 publicações e repassados R\$ 21.734.59,42 para instituições federais de ensino superior e atendidas cerca de 82 comunidades populares nas ações de extensão.		Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (Secad)
Projeto Rondon	A iniciativa é um projeto de integração social das instituições de ensino superior, que envolve a participação voluntária de jovens universitários que elaboram propostas que contribuam para a solução ou atenuação das deficiências estruturais locais, para ampliação do bem-estar das comunidades assistidas e para a formação dos universitários como cidadãos. As ações são realizadas durante as férias acadêmicas, sob a supervisão dos professores.	Alunos das instituições de ensino superior	Ministério da Defesa, em parceria entre diversos Ministérios, o apoio das Forças Armadas e a colaboração dos governos estaduais e municipais, da União Nacional dos Estudantes, de Organizações Não-Governamentais e da Sociedade Civil
Programa de Acessibilidade na Educação Superior	Tem o objetivo de fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de		

Programa	Caracterização	Público	Responsável
- Incluir	ensino superior, que respondem pela organização de ações que garantam a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, melhorando o acesso a todos os espaços, ambientes, ações e processos desenvolvidos na instituição, buscando integrar e articular as demais atividades para a inclusão educacional e social dessas pessoas.		

Uma análise sobre as ações desenvolvidas

A análise das políticas públicas de educação voltadas à juventude, no período de 2003 a 2010, permite identificar alguns avanços, sobretudo em termos da ampliação e equalização das condições de acesso e permanência nos diferentes níveis de ensino. (IPEA, 2009).

Sobre a educação básica, reconhece-se uma relativa melhora no acesso ao ensino fundamental⁹. No ensino médio, constata-se uma melhoria nos patamares de frequência escolar dos jovens quando comparados os dados do ano de 2007 aos de 1996. O índice apurado em 2007 para os jovens de 15 a 17 anos, 48%, corresponde a quase o dobro do registrado em 1996, 24,1%. Mas, é preciso notar que dos 82% de jovens de 15 a 17 anos que freqüentavam a escola em 2007, apenas 48% deles cursavam o ensino médio, o que revela o problema da distorção idade-série.

Tanto no fundamental, quanto no médio, há um desafio colocado em relação à qualidade. É reconhecido o investimento realizado na capacitação de profissionais; na melhoria da infraestrutura das escolas; na produção e distribuição de materiais pedagógicos. Assim como a relevância de programas como o “Escola Aberta” e o “Mais Educação”, que buscam promover a interação da escola com a comunidade, a inclusão de temas do cotidiano dos alunos e a realização de atividades de lazer e cultura.

No entanto, ainda é hegemônico o fato de que a atual proposta curricular não articula o conhecimento formal com outras dimensões da vida dos jovens, como o mundo do trabalho, a cultura, a família, a sexualidade, entre outras, gerando um aprendizado pouco significativo, descontextualizado e que compromete o desenvolvimento humano tanto na perspectiva individual quanto social.

Verifica-se que as ações acontecem ainda de forma complementar e não integrada. No ensino médio, esta questão fica bem evidente, pois, ao longo dos anos, ele se consolidou como um espaço de preparação para o ingresso na universidade, se adequando às exigências dos vestibulares, deixando de dialogar com outras dimensões da vida e de

⁹ Cabe ressaltar o papel importante do Programa Nacional de Inclusão de jovens (Projovem), que, dentre outros objetivos, tem atuado no sentido de estimular o retorno à escola de jovens que a abandonaram em função do trabalho, das responsabilidades familiares, entre outros fatores.

trajetórias individuais, assegurando à juventude que almeja uma formação técnica ou mesmo o ingresso direto no mundo do trabalho, sentir-se parte de sua proposta curricular. Nesse sentido, ainda é preciso um aprimoramento do currículo, um investimento na melhoria da infra-estrutura das escolas, bem como a valorização e qualificação dos professores para garantir a articulação entre essas dimensões presentes na vida dos sujeitos, de maneira que estabeleçam a integração do conhecimento humano.

Em relação à educação superior, apesar dos avanços no acesso para os jovens, principalmente, de 18 a 24 anos, o patamar alcançado de 13%, em 2007, ainda se encontra aquém do desejado em relação à meta de 30% estabelecida para o ano de 2011 pelo Plano Nacional de Educação (PNE) e, também, se comparado aos índices dos demais países latino-americanos. Ressalta-se, ainda, que os dados de 2007 revelaram marcantes desigualdades na frequência à educação superior, principalmente quando consideradas as variáveis de renda, localização geográfica e de raça.

Houve um investimento por parte do governo federal, entre 2003 e 2010, no intuito de reverter esse cenário de desiguais oportunidades de acesso, bem como de baixa frequência, sendo adotadas um conjunto de medidas políticas, que se propõem a aumentar a oferta de vagas no âmbito privado, como o Programa Universidade para Todos (ProUni), e a proporcionar às universidades públicas condições necessárias para ampliação do acesso e permanência dos estudantes, por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI

No entanto, como nos mostra o documento final da Conferência Nacional de Educação,

ainda é necessário aumentar a oferta pública de educação superior mediante programas de expansão democraticamente discutidos com a comunidade universitária e com a sociedade em geral, inclusive mediante a interiorização deste nível de ensino como estratégia para ampliar as oportunidades de acesso da população do interior e do campo. (CONAE. 2010:68)

Também merece destaque a ação do poder público para a reorganização e expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, ainda que de forma insuficiente e o Plano de Expansão da Educação Profissional e Tecnológica, iniciado em 2006, que procura resolver a escassa oferta em relação à demanda, possibilitando a criação de novas unidades na rede federal e o desenvolvimento de ações que buscam fortalecer as redes estaduais e municipais de educação profissional.

Mesmo com essas iniciativas, as escolas técnicas no Brasil ainda representam menos de 2% no sistema de ensino e precisam conquistar uma posição de destaque na agenda nacional das políticas de educação.

Sobre o analfabetismo, em que pese uma diminuição dos índices, no Brasil existem atualmente quase 1,5 milhões de analfabetos, sendo a maior concentração no grupo etário de 25 a 29 anos, reflexo da baixa qualidade do ensino fundamental.

Outro grande problema para a redução do índice de analfabetismo encontra-se na ausência de integração dos cursos de alfabetização aos cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA), principalmente porque há uma carência de oferta desta modalidade de ensino em muitos municípios brasileiros, o que dificulta a manutenção do aprendizado adquirido pelos recém-alfabetizados.

Tendo em vista esses limites, no que se refere à EJA, observam-se iniciativas governamentais, como o Brasil Alfabetizado, que amplia a oferta de cursos, o desenvolvimento de materiais didático-pedagógicos e a sua distribuição por meio do Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA).

O Programa Brasil Alfabetizado, especialmente, passou por constantes avaliações desde a sua implantação, sobretudo no que tange à qualificação do processo educacional e à mobilização do seu público-alvo, e, após ser integrado ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), foi redesenhado na tentativa de assegurar prioridades de atendimento e de melhorar as suas condições de operacionalização. No entanto,

(...) a prioridade atribuída à alfabetização dos jovens de 15 a 29 anos não aparece de forma explícita nas ações do programa redesenhado. É uma lacuna a ser preenchida mediante a definição da forma de implementação do programa, de modo a ampliar a participação dos jovens nos cursos de alfabetização. (IPEA, 2009:95).

Em relação à educação para os jovens com deficiência, um levantamento feito em 2008 pelo Ministério da Educação (MEC), relatou que 70,64% da população brasileira fora da escola são de crianças, adolescentes e jovens com deficiência.

Apesar desses dados, é possível notar iniciativas no âmbito governamental que possibilitam avanços significativos no acesso e na permanência desses jovens à instituição educativa, ao consolidar a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Embora ainda se encontre alguns obstáculos para a efetivação desta política, constata-se que as ações e os programas desenvolvidos pelo governo federal, entre 2003 e 2010, contribuem para a garantia dos direitos destes jovens no campo educacional, bem como para a mudança de cultura e mentalidade em relação à educação inclusiva.

É possível constatar um aumento substancial nos investimentos, entre 2003 e 2010, possibilitando o direito à educação das pessoas com deficiência nas escolas públicas, investindo em acessibilidade, equipamentos, capacitação de professores e de intérpretes da língua de sinais brasileira (Libra).

Além disso, a matrícula de alunos com deficiência, na educação inclusiva, cresceu de 110 mil, em 2002, para mais de 380 mil em 2009. Em 2002, eram apenas 17 mil escolas com matrículas para este público, sendo que em 2009 este número alcançou mais de 68 mil, garantindo vagas para 71% dos estudantes com deficiência.

Observa-se, também, que os programas e ações para as escolas resultaram em 24 mil salas de recursos multifuncionais em todo país, na capacitação de 150 mil professores e a acessibilidade arquitetônica, com rampas e banheiros adaptados em 15.050 prédios

escolares. Desenvolveu-se, ainda, o duplo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) com recursos para que as crianças e adolescentes com deficiência freqüentem a escola regular e tenham atendimento educacional especializado.

Ainda na perspectiva de uma educação que reconhece e valoriza as diversidades deve-se notar a dificuldade do Governo Federal em implementar as leis 10.639/03 e 11.645/08, as quais modificam a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9394, tornando obrigatório, no âmbito do ensino básico, respectivamente, o estudo da História e da Cultura dos Afrobrasileiros e da África e o estudo da História e Cultura dos Povos Indígenas no Brasil.

Em 2010, o MEC anunciou um Plano Nacional para a Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicorraciais e o Estudo da História e Cultura Afrobrasileira e Africana. Considera-se que a efetivação desta iniciativa certamente poderá contribuir de forma decisiva para a implementação das leis acima referidas.

Por fim, um dos limites no campo das políticas educacionais para a juventude encontra-se nas iniciativas para a população do campo¹⁰. Nota-se um baixo índice de escolaridade, onde a maioria dos jovens não ultrapassa o primeiro ciclo do ensino fundamental e também inadequação e insuficiência na disponibilidade de instalações, materiais e equipamentos no meio rural.

Como conseqüência, o jovem do meio rural ao invés de ser preparado para a vida em seu ambiente de origem, forma-se com a concepção da cidade como opção ideal. Diferentes estudos apontam que a busca por maiores níveis de escolaridade é um fator importante para a saída de jovens do contexto rural para o urbano. Assim, o acesso destes jovens aos outros níveis de ensino, não se deve às ações políticas, mas ao êxodo rural, fator que impacta no modelo de educação para o campo.

Nesse contexto, compreende-se que o debate sobre a educação no meio rural deve observar a necessidade da oferta de um modelo diferenciado, contextualizado e de qualidade, que permita aos jovens se desenvolverem e atuarem sobre o seu meio de forma produtiva.

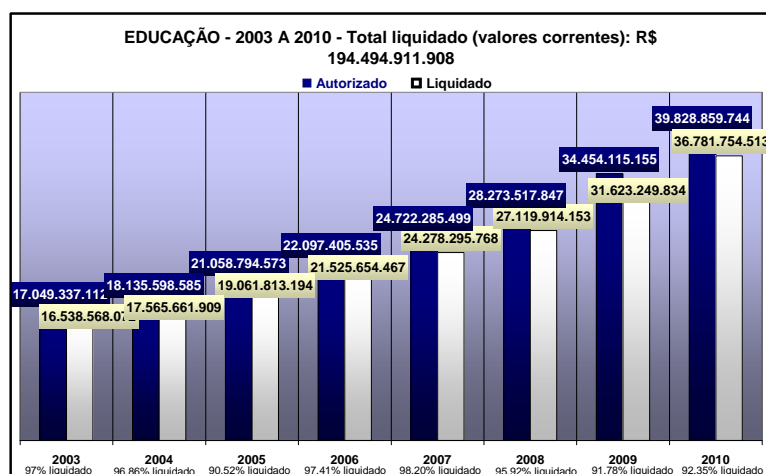
Trata-se, portanto, de promover ações que possibilitem o acesso, a permanência e o prosseguimento aos estudos para a elevação do nível de escolaridade desses jovens, contemplando as particularidades da realidade do campo, sobretudo que ofereçam condições e perspectivas para a sua permanência no meio rural.

¹⁰ O programa levantado no campo da educação para a juventude rural, Projovem Campo, será abordado no próximo item sobre as políticas de trabalho.

De olho no orçamento

O gráfico abaixo representa a alta utilização dos recursos autorizados para os programas e ações¹¹ identificados na área de educação. Somente 5% dos recursos autorizados não foram liquidados (CARVALHO e GRÉGORY, 2010, p. 108-109).

Em uma análise separada sobre educação no campo, o levantamento aponta que menos de dois terços dos recursos autorizados para o programa Educação no Campo (PRONERA) foram liquidados no período entre 2005 e 2010, (idem, p. 115).



Recomendações para uma Política Pública de Juventude e Educação

1. Investir 10% do PIB em educação¹², derrubando os vetos ao Plano Nacional de Educação (PNE).
2. Construir o Sistema Nacional de Educação (SNE), responsável pela institucionalização da orientação política comum e do trabalho permanente do Estado e da sociedade para garantir o direito à educação¹³.
3. Adequar currículo, tempo, materiais pedagógicos e estratégias educativas; ampliar e reformar estruturas físicas (oferta de laboratórios, mídias, tecnologias, bibliotecas, etc) e dar condições mais satisfatórias de trabalho docente (remuneração, planos de carreira, formação inicial e permanente, entre outros), de forma a possibilitar a promoção de experiências educativas que incorporem as necessidades de formação da juventude

¹¹ 1) Apoio à implantação de Projetos Juvenis no Ensino Médio; 2) Apoio das Forças Armadas ao Projeto Rondon; 3) Educação Fiscal; 4) Toda Criança na Escola; 5) Desenvolvimento do Ensino de Graduação; 6) Escola de Qualidade para Todos; 7) Desenvolvimento do Ensino de Pós-Graduação; 8) Desenvolvimento da Educação Profissional; 9) Desenvolvimento do Ensino Médio; 10) Educação de Jovens e Adultos; 11) Estatísticas e Avaliações Educacionais; 12) Desenvolvimento da Educação Especial; 13) Gestão da Política de Educação; 14) Ensino Fundamental e Médio nos Colégios Militares e Ensino Fundamental e Médio na Fundação Osório, ambos geridos pelo Ministério da Defesa; 15) Paz nas Escolas; 16) Cota-parte dos Estados e DF do Salário-Educação e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, ambos do programa de Operações Especiais; 17) Educação para Alimentação Saudável; 18) Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos; 19) Brasil Escolarizado; 20) Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica; 21) Escola Básica Ideal; 22) Gestão da Política de Educação; 23) Democratização da Gestão nos Sistemas de Ensino; 24) Valorização e Formação de Professores e Profissionais da Educação; 25) Brasil Universitário / Universidade do Século XXI; 26) Desenvolvimento da Educação Especial; 27) Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica; 28) Desenvolvimento do Ensino Fundamental; 29) Educação Para a Diversidade e Cidadania; 30) Desenvolvimento do Ensino Médio; 31) Qualidade na Escola; 32) Estatísticas e Avaliações Educacionais (idem, p. 36).

¹² Extraída da 8ª prioridade definida na 1ª Conferência Nacional de Juventude.

¹³ Recomendação Conferência Nacional de Educação (CONAE).

contemporânea, tornando os espaços escolares mais atraentes e dialogando com as linguagens juvenis.

4. Ampliar a oferta de escolas em tempo integral na rede pública e oportunidades de vivência de atividades fora do currículo formal, como as do Programa Segundo Tempo.

5. Fortalecer a utilização de escolas e universidades, enquanto equipamentos culturais, tornando-as o lócus para realização de ações intersetoriais que integrem as políticas do MEC, ME, MDS, MinC, assegurando a participação da SNJ e o controle social por parte também do Conjuve.

6. Criar uma política de estímulo à participação dos estudantes no ambiente escolar, assegurando o respeito à lei do Grêmio Livre e a formação de grêmios, colegiados acadêmicos e diretórios centrais dos estudantes nas instituições públicas e privadas.

7. Estabelecer políticas de educação inclusiva visando à superação das desigualdades educacionais vigentes entre as diferentes regiões, contribuindo com o desenvolvimento econômico, social e cultural do país.¹⁴

8. Priorizar a erradicação do analfabetismo e garantir o real acesso ao espaço escolar para os alunos da Educação de Jovens e Adultos.

9. Ampliar a permanência das mulheres jovens na educação formal inclusiva e não sexista, evitando a evasão escolar, em especial para as negras, trabalhadoras rurais, quilombolas, indígenas, lésbicas, jovens com deficiência e em conflito com a lei.

10. Garantir a ampliação dos investimentos, o fortalecimento e o acesso ao ensino profissional e tecnológico, priorizando a descentralização (interiorização), atendendo as demandas regionais, socioeconômicas e culturais, através de parcerias entre os entes da federação e a sociedade civil.¹⁵

11. Fortalecer o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) e transformá-lo em único meio de ingresso às universidades públicas, com a extinção dos vestibulares próprios.

12. Garantir o acesso e a permanência dos estudantes excluídos, priorizando cotas aos programas que garantem a inclusão de jovens no ensino superior. Expansão e interiorização das universidades públicas, considerando a realidade regional, visando as demandas das comunidades do campo e tradicionais, tendo em vista a ampliação e a oferta de cursos noturnos diversificados, bem como a implementação de política de assistência estudantil (DRU, bolsa permanência, transporte e moradia estudantil) e a valorização dos profissionais de educação.¹⁶

13. Garantir a regulamentação e a fiscalização do ensino superior no âmbito privado, especialmente no que tange à extensão e à execução do ProUni.

¹⁴ Recomendação da Conferência Nacional de Educação (CONAE).

¹⁵ Resolução da 1ª Conferência Nacional de Juventude.

¹⁶ Resolução da 1ª Conferência Nacional de Juventude.

14. Democratizar o acesso às informações sobre o ProUni; fornecer orientações para os profissionais de educação e criar secretaria específica para atendimentos aos bolsistas. Assim como, garantir a transparência nos critérios que envolvem a perda de bolsa.
15. Ampliar os recursos que são repassados às universidades federais para a assistência estudantil, ampliando programas que visem esse tipo de assistência (como o PNAE), especialmente para jovens que ingressaram na universidade via políticas afirmativas.
16. Ampliar a quantidade e o valor das bolsas de iniciação científica, aumentando número de universidades atingidas.
17. Efetivar a educação do e no campo, pública, gratuita e de qualidade, implementando as diretrizes operacionais da educação do campo, garantindo infra-estrutura e mudança curricular que contemple a diversidade regional, atendendo todos os níveis de ensino (básico, profissionalizante e superior), em especial investindo no fim do analfabetismo no meio rural. Que o Estado assuma os custos dos centros familiares de formação por alternância e outras iniciativas de educação do campo, da sociedade civil sem fins lucrativos, voltadas para a juventude da agricultura familiar e camponesa.¹⁷
18. Ampliar, reconhecer e inserir a história das comunidades e povos tradicionais (os reconhecidos e os que buscam reconhecimento) no sistema educacional oficial brasileiro, produzindo materiais didáticos, informativos e de audiovisual com fomento de recursos da CAPES, CNPQ e Secretaria Nacional de Juventude, através da participação de representações das comunidades tradicionais na construção da matriz curricular da educação que inclua todo material didático e formação de professores, tal como preconiza o Plano Nacional para a Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicorraciais e o Estudo da História e Cultura Afrobrasileira e Africana.¹⁸
19. Garantir o acesso e a permanência de povos e comunidades tradicionais, em especial da juventude, nas instituições de ensino superior, por meio de programas de assistência juvenil que garantam residência, alimentação, material didático e bolsas de estudo.¹⁹
20. Incluir Braille e Libras no currículo da educação básica e garantir políticas públicas para o ensino de Libras para os/as profissionais servidores/as.²⁰

¹⁷ Resolução da 1ª Conferência Nacional de Juventude.

¹⁸ Adaptação da resolução da 1ª Conferência Nacional de Juventude.

¹⁹ Resolução da 1ª Conferência Nacional de Juventude.

²⁰ Recomendação da Conferência Nacional de Educação (CONAE)

1.2. As políticas públicas de trabalho e a juventude

Os programas levantados

Nesse item serão abordadas as políticas governamentais voltadas para a dimensão de trabalho voltadas para o público jovem, contemplando iniciativas que vão desde aquelas que elevam a escolaridade e a qualificação dos jovens àquelas que favorecem direta e indiretamente a sua inserção no mercado de trabalho, incluindo a criação de contratos especiais de trabalho, o estímulo a iniciativas de autogestão, formas de economia solidária ou formas especiais de relacionamento das empresas com os jovens como forma de estimular a sua contratação.

Também foram consideradas outras políticas com impacto sobre a inserção juvenil no mundo do trabalho, apesar de não estarem dirigidas especificamente aos jovens, como o Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda (SPTER) e o Sistema Nacional do Emprego (SINE) e as ações de criação de linhas de crédito voltadas ao desenvolvimento da agricultura familiar que proporcionam alternativas de ocupação ou geram impactos sobre a qualidade de inserção dos jovens nesta opção.

- Iniciativas que visam à capacitação profissional e/ou à ampliação da escolaridade:

Programa	Ações	Caracterização	Público	Responsável
Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM Integrado (desde 2008) ²¹	Projovem Adolescente	Tem como objetivos favorecer o convívio familiar e comunitário e criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional. O programa integra a obrigatoriedade da frequência escolar com atividades socioeducativas, que incluem formação geral para o mundo do trabalho, oficinas de arte, cultura e esporte e lazer, bem como o desenho de um projeto de participação cidadã a ser desenvolvido pelos jovens.	Jovens de 15 a 17 anos, pertencentes a famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família ou em situação de risco social; egressos de medidas socioeducativas de internação ou que estejam em cumprimento de outras medidas desta natureza; egressos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e egressos ou vinculados a programas de combate ao abuso e à exploração sexual.	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)
	Projovem Campo	Qualificação profissional inicial em produção rural e a escolarização, respeitando as	Jovens agricultores de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino	Ministério da Educação

²¹ Entre 2005 e 2007, o PROJOVEM foi desenvolvido em outro formato, destinado a jovens de 18 a 24 anos, com ensino fundamental incompleto, tendo cursado até a 4ª série e que não tivessem emprego formal. Na tabela, será detalhado apenas o modelo atual.

Programa	Ações	Caracterização	Público	Responsável
		características e as necessidades culturais, territoriais e produtivas dos povos do campo.	fundamental.	
	Projovem Trabalhador	Tem o objetivo de preparar jovens para o mercado de trabalho para ocupações com vínculo empregatício ou para outras atividades produtivas geradoras de renda, por meio da qualificação social e profissional e do estímulo à sua inserção no mundo do trabalho. O programa é composto pelas submodalidades: Juventude Cidadã, Consórcio Social da Juventude, Empreendedorismo Juvenil e Escola de Fábrica.	Jovens de 18 a 29 anos em situação de desemprego, pertencentes a famílias com renda <i>per capita</i> mensal de até um salário mínimo e que estejam cursando ou tenha concluído o ensino fundamental ou o ensino médio.	Ministério do Trabalho e Emprego
	Projovem Urbano	Tem o objetivo de proporcionar formação integral aos jovens, buscando sua reinserção escolar e profissional, por meio da integração entre a formação básica, tendo em vista a conclusão do ensino fundamental; a qualificação profissional, com certificação de formação inicial, e a participação cidadã, com desenvolvimento de experiências de atuação social na comunidade.	Jovens de 18 a 29 anos que, apesar de alfabetizados, não concluíram o ensino fundamental.	Secretaria Nacional de Juventude, em parceria com os Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Plano Setorial de Qualificação - PlanseQ (desde 2004)		É orientado ao atendimento transversal de demandas emergenciais, estruturantes ou setorializadas de qualificação, identificadas a partir de iniciativas governamentais, sindicais, empresariais ou sociais.		Ministério do Trabalho e Emprego
Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos – PROEJA (desde 2005)		Tem o objetivo de ampliar o número de vagas em cursos de educação profissional. O programa tem como princípio educativo o trabalho, a partir da proposta de integração da educação profissional à educação básica, visando à superação da dualidade trabalho manual e intelectual.	Jovens e adultos que não tiveram acesso à escola, que dela foram excluídos precocemente ou que estão em defasagem idade/série.	Ministério da Educação / Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC)

- Iniciativas que visam à ampliação das oportunidades de inserção no mercado de trabalho:

Programa	Ações	Caracterização	Público	Responsável
Sistema Nacional de Emprego (SINE)		Tem o objetivo de (re)colocar o trabalhador no mercado de trabalho, através da implantação de serviços e agências de colocação e de desenvolvimento de ações com este fim.	Trabalhadores em geral.	Ministério do Trabalho e Emprego
Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda (SPTER)		Tem o objetivo de promover mais e melhores oportunidades de trabalho, emprego e geração de renda.	Trabalhadores em geral.	Ministério do Trabalho e Emprego
Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) (desde 2003)	Programa Nossa Primeira Terra	Tem o objetivo de apoiar os que não têm terra para que possam adquiri-la por meio de crédito, assim como àqueles que a possuem em pequena quantidade, a fim de que possam permanecer no meio rural e investir em uma propriedade. Atinge 150 mil jovens.		Ministério do Desenvolvimento Agrário
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	PRONAF Jovem	Tem o objetivo de financiar projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. No âmbito deste programa, foi criada uma linha de crédito especial destinada à juventude, o PRONAF Jovem.	Jovens agricultores familiares de 16 a 29 anos, que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância; que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em escolas técnicas agrícolas de nível médio; ou que tenham participado de curso ou estágio de formação profissional de, no mínimo, 100 horas. ²²	Ministério do Desenvolvimento Agrário

Uma análise sobre as ações desenvolvidas

Compreende-se que a relação dos jovens com o mundo do trabalho reflete a dinâmica de um conjunto de fatores socioeconômicos, que não são a eles exclusivos, mas que os afetam mais intensamente, resultando nas piores condições em termos de oportunidades de trabalho.

Há evidências de que uma parte significativa da juventude brasileira encontra dificuldades em se inserir e se manter no mercado de trabalho. Tomando como referência os estudos

²²

Informações extraídas do documento "Trabalho Decente e Juventude no Brasil".

preliminares realizados pelo Dieese, em 2009, constata-se que, além de constituírem o grupo etário mais desfavorecido pelas condições restritivas de emprego, enfrentando altas taxas de desemprego e de informalidade, baixos rendimentos e ausência de proteção social, também, enfrentam elevadas taxas de rotatividade, principalmente por estarem em trabalhos precários, muitas vezes de caráter temporário.

Os indicadores sugerem que a taxa de desemprego entre os jovens de 16 a 24 anos é maior se comparada à da população de uma maneira geral, sendo que há diferenciações nos padrões de inserção ao mercado de trabalho em função do sexo, da condição econômica da família, dos grupos de idade e da região de domicílio, reproduzindo em si as desigualdades de raça, gênero e renda presentes na população brasileira como um todo. A taxa de desemprego para os jovens chega a ser quase o dobro do apurado para a população total, e a população feminina e os jovens de núcleos familiares de menor poder aquisitivo são os mais vulneráveis a essa situação.

Os jovens entre 18 e 24 anos são os que mais participam do mercado de trabalho, sendo este índice e remuneração maiores entre os homens. Entretanto, verifica-se que esta inserção se dá de forma precária, com jornadas de trabalho elevadas e altos déficits de trabalho decente²³, com graves conseqüências para seu itinerário profissional ulterior, para a continuidade dos estudos e mesmo para a sua saúde.

Em relação à combinação da vida escolar com o trabalho, os dados revelaram que o abandono dos estudos é mais freqüente entre jovens oriundos de famílias de baixa renda, considerando tanto a situação daqueles que só trabalham e/ou procuram trabalho, quanto a dos inativos.

Outros aspectos que têm afetado a trajetória profissional dos jovens são a inexperiência profissional e diversas discriminações de gênero, orientação sexual, raça a que estão submetidos e que também atingem pessoas com deficiências e as que vivem com HIV/AIDS.

Uma análise preliminar sobre a política pública de trabalho para a juventude, observando os objetivos e os públicos-alvo dos programas levantados nos últimos oito anos, permite constatar que houve um investimento do governo na oferta de qualificação profissional e em ações emergenciais de aceleração da escolaridade aos jovens de baixa renda.

Entretanto, entre as iniciativas governamentais que se voltam para essa dimensão, a única que contempla o público juvenil são as modalidades do Projovem Integrado. As ações realizadas por este programa têm sido de grande importância social, enquanto mecanismo de resgate dos jovens excluídos do processo educacional, e como iniciativas pedagógicas que apresentam características inovadoras, entre elas a combinação de elevação da escolaridade, com qualificação profissional e trabalho comunitário.

²³ Segundo a Agenda Nacional de Trabalho Decente, entende-se por decente o trabalho que é adequadamente remunerado e exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, garantindo assim uma vida digna ao sujeito.

Destaca-se, contudo, que a proposta de integração das modalidades, iniciada em 2008, ainda não teve sucesso, não obstante a criação do Comitê Gestor do programa. Na prática, as modalidades continuam a serem oferecidas pelos Ministérios envolvidos de forma independente. Cabe observar que:

os processos de implantação dos programas nos municípios e nos estados não estão articulados, tampouco há interligação entre eles, além de a abordagem e o trato das especificidades juvenis nos conteúdos e metodologias adotados não terem a mesma ênfase e coerência entre todas as modalidades. (CONJUVE, 2010a:8)

Embora estes não sejam fatores determinantes, o nível de escolaridade e a capacitação profissional podem impactar na questão do desemprego juvenil e influenciar na qualidade da sua entrada e permanência no mercado de trabalho. Estes aspectos demonstram a relevância de políticas de formação para a inserção. Entretanto, considera-se que a escolarização e a qualificação são condições necessárias, mas não são suficientes, para a redução significativa do desemprego, uma vez que este não se dá apenas entre os jovens e deve-se, principalmente, à desproporção entre oferta, postos de trabalho e demanda, que devem ser mediados pela política de inserção.

Nesse âmbito, as únicas ações identificadas com o recorte juvenil tem sido realizadas pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário e priorizam a disponibilização de crédito para aquisição de terra ou para a realização de projetos, que tem atendido especificamente a juventude do campo.

No caso dos jovens rurais, embora se considere que as políticas desenvolvidas no âmbito da agricultura familiar possibilitam alternativas de ocupação ou geram impacto sobre a qualidade de inserção juvenil neste contexto, constata-se que os atuais programas federais ainda são insuficientes para a produção de resultados significativos. Assim, é necessário desenvolver políticas estruturantes que possibilitem aos jovens enfrentar os graves problemas que tem impossibilitado sua permanência no espaço rural. Garantindo, entre outros aspectos, a infraestrutura e os recursos necessários para transformar o rural como ambiente próspero e sustentável, potencializando a produção e a geração de renda, de forma a propiciar aos jovens condições viáveis para construir seus projetos de vida nesse contexto.

Ainda sobre a inserção, é importante destacar o papel do Legislativo nesse tema, com a aprovação da Lei da Aprendizagem (10.097/2000 e 11.180/2005) e do Contrato de Estágio (Lei 6.494/1977 e 11.788/2008) propostos pelo Executivo. A primeira estabeleceu a aprendizagem como um contrato de trabalho especial, com prazo determinado, podendo ser prorrogado por dois anos, no qual o empregador se compromete a assegurar ao aprendiz (jovem maior de 14 e menor de 24 anos²⁴), formação técnico-profissional, por meio de atividades teóricas e práticas. Aos aprendizes são assegurados alguns direitos trabalhistas

²⁴ Não há este limite de idade para os jovens com deficiência.

como vale-transporte, seguro-desemprego, 13º salário, férias e adicional de 1/3 de férias. De acordo com a legislação vigente, a cota de aprendizes está fixada entre 5 e 15% do total de empregados do estabelecimento cujas funções demandem formação profissional.

Desde a formulação inicial da lei, o Ministério do Trabalho tem publicado portarias e realizado ações no sentido de regulamentar e qualificar as estratégias de formação e inserção provocadas pela dinâmica de implantação do Contrato de Aprendizagem.

Contudo, observa-se que o Contrato de Aprendizagem não é visto como uma ação prioritária, contraditoriamente aos dados estatísticos que apontam a importância dessa lei na inserção dos jovens em ocupações formais: 63% dos jovens nos programas de aprendizagem permanecem no mercado de trabalho formal.

Já em relação ao contrato de estágio, a lei estabelece que ele se dará mediante termo de compromisso celebrado entre a empresa (pessoas jurídicas de direito privado, órgãos da administração pública e instituições de ensino) contratante e o estudante, sempre com interveniência da instituição de ensino. Consideram-se estagiários, alunos regularmente matriculados e com frequência efetiva nos níveis de ensino superior, nos cursos profissionalizantes de nível médio e nos cursos supletivos.

A regulamentação mais recente passa a reconhecer o estágio como vínculo educativo profissionalizante, supervisionado e desenvolvido como parte do projeto pedagógico e do itinerário formativo do educando, mas não há uma intermediação específica para essa modalidade no sistema público.

Cabe salientar a relevância de iniciativas de promoção do trabalho decente, previstas na Agenda Nacional de Trabalho Decente²⁵, documento elaborado pelo governo brasileiro e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 2006, em consulta com empregadores e trabalhadores.

Compreendendo a importância e a especificidade do segmento juvenil, em 2009 foi instituído um subcomitê para construção da Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude, lançada no final de 2010. O documento inclui quatro eixos prioritários: 1) mais e melhor educação, baseada na elevação da qualidade do ensino médio, ensino técnico e qualificação profissional; 2) conciliação dos estudos, trabalho e vida familiar; 3) inserção ativa no mundo do trabalho com mais e melhores empregos para os jovens e com igualdade de oportunidades e de tratamento e 4) diálogo social, com a intenção de ampliar e fortalecer o debate sobre as alternativas e condicionantes para a melhor inserção juvenil no mercado de trabalho.

Por fim, deve-se destacar que estamos vivendo um momento singular da sociedade brasileira, marcado pelo bônus demográfico, em que há cerca de 50 milhões de jovens na População Economicamente Ativa, o que faz das opções do Estado brasileiro pelo crescimento e pela inserção de qualidade da juventude no mercado de trabalho, escolhas

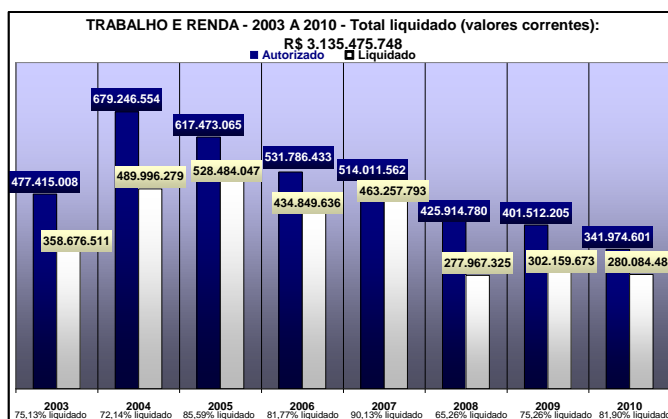
²⁵

Para maiores informações ver: <http://www.oitbrasil.org.br/info/downloadfile.php?filed=237>.

estratégicas para o país. É impossível o êxito do desenvolvimento nacional sem a devida atenção à juventude.

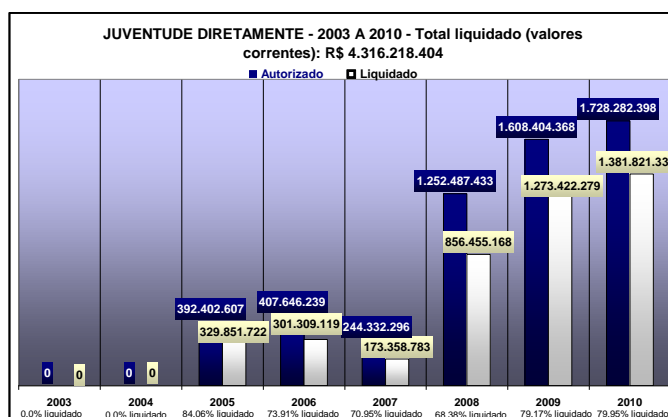
De olho no orçamento – Parte 1

Foram identificados, no PPA, 14 programas e ações²⁶ do governo federal que impactam a juventude na dimensão do trabalho e renda (CARVALHO e EGHRARI, 2010, p. 39). Para estes programas, a porcentagem de liquidação dentro dos recursos autorizados ficou em torno de 78%, conforme ilustra o gráfico a seguir (idem, p. 112).



De olho no orçamento – Parte 2

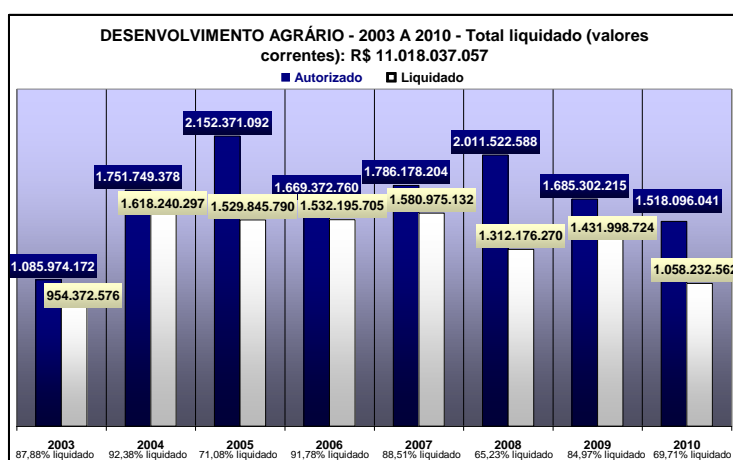
O Projovem e a Gestão das Políticas Públicas de Juventude, denominados no gráfico de Juventude Diretamente, foram analisados separadamente dos demais. Neste caso, foi identificado que 75% dos recursos autorizados foram liquidados:



²⁶

1) Jovem Empreendedor; 2) Soldado Cidadão; 3) Primeiro Emprego; 4) Qualificação Profissional do Trabalhador / Qualificação Social e Profissional; 5) Trabalho Legal / Rede de Proteção ao Trabalho; 6) Gestão da Política de Trabalho, Emprego e Renda; 7) Adestramento e operações Militares do Exército / Preparo e Emprego da Força Terrestre; 8) Adestramento e Operações Militares da Aeronáutica / Preparo e Emprego da Força Aérea; 9) Adestramento e Operações Militares da Marinha / Preparo e Emprego do Poder Naval; 10) Ensino Profissional da Marinha; 11) Ensino Profissional do Exército; 12) Ensino Profissional da Aeronáutica; 13) Economia Solidária em Desenvolvimento e 14) Organização Produtiva de Comunidades Pobres – PRONAGER.

Foi verificada uma separação no PPA entre os programas de trabalho e renda e os de desenvolvimento agrário. Neste último eixo, foram identificados oito programas²⁷ (idem, p. 47). Para este grupo, a execução dos recursos autorizados ficou em 80% no período analisado, conforme ilustra o gráfico abaixo (idem, p. 114).



Recomendações para uma Política Pública de Juventude e Trabalho

1. Estimular o debate na sociedade e a participação de jovens na formulação, implementação e gestão das políticas de juventude e trabalho e renda.
2. Criar uma comissão de debate das políticas de trabalho para jovens no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, com a participação das organizações sindicais empresariais e da sociedade civil organizada.
3. Consolidar a Agenda Nacional de Trabalho Decente e elaborar um Plano Nacional de Promoção do Trabalho Decente para Jovens no Brasil, garantindo a aplicação efetiva dos princípios e direitos fundamentais do trabalho, especialmente para o emprego formal, além de ampliar e fortalecer a proteção social dos jovens no setor informal, buscando conciliar seguridade social com eficiência produtiva e competitividade.
4. Desenvolver políticas públicas que possibilitem à juventude conciliar sua trajetória pessoal e social, especialmente na dimensão educacional e familiar, com sua atividade profissional, estabelecendo sua relação com o mundo do trabalho em condições adequadas.
5. Reduzir a carga de trabalho juvenil para 40 horas, assegurando a manutenção dos salários e o tempo para a qualificação profissional como parte dessa jornada.
6. Ampliar os programas governamentais voltados ao primeiro emprego e a oferta de ensino profissionalizante, implementando metodologias de formação que garantam conteúdos relativos ao ensino regular e à prática profissional do jovem.
7. Desenvolver programas que ampliem as oportunidades de crédito para a juventude e construir um marco legal que viabilize o cooperativismo, a economia solidária e o

²⁷ 1) Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais; 2) Consolidação de Assentamentos; 3) Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária / e de Projetos de Assentamento; 4) Gestão da Política Fundiária / de Desenvolvimento Agrário; 5) Agricultura Familiar – PRONAF; 6) Crédito Fundiário; 7) Educação do Campo (PRONERA); 8) Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar.

empreendedorismo da juventude urbana e rural, desburocratizando o acesso ao crédito, à formação e ao mercado consumidor.

8. Aperfeiçoar o sistema de informações sobre a situação social da juventude, bem como o monitoramento e avaliação das políticas, além de estimular a integração das políticas públicas de qualificação profissional juvenil.

9. Garantir que a intermediação dos contratos de estágio e de aprendizagem seja executada unicamente por órgãos públicos e fortalecer a fiscalização, de forma a evitar a relação de emprego disfarçada.

10. Criar novas regulamentações, buscando a equidade e a efetividade da aplicação da Lei 10.097, garantindo o alinhamento na sua interpretação e a promoção de campanhas acerca dos seus benefícios para o jovem, para empresa e para sociedade.

11. Garantir a igualdade de direitos e oportunidades no acesso, permanência e promoção das jovens, em especial as negras, no mercado de trabalho, procurando promover sua autonomia e considerando suas especificidades e diversidades.

12. Garantir a participação das mulheres jovens na elaboração, monitoramento e avaliação de políticas públicas e nos programas do governo federal focadas no mundo do trabalho.

13. Incentivar e fortalecer a inclusão feminina no sistema previdenciário, com base na universalização da cobertura.

14. Envolver o Conjuve na campanha pela ratificação da Convenção 156 da OIT (igualdade de oportunidades e de tratamento) e na Conferência Nacional de Trabalho Decente.

15. Incentivar a construção de espaços locais de participação de jovens trabalhadores/as por meio de sindicatos, combatendo as práticas antissindicais que se destinam à juventude.

16. Garantir políticas públicas integradas que promovam a geração de trabalho e renda para o jovem do campo, com participação da juventude na sua elaboração e gestão, assegurando o acesso à terra, à capacitação e ao desenvolvimento de tecnologia sustentável apropriada à agricultura familiar e camponesa, voltada para a mudança de matriz tecnológica²⁸.

17. Garantir o acesso a jovens com deficiência aos programas e ações que visem à inserção no mercado de trabalho com instrumentos.

- Em relação ao Projovem Integrado:

18. Fortalecer o Comitê Gestor do programa, visando ao seu funcionamento sistemático, efetivando a transparência e controle social, incluindo a representação do Conjuve no Conselho Gestor do Projovem.

19. Instituir em todas as modalidades do PROJOVEM Integrado instâncias (fóruns ou comitês municipal, estadual e nacional) de participação direta de representações dos jovens do programa para acompanhamento e discussões sobre a programação e a gestão.

²⁸

Extraída da 20ª Resolução da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude.

20. Implantar sistema de avaliação e monitoramento em todas as modalidades, tal como foi adotado pelo Projovem Urbano, de modo a produzir dados comparativos de eficácia, eficiência e efetividade dos seus programas.

21. Ampliar e fortalecer programas de transferência de renda, principalmente o Projovem e suas modalidades.

1.3. As políticas públicas de cultura e a juventude

Os programas levantados

Entre os programas desenvolvidos no âmbito do Ministério da Cultura que mais contemplam a juventude, encontram-se o Cultura Viva – Arte, Educação e Cidadania da Secretaria Cidadania Cultural, e o Mais Cultura, da Secretaria de Articulação Institucional. Ambos reúnem um conjunto de ações, mas, neste documento, identificaremos apenas aqueles que atendem direta ou indiretamente o público jovem.

Programa	Ações	Caracterização	Público	Responsável
Programa Cultura Viva – Arte, Educação e Cidadania (desde 2004) <i>Objetivos:</i> fortalecer o protagonismo cultural de populações com baixo acesso aos meios de formação, criação, produção, fruição e difusão cultural, valorizando as iniciativas culturais de grupos e comunidades e ampliando o acesso aos bens culturais.	Pontos de Cultura	São unidades de produção, recepção e disseminação culturais com o objetivo de ampliar o acesso da população de baixa renda à produção dos bens e serviços culturais. Contempla o repasse de recursos para atividades e distribuição de <i>kits</i> de produção multimídia, computadores com internet banda larga e programas de <i>software</i> livre, estúdio e ilha de edição	Comunidades das periferias das grandes cidades e de localidades rurais; Indígenas; Quilombolas.	Secretaria de Cidadania Cultural
	Cultura Digital	Estúdio multimídia com equipamentos que possibilitam a produção de diversas mídias eletrônicas e de comunicação, como cd, vídeo, sites e rádios com programas em softwares livres	Estudantes do ensino fundamental e médio da rede pública de ensino.	Secretaria de Cidadania Cultural
	Agente Cultura Viva (desde 2009)	Formação de agentes culturais nos Pontos de Cultura, visando transformar o jovem em multiplicador do próprio Ponto de Cultura, desenvolvendo uma capacitação específica e possibilitando a geração de renda nas comunidades. Cada Ponto de Cultura possui quatro Agentes de Cultura, que recebem bolsas no valor de R\$380,00 mensais num período de doze meses.	Jovens das comunidades de 15 a 29 anos	Secretaria de Cidadania Cultural

Programa	Ações	Caracterização	Público	Responsável
	Escola Viva	Integração dos Pontos de Cultura às escolas, com vistas à construção de um conhecimento reflexivo e sensível por meio da cultura. Realização de parcerias com as escolas, com o intuito de tornar os Pontos de Cultura espaços extensivos à escola, desenvolvendo atividades culturais no contra-turno integradas ao cronograma escolar, bem como valorizar as experiências inovadoras das escolas no campo da cultura.	Estudantes do ensino fundamental e médio da rede pública de ensino.	Secretaria de Cidadania Cultural
Programa Mais Cultura (desde 2007)	Cultura e Cidadania Viabilização de iniciativas locais, privilegiando o diálogo com os Pontos de Cultura.	Agente de leitura: Fomentar a leitura através de atividades que desenvolvam talentos, saberes e fazeres para compartilhar experiências de interpretações e de leituras de mundo por meio da arte e da cultura, proporcionando às comunidades atendidas o acesso à produção cultural através de processos críticos e inventivos de compreender, criar e transformar o mundo a partir de suas próprias realidades. Os jovens recebem uma bolsa no valor de R\$ 350,00 por um período de 12 meses, renováveis por igual período.	Jovens entre 18 e 29 anos, escolaridade mínima de ensino médio	Secretaria de Articulação Institucional
		Tô Sabendo - Programa educativo para jovens que tem como principal ação a competição televisionada de conhecimentos gerais e específicos entre estudantes de escolas públicas do último ano do ensino médio. É um projeto multiplataforma, com o desenvolvimento de games educativos, programas culturais, educação à distância, participação e difusão de informação em redes sociais etc.	Estudantes	Secretarias do Audiovisual (SAV) e da Articulação Institucional (SAI)
	Cultura e Economia	Microprojetos Mais Cultura –Tem como objetivo promover a diversidade cultural por meio do fomento e incentivo aos artistas, grupos artísticos independentes e pequenos produtores culturais, nas áreas de artes visuais, artes cênicas, música, literatura, audiovisual e artes integradas. São concedidos prêmios a pessoas físicas e jurídicas sem fins lucrativos que desenvolvam projetos.	Jovens entre 17 e 29 anos, oriundos de áreas de vulnerabilidade social	Secretaria de Articulação Institucional

A Secretaria da Identidade e da Diversidade, em parceria com as secretarias listadas acima, desenvolveu algumas ações para os jovens listadas na tabela abaixo:

Programa	Caracterização	Público	Responsável
Programa Nós na Tela	Concurso de apoio à produção de obras audiovisuais de curta metragem, que abordem o tema “Cultura e Transformação Social”, permitindo que os jovens mostrem as várias expressões de sua realidade.	Jovens das classes C, D e E, entre 17 e 29 anos, envolvidos em projetos sociais de formação em audiovisual.	Secretarias da Identidade e da Diversidade e Secretaria de Audiovisual
Prêmio Cultura Hip Hop (desde 2009)	Concurso para premiar iniciativas de fortalecimento das expressões culturais do Movimento Hip Hop, contribuindo para sua continuidade e para o fomento de artistas, grupos e comunidades praticantes dos diferentes elementos do gênero no Brasil, contemplando as macrorregiões (Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste).	Artistas, grupos e comunidades praticantes dos diferentes elementos do gênero no Brasil	Secretarias da Identidade e da Diversidade Cultural (SID) e de Cidadania Cultural (SCC)

Uma análise sobre as ações desenvolvidas

A dimensão cultural apresenta-se como um dos aspectos recorrentes e determinantes na constituição dos desejos e das práticas coletivas experimentadas pelos jovens contemporâneos, tornando-se um dos aspectos centrais na compreensão deste segmento. Nesse sentido, é interessante notar que, atualmente, uma parcela dos jovens ingressa na dimensão pública e coletiva da sociedade através da participação em iniciativas e manifestações culturais.

Essa afirmação é confirmada na 1ª Conferência Nacional de Juventude, onde a cultura apareceu com destaque, tendo votado o maior número de prioridades (três).

A ausência de um recorte juvenil transparece como limitação às políticas de cultura, dado o potencial que encerram para a juventude brasileira. Nesse sentido, o Programa Cultura Viva e o Mais Cultura tornaram-se referência de iniciativas que se aproximaram deste foco. Também a Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural sinaliza nesta direção ao desenvolver políticas especificamente voltadas para a juventude, além de outros segmentos identitários, malgrado sua escala reduzida.

Os Pontos de Cultura do Programa Cultura Viva, mesmo não sendo voltados especificamente à juventude, acabam por atingi-la, dado seu público ser composto, em sua maioria, de adolescentes e jovens, que dele se apropriaram.

Assim, inclusive pela composição, um enfoque juvenil favoreceria uma maior abrangência em termos populacionais e territoriais e maior consistência na análise do resultado da política pública, limitada em face dos poucos dados e informações disponíveis. Ademais, é

oportuno ressaltar os avanços obtidos na melhora do acesso às diversas expressões culturais e na formação inicial dos jovens.

O programa capta parte das demandas por reconhecimento e experimentação, abrangendo a valorização de culturas não consagradas, isto é, não legitimadas institucionalmente ou nos mercados culturais. Ao mesmo tempo, considera as necessidades de formação profissional para que a inserção laboral do jovem também resulte de uma adequação entre identidade e capacidade. (IPEA, 2009:232)

Para a avaliação das políticas do Ministério da Cultura que se voltam para a juventude, deve-se ter como pano de fundo a perspectiva ampla de cultura adotada pelo Ministério, consolidada em um conceito tridimensional, o qual contempla três perspectivas: cidadã, simbólica e econômica.

Inicialmente, considerando a perspectiva cidadã da cultura, que abarca a democratização do acesso à cultura, nota-se que políticas voltadas para a construção e qualificação de espaços e bens culturais, como o Programa Mais Cultura, por exemplo, têm sido desenvolvidas.

No entanto, há em termos de políticas culturais, dificuldade em promover melhores condições de fruição e produção cultural para a maioria dos jovens, e também provocar a demanda juvenil por equipamentos culturais. A produção cultural brasileira ainda é concentrada, há poucos lugares de referência especializados nas diversas manifestações culturais e o acesso é desigualmente distribuído do ponto de vista regional e social, o que acaba limitando as atividades dos jovens em seu tempo livre. Além do mais, observam-se as dificuldades encontradas pelos pequenos municípios brasileiros, nos quais as juventudes que vivem tanto no espaço urbano quanto no rural convivem com a falta de equipamentos. Mesmo nos grandes centros urbanos, verifica-se a concentração dos equipamentos culturais em detrimento das periferias, o que dificulta a fruição cultural desses jovens.

Sabe-se que o Ministério da Cultura já incorpora, em suas políticas, a prioridade da descentralização territorial dos equipamentos culturais, de modo a democratizar o acesso à cultura e apoiar o desenvolvimento de capital cultural em grupos e comunidades desprovidos destes equipamentos. Dentre as iniciativas, cita-se a articulação do Programa Mais Cultura com o Programa Territórios da Cidadania. No entanto, percebe-se a necessidade de se aprimorar as ações e marcos legais buscando atender às diversas realidades dos jovens. Cabe salientar que políticas voltadas para a construção de equipamentos culturais devem seguir uma perspectiva integrada, sendo necessário que o poder público desenvolva ações que as fortaleçam e qualifiquem, de forma a estimular a apropriação e incorporação dessas pelos jovens, como políticas de subvenção de ingressos, articulação para facilitação dos meios públicos de transporte para jovens.

Além disso, deve-se promover a oferta de programação variada que busque valorizar a diversidade cultural e local, regional e nacional, possibilitando à juventude o acesso às diversas manifestações artísticas e culturais, bem como o aprendizado e a fruição cultural. Ainda sobre a perspectiva da democratização do acesso, destaca-se também a necessidade

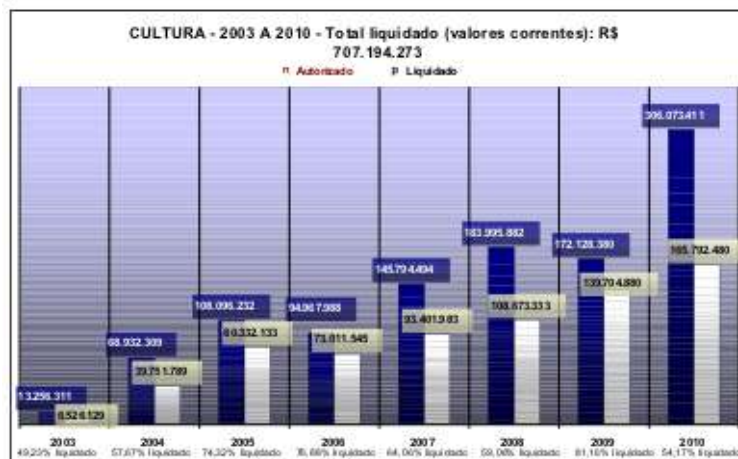
de desenvolver ações mais eficazes voltadas para a promoção da acessibilidade, com a adequação dos equipamentos às especificidades e às necessidades dos jovens com mobilidade reduzida, deficientes visuais e auditivos, dentre outros.

Considerando a perspectiva simbólica da cultura e a relação com a juventude, reconhece-se o papel dos jovens como criadores de arte e agentes de manifestações culturais. Percebe-se que, por um lado, o Ministério da Cultura vem realizando ações de fomento que busquem reconhecer e valorizar as expressões artísticas dos jovens, a exemplo do Prêmio Hip-hop. Por outro, verifica-se a necessidade de desenvolver outras iniciativas e aprimorar as existentes de maneira estruturante, buscando promover e proteger as expressões culturais e artísticas dos jovens.

Sob um ponto de vista econômico, reafirma-se o papel estratégico da economia da cultura no desenvolvimento brasileiro, sendo necessário maior investimento nos programas de fomento, capacitação e formação voltados para jovens, como criadores, mediadores e/ou profissionais técnicos atuantes nas cadeias da cultura, assim como a criação de novos arranjos produtivos da cultura, fundados na solidariedade, na cultura livre e independente, para que a juventude possa participar do mercado de trabalho da área cultural e, assim, ter novas oportunidades de crescimento profissional a partir desse setor. É importante buscar alternativas ao mercado cultural monopolizado pela grande indústria cultural e deformado pelo “jabá”, que empobrece o universo cultural brasileiro e limita as possibilidades artísticas aos jovens que iniciam sua trajetória profissional. Em paralelo, é relevante para a juventude o incentivo à produção independente à produção independente e baseada na solidariedade e na liberdade cultural.

De olho no orçamento

Analisando-se a execução orçamentária dos programas mencionados no PPA, na área de cultura, observa-se no gráfico abaixo a comparação entre os recursos autorizados e os que foram efetivamente liquidados. Destes seis impactam direta ou indiretamente na juventude brasileira, cuja execução é representada no gráfico a seguir:



Recomendações para uma Política Pública de Juventude e Cultura

1. Realizar um mapeamento cultural nos municípios e nos estados para que as políticas públicas contemplem toda diversidade cultural e as juventudes existentes no Brasil.
2. Aprofundar estudos/pesquisas sobre juventude, com foco na produção de indicadores que permitam avaliações quantitativas e qualitativas da efetividade das políticas culturais com foco na juventude.
3. Construir um recorte de juventude nos programas do MinC, criando espaço interno para discussão deste tema e estimular a participação de organizações/movimentos de juventude nos conselhos do MinC.
4. Fortalecer o Programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura, ampliando sua escala e a intersetorialidade com outras iniciativas governamentais e entre os entes federativos, em especial quando da instalação de novos equipamentos públicos, fortalecendo o enfoque juvenil.
5. Desenvolver ações que promovam a inserção dos jovens no mercado de trabalho e que possibilitem a geração de renda, a partir da sua formação artístico-cultural nos Pontos de Cultura e em outras políticas correlatas, e a captação de possibilidades de inserção via integração entre as políticas e programas, combatendo o favorecimento econômico e a monopolização do mercado, incentivando os novos espaços e tecnologias.
6. Criar programas específicos para grupos e/ou artistas amadores e em fase de profissionalização, para que possam realizar intercâmbios e aperfeiçoar suas técnicas, integrados com os programas de formação de platéias e de público.
7. Contemplar a área da cultura nos programas oficiais de profissionalização, possibilitando aos jovens a inserção no mercado de trabalho neste campo.
8. Criar um mecanismo específico de apoio e incentivo financeiro aos jovens, por meio de bolsas, para formação e capacitação como artistas, animadores e agentes culturais multiplicadores.
9. Desenvolver ações que estimulem e qualifiquem a apropriação e a incorporação da cultura pelos jovens, como políticas de subvenção e facilitação do acesso ao transporte, assim como fiscalizar e fazer cumprir as leis de meia entrada e meia cultura voltadas aos estudantes.
10. Reforçar a necessidade de implantação do Plano Nacional de Cultura com a garantia do orçamento 2% - governo federal; 1,5 % estados e 1% municípios.
11. Incorporar o uso das novas tecnologias no debate sobre a cultura a nova realidade surgida com a cibernética e as telecomunicações e suas conseqüências para a cultura e a juventude, principal usuária e protagonista destas tecnologias.
12. Descentralizar a criação dos equipamentos culturais, possibilitando a sua construção nas periferias das cidades, nos pequenos municípios e também no campo.

13. Apoiar ações de cotização da produção nacional, independente e local, nos meios de comunicação, (TV aberta e paga, rádios e cinemas), garantindo a preferência nas apresentações e prioridade no pagamento. Entender os cineclubes como espaços privilegiados de democratização do audiovisual.²⁹

14. Ampliar a escala das políticas públicas de cultura com foco na juventude dentro e fora do Programa Cultura Viva.

15. Fomentar a criação, em todos os municípios, de espaços culturais públicos, descentralizados, com gestão compartilhada e financiamento direto do Estado, que atendam às especificidades dos jovens e que tenham programação permanente e de qualidade. Os espaços sejam eles construções novas, desapropriações de imóveis desocupados ou organizações da sociedade civil já estabelecidas, devem ter condições de abrigar as mais diversas manifestações artísticas e culturais, possibilitando o aprendizado, a fruição e a apresentação da produção cultural da juventude.³⁰

16. Criar mecanismos de incentivo e apoio para a participação de jovens na Conferência Nacional de Cultura e no Conselho Nacional de Cultura.

17. Implementar ações indutoras de integração das políticas e programas.

1.4. As políticas públicas de comunicação e a juventude

Os programas levantados

Não foram identificadas políticas públicas no campo das tecnologias de informação e comunicação (TICs) de âmbito federal com recorte juvenil. A iniciativa encontrada que mais se aproxima deste foco foi o *Brasil Conectado - Programa Nacional de Banda Larga (PNBL)*, por provocar um debate sobre o acesso à internet, que é um tema de interesse dos jovens. O programa pretende ampliar o acesso da população à internet em banda larga, com o objetivo de reduzir a desigualdade social e regional, com forte impacto na região Norte do país, nas zonas rurais, na geração de emprego, renda, na qualificação dos serviços do governo e na competitividade brasileira, possibilitando a sua inserção no cenário internacional.

Uma análise sobre as ações desenvolvidas

No campo das políticas públicas para a juventude, considera-se que não houve avanços significativos e expressivos nas iniciativas no âmbito do governo federal, em relação à dimensão das tecnologias de informação e comunicação.

Compreende-se a importância do Programa Nacional de Banda Larga, com metas altamente desejáveis e que possibilitará avanços também nos campos da educação e da cultura.

²⁹ Adaptação da 22ª prioridade definida na 1ª Conferência Nacional de Juventude.

³⁰ 9ª prioridade da 1ª Conferência Nacional de Juventude.

Entretanto, resumir a intervenção pública no que tange às TICs apenas ao acesso à internet em banda larga não é contemplar todo potencial da dimensão da comunicação.

É preciso atentar para a inexistência de indicadores na área da comunicação que revelem um diagnóstico mais preciso sobre a forma como a sociedade, principalmente a juventude, apropria-se das TICs e como esta produz conteúdos a partir da utilização destas ferramentas, o que dificulta o desenvolvimento de políticas efetivas.

Considera-se que as iniciativas devem partir da premissa da comunicação como um direito humano fundamental a ser garantido pelo Estado por meio de ações de democratização do acesso e da produção dos meios de comunicação. Democratização tanto em relação à desconcentração do seu poder econômico, quanto no combate à sua manipulação ideológica.

Parte-se da premissa de que construir uma sociedade democrática, na qual múltiplas visões de mundo possam ser colocadas em debate, implica garantir, aos sujeitos, o acesso, a criação, a utilização e a disseminação das informações e conhecimentos. Nessa perspectiva, é necessário efetivar o papel ativo do Estado e investir em capacitação para o domínio dos recursos dos equipamentos, assim como desenvolver iniciativas que estimulem a produção de novas mídias, o surgimento de novos produtores e a utilização do software livre.

É importante considerar também os jovens com deficiência, garantindo-lhes a utilização de tecnologias voltadas ao atendimento de suas especificidades e a acessibilidade na comunicação em todos os seus níveis e meios.

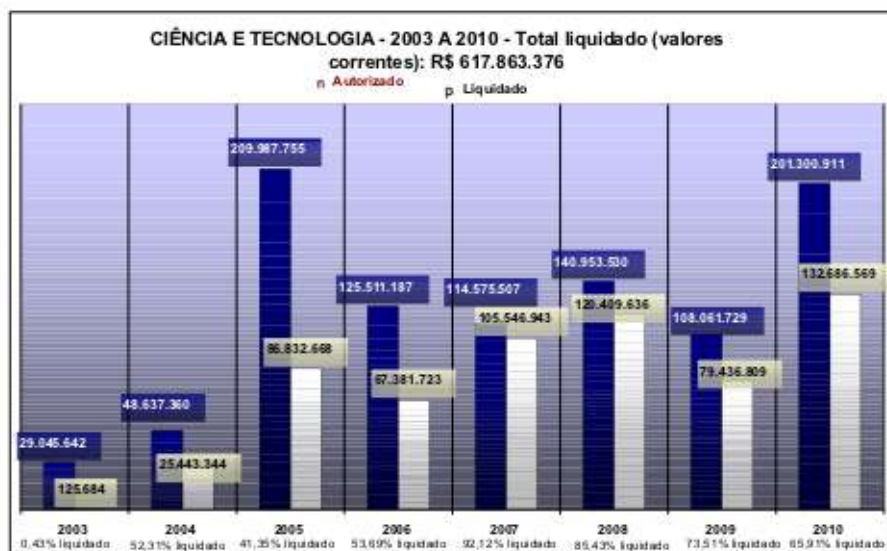
Um outro aspecto que merece destaque no âmbito das políticas públicas de comunicação é a necessidade de articular as políticas de inclusão digital às políticas estruturais da área da educação para garantir o acesso aos estudantes das instituições públicas dos diferentes níveis de ensino, especialmente no que se refere à formação para utilização da ferramenta. Uma das possibilidades, como nos mostra o documento Política Nacional de Juventude: Diretrizes e Perspectivas,

é a inserção de conteúdos de informática no currículo escolar da educação básica. Essas iniciativas devem incluir os jovens que moram na zona rural e as populações e comunidades tradicionais, e focar os instrumentos tecnológicos como ferramentas a favor da produção de conhecimentos. (CONJUVE, 2006:34)

De olho no orçamento

Estão incluídos no PPA quatro programas³¹ que contemplam apenas a universalização do acesso à Banda Larga. Para estes programas a liquidação dos recursos autorizados ficou em torno de 63%, uma das mais baixas ao longo dos oito anos de análise. É o que revela o gráfico a seguir (idem, p. 117).

³¹ 1) Universalização dos Serviços de Telecomunicações; 2) Ciência e Tecnologia para Inclusão Social; 3) Inclusão Digital; 4) Difusão e Popularização da Ciência (CARVALHO E EGHRARI, p. 40)



Recomendações para uma Política Pública de Juventude e Comunicação

1. Criar centros de informação e assessoramento aos jovens para a universalização do acesso e apropriação das TICs, desenvolvendo um espaço de acesso e utilização para toda oferta de serviços e informações públicas focadas nas necessidades e oportunidades para os jovens.
2. Implementar em conjunto com o Ministério da Educação metodologias que utilizem a comunicação no processo de ensino e aprendizagem visando a formação para a cidadania.
3. Criar observatórios críticos de comunicação nas instituições escolares e em centros comunitários possibilitando a compreensão e a discussão dos jovens acerca das TICs.
4. Incentivar, por meio de ações e programas, a formação profissional de jovens em tecnologias de informação e comunicação pouco difundidas, como as rádios e as televisões comunitárias e que estimulem a participação política da juventude na área da comunicação.
5. Promover programas que estimulem e financiem a produção e difusão de mídias jovens.
6. Utilizar a comunicação para promover a inclusão, garantindo que os programas e ações na área de comunicação atendam às normas de acessibilidade estabelecidas na legislação brasileira e que os jovens com deficiência tenham o direito de expressão.
7. Expandir os instrumentos de acesso à informação, criando um site informativo e outras mídias específicas do governo federal, com informações sobre as políticas, os programas e as ações voltadas à juventude.
8. Articular e integrar as políticas ministeriais de comunicação para a juventude, bem como a promoção da setorialidade da juventude no conjunto das políticas públicas de comunicação nos diferentes ministérios em parceria com movimentos juvenis.
9. Ampliar as concessões para rádios comunitárias garantindo a democratização e a desburocratização da comunicação, com prazo máximo de dois anos para legalização e criação de um órgão próprio de fiscalização. (Resolução da 1ª Conferência Nacional de Juventude).

10. Promover concurso para financiamento de sites de organizações de juventude.
11. Desenvolver sistemas de dados/indicadores de comunicação (acesso, produção de conteúdo, domínio das ferramentas, disseminação, etc) na perspectiva de orientar políticas públicas de juventude.
12. Garantir a aplicação das resoluções da 1ª Conferência Nacional de Comunicação (CONFECOM), principalmente as que tangem os direitos dos jovens.

1.5. Um balanço da atuação governamental no eixo Desenvolvimento Integral.

É possível notar que, em relação ao eixo desenvolvimento integral, há uma carência de políticas estruturais, sendo mais desenvolvidos programas governamentais e ações. De um modo geral, as iniciativas se concentram nas áreas de educação e emprego, revelando a concepção da juventude como fase preparatória para a vida adulta. As políticas de cunho estruturante estão mais vinculadas aos processos educativos e as dimensões do trabalho e da cultura limitam-se a programas emergenciais ou focalizados.

É possível inferir que, do total dos programas levantados, a maioria volta-se exclusivamente para a população de jovens excluídos, os quais apresentam baixa renda, pouca escolaridade ou dificuldade de acesso ao ensino superior, desempregados ou com inserção precária no mercado de trabalho. (IPEA, 2009).

Uma das grandes ausências encontra-se em relação às tecnologias de informação e comunicação. Embora haja uma compreensão social da importância da interação dos jovens com essas tecnologias, observa-se que este tema ainda não está consolidado, não sendo encontrada nenhuma iniciativa governamental que fosse direcionada a este público.

Observa-se que, embora tenha ocorrido avanços, é essencial oferecer políticas, programas e ações que integrem as dimensões que compõem o eixo Desenvolvimento Integral para que os jovens possam construir sua trajetória educacional, sua relação com o mundo do trabalho, sua fruição e elaboração cultural e sua experiência com as tecnologias de informação e comunicação em condições adequadas. O documento Política Nacional de Juventude: Diretrizes e Perspectivas acrescenta:

Seria um equívoco limitar a abrangência de todo esse movimento em torno da temática juvenil à elaboração de programas pontuais e mais circunscritos, em que pese a importância destas experiências. É imprescindível que a preocupação com a transversalidade e com a manutenção em longo prazo de políticas de caráter estrutural ocupe espaço na elaboração de políticas governamentais que têm como destino o jovem. (Conjuve, 2006:23)



Capítulo 2

QUALIDADE DE VIDA:

meio ambiente, saúde, esporte e lazer

Compreende-se que o conceito de qualidade de vida não é preciso, não existindo, portanto, um consenso teórico a respeito. Nesse sentido, não se pretende que essa discussão seja exaustiva, nem tampouco apresenta um conceito definitivo.

O tema traz consigo questões objetivas e subjetivas. Objetivas por estar no campo dos direitos fundamentais e por ter relação com o contexto sócioeconômico que interfere nas oportunidades de acesso aos bens e às conquistas sociais, e subjetivas porque também implica o significado e a compreensão dos sujeitos quanto aos valores sociais.

Pensar esse conceito, a partir do proposto pela *Política Nacional de Juventude: Diretrizes e Perspectiva*, implica considerar um conjunto de fatores que se referem às condições sociais nas quais se desenvolve a vida do jovem, que influenciam positiva ou negativamente na sua qualidade de vida. Dentre eles, a atenção e o acesso à saúde, a vivência de práticas de esporte e lazer e os cuidados com o meio ambiente. Tem a ver também com “possibilidades de experimentações, escolhas, acessos e exclusões de diferentes segmentos da juventude” (CONJUVE, 2006: 49) e estreita relação com aspectos do desenvolvimento integral, tema do capítulo anterior.

A visão integrada dessas três dimensões, ainda que necessária para a análise das políticas públicas de juventude, é um grande desafio, sobretudo porque são áreas de conhecimento diferentes, com conceitos e acúmulos próprios, que apresentam um histórico pequeno de diálogo entre si, especialmente no que diz respeito à juventude.

2.1. As políticas públicas de esporte e lazer e a juventude

Programas levantados

Os programas levantados no âmbito das políticas públicas de esporte e lazer contemplam, direta ou indiretamente, o público jovem. Em sua maioria, são iniciativas desenvolvidas pelo Ministério do Esporte e abrangem principalmente 3 eixos do Plano Nacional de Desenvolvimento do Esporte, que são (1) a inclusão social pelo esporte; (2) o desenvolvimento do esporte de rendimento e (3) a infraestrutura esportiva. Para fins de apresentação, os programas foram agrupados de acordo com esses eixos, conforme descrito a seguir.

- Iniciativas que contemplam a inclusão social por meio do esporte:

Programa	Caracterização	Público	Responsável
Programa Segundo Tempo	<i>Objetivo:</i> promover a democratização do acesso à prática esportiva, por meio do desenvolvimento de diversas atividades no contra-turno escolar, modalidades esportivas e ações complementares em espaços físicos das instituições educacionais ou em espaços comunitários, assegurando complemento	Crianças e jovens da rede pública de ensino.	Ministério do Esporte

	<p>alimentar, reforço escolar e material esportivo.</p> <p><i>Abrangência:</i> Está presente em 1300 municípios.</p>		
<p>Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC/Pronasci (desde 2003)</p>	<p><i>Objetivo:</i> ampliação, democratização e universalização do acesso às práticas e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer, integrando suas ações às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social.</p> <p><i>Resultados:</i> 2010 - funcionamento dos Núcleos de Esporte e Lazer para todas as categorias de idade; funcionamento de Núcleos PELC-PRONASCI para 84 mil jovens de 15 a 24 anos em contextos de violência e o funcionamento da Rede CEDES (Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer).</p>	<p>Jovens de 15 a 24 anos, em especial àqueles marcados por situações de violência.</p>	<p>Ministério do Esporte, em parceria com o Ministério da Justiça</p>
<p>Pintando a Liberdade³²</p>	<p><i>Objetivo:</i> promove a ressocialização de internos do sistema penitenciário por meio da fabricação de materiais esportivos. Além da profissionalização, os internos recebem pelo trabalho realizado. Parte do pagamento é repassada imediatamente e outra é depositada para ser retirada após o cumprimento da pena. Os materiais esportivos produzidos são destinados a jovens de baixa renda.</p> <p><i>Abrangência:</i> 90 unidades de produção em funcionamento em todos os estados e no Distrito Federal.</p>	<p>Internos do sistema penitenciário.</p>	<p>Ministério do Esporte</p>
<p>Pintando a Cidadania</p>	<p><i>Objetivo:</i> proporcionar a geração de renda às comunidades em situação de vulnerabilidade, por meio da fabricação de material esportivo e uniforme. O material produzido é distribuído nos núcleos do programa Segundo Tempo e em escolas e entidades sociais de todo o país e do exterior.</p>		<p>Ministério do Esporte</p>

- Iniciativas que visam ao desenvolvimento do esporte de rendimento:

Programa	Caracterização	Público	Responsável
<p>Programa Bolsa Atleta</p>	<p>Tem como objetivo garantir apoio financeiro aos atletas, possibilitando-lhes condições de dedicação ao treinamento esportivo e de participação em competições. O programa abrange quatro categorias: estudantil, nacional, internacional e olímpica e paraolímpica. O Bolsa-Atleta já concede mais</p>	<p>Atletas maiores de 12 anos, que não possuem patrocínio da iniciativa privada e que já começaram a mostrar seu alto potencial em</p>	<p>Ministério do Esporte</p>

³²

Apesar deste programa, em sua proposta, não se destinar ao público juvenil, foi incluído no levantamento por entender-se que a população carcerária atendida é composta de forma expressiva por jovens.

	de 13 mil bolsas para atletas de todas as regiões do país, sendo 85% dos bolsistas jovens atletas entre 15 e 29 anos. A bolsa varia de acordo com a categoria.	competições nacionais e internacionais.	
--	--	---	--

- Iniciativas que contemplam a infraestrutura esportiva, com a construção de equipamentos esportivos e de lazer:

Programa	Caracterização	Público	Responsável
Praça da Juventude	Construção de espaço físico de convivência, que proporcione a prática de diversas modalidades e atividades esportivas e incentive a inclusão digital e a produção cultural e científica.	Comunidades situadas em espaços urbanos com reduzido ou nenhum acesso a equipamentos públicos de esporte e lazer	Ministério da Justiça Ministério do Esporte

Análise sobre as ações desenvolvidas

A legislação vigente no Brasil assegura a oferta do esporte em três dimensões distintas: esporte educacional, esporte de lazer ou recreativo e esporte de alto rendimento. Porém, o debate sobre os direitos da juventude em relação às dimensões do esporte e do lazer é recente, e a compreensão destes temas como matrizes articuladoras da ação de outros ministérios não está consolidada. Ainda mais recente é a afirmação do lazer enquanto objeto de políticas públicas, não restrito ao esporte.

No âmbito governamental, algumas ações concretas foram desenvolvidas nesses últimos oito anos, a partir da criação do Ministério do Esporte em 2003, principal ator na proposição e no gerenciamento das iniciativas voltadas à juventude. Destacam-se a constituição de uma coordenação específica de política pública de juventude e esporte na Secretaria Nacional do Esporte Educacional (SNEED); além da participação ativa de representantes do Ministério no Conjuve e na 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude e a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento do Esporte³³.

No que diz respeito à realização dos programas e ações com foco em juventude, observa-se que estão voltados, em sua maioria, à democratização do acesso ao esporte e acontecem, com mais força, no ambiente escolar, a exemplo do Programa Segundo Tempo. Nesse sentido, a abertura das escolas nos fins de semana realizado pelo Programa Escola Aberta é uma experiência relevante, que deve ser reforçada.

Iniciativas como o PELC/PRONASCI, avançam como um programa relevante para o desenvolvimento da qualidade de vida dos jovens, sobretudo os que se encontram em situação de vulnerabilidade. Cabe salientar que os dados empíricos revelam que grande parte da juventude que já concluíram a fase da educação formal e está fora da escola não

³³ Dentre as várias diretrizes do Plano Nacional do Esporte destacam-se a democratização do acesso do jovem ao esporte e ao lazer, considerando a diversidade, os espaços e as territorialidades; a participação juvenil em espaços decisórios do esporte e do lazer; a articulação de políticas e programas intersetoriais para jovens que possibilitem a formação da cidadania; a promoção da saúde e da qualidade de vida e o desenvolvimento do Sistema Nacional de Esporte e Lazer.

pratica esporte. Assim, as políticas públicas precisam possibilitar o acesso desse segmento ao esporte e ao lazer.

Importante também é a participação dos jovens como Agentes Comunitários de Esporte e Lazer se tornando multiplicadores nas suas comunidades, assim como é necessário perceber que o envolvimento da comunidade na utilização e conservação dos equipamentos esportivos passa necessariamente pela formação e inclusão da juventude.

Embora se percebam melhorias, ainda é preciso avançar na formulação de diretrizes para as políticas públicas de esporte e lazer para a juventude.

É possível constatar a ausência de diagnósticos nacionais sobre o esporte e o lazer para a identificação de demandas e para a avaliação da efetividade e adequação das políticas públicas existentes em relação à juventude. Essa problemática não está circunscrita à temática juvenil, mas ao esporte como um todo.

Na perspectiva da democratização do acesso, a implementação das Praças da Juventude e de ações de revitalização e construção de equipamentos esportivos são iniciativas que devem ser fortalecidas e ampliadas, especialmente para a juventude das periferias das cidades e do campo. Essa oferta de espaços e equipamentos precisa atender às demandas da juventude, favorecendo a apropriação e a utilização destes locais.

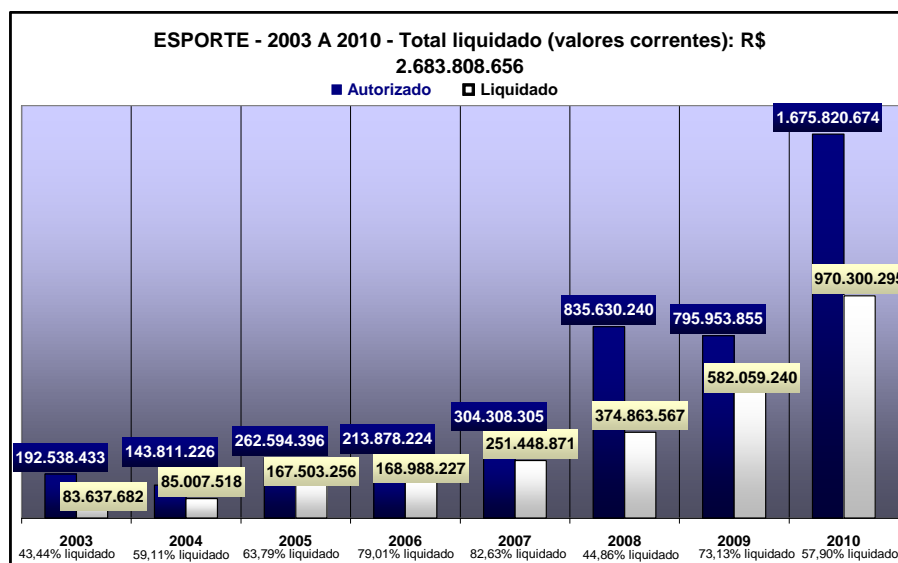
Para isso, é preciso conhecer as necessidades e interesses específicos dos jovens e as práticas esportivas e de lazer a que eles têm acesso na escola, nos locais onde vivem e nos demais espaços onde estão circulam. Assim como é importante diversificar o repertório de modalidades esportivas, possibilitando o contato da juventude com outras práticas e a superação da concepção do esporte restrito à competição.

Aponta-se a necessidade de investimento na melhoria e ampliação da infra-estrutura das instituições escolares públicas, as quais, em sua maioria, não apresentam espaço qualificado para as práticas de esporte e raramente favorecem a inclusão de jovens com deficiência, quem devem ser considerados em todos os âmbitos, inclusive no esporte de alto rendimento.

Outro aspecto que precisa de maior atenção na formulação das políticas públicas no âmbito do esporte e do lazer é a participação da juventude nos processos de tomada de decisões, na elaboração, na gestão e no monitoramento do que está sendo realizado. É preciso investir, em todos os níveis da federação, em espaços institucionais que promovam e possibilitem a presença da juventude nas discussões das ações, como os conselhos de esporte e lazer e as conferências.

De olho no orçamento

Quanto ao orçamento na área de Esporte e Lazer foram identificados seis programas³⁴, com execução em torno de 60% dos recursos previstos, ou seja, mais de um terço dos recursos autorizados não foram liquidados, conforme o gráfico a seguir mostra (idem, p. 129):



Recomendações para uma Política Pública de Juventude e de Esporte e Lazer

1. Revisar o aparato legal e as referências sobre o esporte e o lazer, considerando as contribuições apresentadas pelas conferências nacionais, de forma a tratar o esporte e o lazer como práticas sociais, historicamente criadas e socialmente desenvolvidas.
2. Reforçar as estratégias de articulação com os poderes municipais e estaduais para desenvolvimento de programas e projetos de esporte para a juventude.
3. Oferecer esporte a todos os jovens, com aporte a acessibilidade e sem discriminação em relação a povos e etnias, orientação sexual e identidade de gênero, transcendendo a lógica da competição.
4. Ampliar e qualificar os programas e projetos de esporte, em todas as esferas públicas, enquanto política de Estado, tais como os programas Esporte e Lazer da Cidade, Bolsa Atleta e Segundo Tempo, com núcleos nas escolas, universidades e comunidades, democratizando o acesso ao esporte e ao lazer a jovens, articulados com outros programas existentes.³⁵
5. Garantir espaços, equipamentos e materiais adequados à realização do esporte como mecanismo de democratização de acesso aos jovens, com atenção especial a comunidades de baixa renda, que devem participar de forma efetiva na definição dos locais para sua implantação.

³⁴ 1) Brasil Potência Esportiva / Brasil Esporte de Alto Rendimento; 2) Esporte Solidário; 3) Gestão das Políticas de Esporte; 4) Esporte e Lazer na Cidade; 5) Esportes de Criação Nacional e de Identidade Cultural; 6) Esporte na Escola / Segundo Tempo (CARVALHO E EGHRARI, 2010, p. 41)

³⁵ Resolução da 1ª Conferência Nacional de Juventude.

6. Criação de centros públicos e gratuitos de juventude, a partir da construção ou reutilização de espaços públicos, priorizando a descentralização dos municípios pólos, dotados de infra-estrutura de esporte (praças de juventude, quadras poliesportivas, clubes aquáticos), lazer, cultura (locais para apresentação, sala de cinema e biblioteca) e acesso aos meios tecnológicos, respeitando a realidade local.³⁶
7. Potencializar ações de capacitação dos profissionais envolvidos na política de esporte.
8. Estabelecer parcerias com as universidades para fomentar a participação de graduandos em educação física e esporte em instituições e projetos sociais que trabalham a dimensão do esporte.
9. Expandir os programas de estímulo ao esporte e ao lazer em escolas nos finais de semana, atingindo toda a rede pública de ensino e buscando uma maior participação juvenil.
10. Garantir ao jovem com deficiência o acesso à prática esportiva, contemplando a participação, a informação e os programas de iniciação, vivência e desenvolvimento esportivo, incluindo projetos para desenvolver métodos de acessibilidade.
11. Desenvolver programas governamentais nas áreas de esporte e lazer voltados à juventude do campo, ampliando a disponibilidade, a quantidade e a qualidade de equipamentos de esporte e lazer para a juventude de áreas rurais e reconhecendo as diferenças desses jovens para a diversificação dos programas existentes, e assim garantindo seu acesso e permanência no local de origem.
12. Criar mecanismos e desenvolver programas voltados à formação de jovens atletas de alto nível de rendimento, conjugando o exercício do envolvimento em esporte com a frequência escolar e assegurar os direitos trabalhistas aos jovens que pretendem se tornar trabalhadores do esporte.
13. Garantir mecanismos de democracia direta nos processos de elaboração das políticas públicas esportivas, incentivando a participação efetiva dos jovens e potencializando o acesso da juventude aos espaços participativos, com vistas a inseri-la no Sistema Nacional de Esporte e Lazer e na Conferência Nacional do Esporte, além de criar espaços para a juventude em conselhos de esporte e lazer.
14. Adotar o protagonismo juvenil como filosofia norteadora das políticas públicas esportivas para a juventude, incorporando-a desde a elaboração até as etapas de implementação e avaliação dessas políticas.
15. Promover a participação e a gestão social da juventude na organização e no desenvolvimento dos megaeventos esportivos, assim como dos equipamentos à disposição da comunidade;
16. Inclusão da temática dos valores olímpicos como tema transversal do currículo escolar.
17. Realizar um amplo debate com a participação de segmentos diversificados sobre o caráter dos JEBs e JUBs.

³⁶

Resolução da 1ª Conferência Nacional de Juventude.

2.2. As políticas públicas de meio ambiente e a juventude

Os programas levantados

O Programa Juventude e Meio Ambiente³⁷ surgiu em 2005 como uma estratégia do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (Ministérios da Educação e do Meio Ambiente) para estimular e potencializar o debate socioambiental com foco em políticas públicas, deflagrando um processo de formação de jovens e de fortalecimento dos seus espaços de atuação. Destina-se também à ampliação da formação de jovens lideranças ambientalistas e a contribuição para o fortalecimento e expansão dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente nos estados e da Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade (REJUMA).

O programa é uma estratégia intergeracional para a construção de sociedades sustentáveis, integrando programas de governo e qualificando-os no sentido de formar e instrumentalizar a juventude brasileira para o enfrentamento da crise socioambiental global. Estrutura-se, em aspectos executivos, a partir dos eixos de “Formação”, “Trabalho Sustentável”, “Fortalecimento Institucional”, “Mobilização”, e “Comunicação e Produção de Conhecimento”, abrangendo os temas das mudanças ambientais globais, participação política e controle social, trabalhos sustentáveis e gestão de projetos socioambientais, tecnologias de informação e comunicação, educomunicação e cultura de paz, tecnologias sociais, e mobilização e intervenção socioambiental.

Direciona-se, principalmente, à formação de Coletivos Jovens de Meio Ambiente – CJ - e de Comissões de Qualidade de Vida e Meio Ambiente nas Escolas (COM-VIDA), contemplando ações tanto no âmbito da educação formal quanto da não-formal. Integram os CJs, jovens com idades entre 15 e 29 anos, participantes ou não da Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade – REJUMA.

Como ações desenvolvidas, destacam-se os Encontros Nacionais de Juventude e Meio Ambiente, as Conferências Nacionais e Estaduais Infante-Juvenil pelo Meio Ambiente, o fomento aos Coletivos Jovens pelo Meio Ambiente e às Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola – COM-VIDAS.

Uma análise sobre as ações desenvolvidas

Na esfera ambiental, a discussão sobre qualidade de vida é extensa e articulada à noção de sustentabilidade. No que tange a juventude, a reflexão é recente, necessitando ainda de mais atenção e embasamento teórico (Conjuve, 2006). Mesmo com estes limites, é possível notar avanços no campo das políticas públicas de juventude e meio ambiente nos últimos oito anos.

³⁷ Fontes: Programa Juventude e Meio Ambiente – Série Documentos Técnicos nº 9, disponível no site: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/dt9.pdf> e Agenda 21 e Juventude, Edições 1 (2207); 2(2008) e 3 (2009), disponíveis no site: <http://www.mma.gov.br/agenda21>

Constata-se, por parte do poder público federal, que há uma compreensão da juventude como geração estratégica para o desenvolvimento de políticas estruturantes para a questão ambiental. Verifica-se que a atuação no âmbito governamental vai ao encontro das deliberações da Agenda 21 Global³⁸, que enfatiza a participação juvenil na tomada de decisões sobre meio ambiente e desenvolvimento e na implementação de programas.

Nesse sentido, há sinais de inovadoras perspectivas nas ações desenvolvidas pelos Ministérios da Educação e do Meio Ambiente para esse segmento, vislumbrando, principalmente, a sua formação crítica para a mobilização e interferência nas políticas públicas. Dentre essas ações, destacam-se:

- Realização de Encontros Nacionais de Juventude e Meio Ambiente desenvolvidos em 2003, 2006, 2007, 2009 e 2010, com efetiva participação dos jovens;
- Realização de três Conferências Nacionais Infanto-Juvenis pelo Meio Ambiente, que tiveram a participação de 22 mil escolas, e da Conferência Internacional Infanto-Juvenil “Vamos Cuidar do Planeta”, que contemplou a presença de 60 países;
- Realização de dois Encontros Ibero-Americanos de Juventude pelo Meio Ambiente;
- Criação de aproximadamente 200 Coletivos Jovens de Meio Ambiente, envolvendo 2000 jovens em todas as unidades federativas;
- Criação de 4600 Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (COM-VIDAS);
- Produção e publicação de quatro edições da Revista Agenda 21 e Juventude, sobre temáticas ligadas ao meio ambiente e ao desenvolvimento das ações da Agenda nas escolas;
- Inserção de programas do Ministério do Meio Ambiente (MMA) nas ações do Projeto Rondon;
- Produção de publicações de apoio, como o “Coletivos Jovens de Meio Ambiente: Manual de Apoio”, o livro “Juventude, Cidadania e Meio Ambiente: subsídios para a elaboração de Políticas Públicas de Juventude e Meio Ambiente” e a cartilha “formando COM-VIDA: Construindo Agenda 21 na Escola”;
- Promoção da interação entre Redes (REJUMA, Rede Nacional de Agendas 21 Locais, Rede Brasileira de Educação Ambiental, Salas Verdes, etc), tentando buscar ações conjuntas, mas também alguns aspectos focalizados;

Um marco importante foi a Conferência Nacional de Juventude, que apontou a necessidade de se criar a Agenda 21 da Juventude e o Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente, institucionalizado em PPA (Plano Plurianual) e com a participação juvenil nos processos de construção, avaliação e decisão³⁹.

³⁸ A Agenda 21, aprovada pelos 179 países participantes da Rio 92, “pode ser definida como um instrumento de planejamento para nortear a construção de sociedades sustentáveis, a partir de um novo padrão de desenvolvimento, em diferentes bases geográficas, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. Para maiores informações, consultar: <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=575>

³⁹ Para maiores informações ver 4ª prioridade da Conferência Nacional de Juventude.

Como resultados dessa deliberação, e na tentativa de efetivá-las e consolidá-las, foram criados o Grupo de Trabalho Interministerial, composto pelo Ministério da Educação, Ministério do Meio Ambiente e Secretaria Nacional de Juventude, para elaboração de diretrizes para uma política nacional de juventude e meio ambiente; e o Grupo de Trabalho de Juventude e Meio Ambiente, no ano de 2010, no âmbito do Conjuve. Entretanto, cabe salientar que apesar da articulação entre os Ministérios e a Secretaria Nacional de Juventude e a formação do Grupo de Trabalho, este ainda não foi institucionalizado, apesar de longa tramitação de Portaria que o oficializaria e regulamentaria.

Assim, tendo em vista esse panorama de iniciativas, observa-se que a temática ambiental e a sua relação com a juventude conquistou uma atenção na agenda pública e que o conjunto de ações desenvolvidas possibilitou uma série de conquistas que vão desde a capilarização da educação ambiental à conquista de marcos políticos estratégicos para a temática, como as conferências, o ProNEA – Programa Nacional de Educação Ambiental, os Conselhos, a Política Nacional de Juventude - PNJ e a Agenda 21. Todavia, embora se compreenda a relevância desses avanços, constata-se que ainda há uma carência de políticas estruturantes no que tangem às políticas públicas de juventude e meio ambiente e uma dificuldade de consolidação das mesmas.

Sobre esse aspecto, acrescenta-se como limite à institucionalização, a insuficiência de investimento nas ações governamentais desenvolvidas, uma vez que os documentos consultados revelaram a ausência de uma estrutura e de orçamento específico nos Ministérios para as políticas públicas de juventude e meio ambiente.

Outra questão que deve ser destacada é a dimensão da participação nas iniciativas desenvolvidas. Foi possível verificar a atuação governamental no que diz respeito ao incentivo para mobilização, engajamento e participação juvenil em programas e fóruns ambientais, sobretudo aos jovens que estão inseridos no contexto escolar, revelando que é por meio da educação ambiental que se tem estabelecido um importante diálogo com a temática da juventude. As ações também possibilitaram o fortalecimento dos movimentos de juventude e meio ambiente (REJUMA, Coletivos Jovens de Meio Ambiente, ONGs, dentre outros). Contudo, é preciso pontuar que por falta de recursos orçamentários definidos nos diversos âmbitos, especificamente para as políticas de meio ambiente e juventude, as ações têm centrado na realização de Conferências Infanto-Juvenil de Meio Ambiente, as quais se realizam nas instituições escolares públicas, com a participação dos Coletivos Jovens. Considera-se que essa situação enfraquece a continuidade das ações dos Coletivos e dificulta a disseminação da temática em espaços de educação não formal. Apesar disso, é possível notar que os Coletivos têm conseguido manter sua atuação por meio de parcerias locais e de apoios pontuais e temáticos do governo federal.

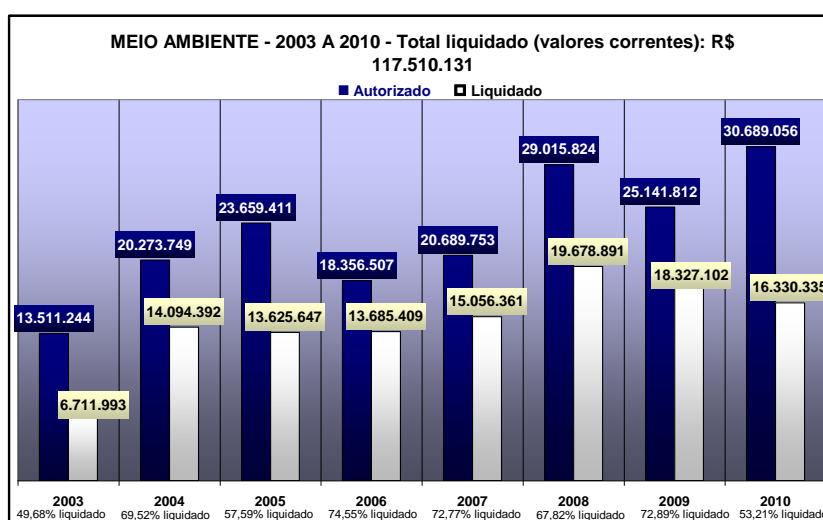
Aponta-se, ainda, a necessidade de ampliar, no âmbito das políticas públicas, a discussão sobre a temática meio ambiente, englobando e integrando as dimensões política, cultural,

social e econômica, não se restringindo apenas à dimensão natural. Conforme nos mostra o documento Política Nacional de Juventude,

seria razoável que políticas públicas de juventude na perspectiva da qualidade de vida dialogassem com esta concepção de “meio ambiente”, uma vez que ela se relaciona mais enfaticamente com os elementos sociais, culturais, políticos e econômicos presentes nos temas da saúde, esporte e lazer em projetos mais progressistas de desenvolvimento nacional. (CONJUVE, 2006:60)

De olho no orçamento

Na análise sobre a execução orçamentária da área de meio ambiente, foram considerados dois programas⁴⁰. O gráfico abaixo mostra que a execução dos recursos autorizados foi baixa, menos de dois terços dos recursos autorizados foram liquidados (idem, p. 106).



Recomendações para uma Política Pública de Juventude e Meio Ambiente

1. Criar uma política nacional de juventude e meio ambiente que inclua a proposta do “Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente”, institucionalizando em PPA (Plano Plurianual), com a participação dos jovens nos processos de construção, execução, avaliação e decisão, bem como da Agenda 21 de Juventude, que fortaleça os movimentos juvenis no enfrentamento da grave crise ambiental, global e planetária, com a construção de sociedades sustentáveis. (Resolução da 1ª Conferência Nacional de Juventude).
2. Consolidar a realização de Encontros Nacionais de Juventude pelo Meio Ambiente, como espaços de formação e de articulação e controle social das políticas pelos jovens na área.
3. Potencializar o acesso e a ação da juventude em espaços de construção e monitoramento das políticas públicas, criando: 1) uma setorial de juventude na Conferência Nacional do Meio Ambiente e 2) estimulando e garantindo a participação dos jovens nos

⁴⁰ Os programas considerados foram: 1 – Gestão da Política de Meio Ambiente; 2 – Educação Ambiental / Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis (CARVALHO e EHRARI, 2010, p. 41).

conselhos, nos comitês, órgãos de fiscalização e gestão nas áreas socioambiental e de desenvolvimento, nas esferas municipais, estaduais e federal.

4. Promover a discussão do código ambiental no Conjuve.

5. Promover a discussão de matriz tecnológica: agronegócio x agroecologia.

6. Ampliar programas voltados à juventude do campo, indígenas e de comunidades tradicionais, facilitando seu acesso e permanência nos programas e ampliando a disponibilidade e a quantidade de iniciativas na área de meio ambiente.

7. Desenvolver políticas públicas específicas para a juventude dos assentamentos, como políticas de preservação e recuperação dos assentamentos degradados pelo agronegócio.

8. Qualificar a juventude nas áreas ambientais, utilizando recursos como os do FAT. Encerramos aí a proposta (Fundo de Amparo ao Trabalhador), entre outros, para atuarem em projetos de educação ambiental, unidades de conservação, ecoturismo e recuperação das áreas degradadas, dentre outras. (Resolução da 1ª Conferência Nacional de Juventude).

9. Ampliar programas de ensino superior na área, expandindo projetos de extensão universitária com foco em comunidades populares e elevando a disponibilidade de bolsas de estudo e recursos para pesquisa na área de juventude e meio ambiente.

10. Promover ações que focalizem o trabalho sustentável e os empregos verdes.

11. Promover a transversalidade da temática meio ambiente nas políticas públicas de juventude.

12. Desenvolver indicadores e diagnósticos para levantamento de instituições e dos atores que desenvolvem ações relacionadas ao meio ambiente e à juventude, consolidando o mapa da juventude pelo meio ambiente.

13. Intensificar a participação do Conjuve no planejamento, acompanhamento e avaliação da execução das políticas públicas de juventude e meio ambiente, de forma conjunta à Secretaria Nacional de Juventude.

14. Institucionalizar o Grupo de Trabalho Interministerial para fortalecimento do Programa Nacional Juventude e Meio Ambiente.

15. Ampliar a discussão sobre a temática meio ambiente, integrando as dimensões cultura, sociedade, economia e ecologia, em detrimento da concepção ecológica estrita, no âmbito das políticas públicas.

16. Promover a participação do Conjuve no grupo de trabalho da RIO + 20 instituído pelos organismos realizadores da Conferência.

2.3. As políticas públicas de saúde e a juventude

Os programas levantados

As ações, programas e políticas levantadas abordam a saúde como tema direto ou transversal, focalizadas em diferentes segmentos sociais, mas que, também, contemplam a juventude, conforme relatado no documento Recomendações do Conselho Nacional de Juventude ao Governo Federal de 2010. Constam, também, programas governamentais dirigidos, sobretudo ao público jovem, e resultantes do trabalho intersetorial entre o Ministério da Saúde e outros Ministérios e Secretarias, na perspectiva de ampliação das ações específicas de saúde de jovens, contribuindo para a atenção ao seu desenvolvimento integral, por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde.

- Políticas nacionais que abordam a juventude:

Política	Caracterização	Público	Responsável
Política Nacional de Promoção da Saúde	Tem o objetivo de promover a qualidade de vida e reduzir vulnerabilidades e riscos à saúde relacionados aos seus determinantes e condicionantes – modos de viver, condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura, acesso a bens e serviços essenciais. Dentre as suas ações, destacam-se a promoção da alimentação saudável, a prevenção e o controle do tabagismo, o incentivo à prática de atividades físicas, a redução da morbimortalidade pelo uso de álcool/drogas e violências e acidentes e promoção do desenvolvimento sustentável.	Todos cidadãos, resguardadas as especificidades das diferentes faixas etárias e dos distintos grupos populacionais ⁴¹	Ministério da Saúde
Política Nacional de Saúde do Trabalhador (desde 2005)	Tem o objetivo de reduzir acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, por meio do desenvolvimento de ações de promoção, reabilitação e vigilância na área de saúde. As ações são intersetoriais, visando à erradicação do trabalho infantil e garantindo trabalho decente e seguro para adolescentes e jovens em idade economicamente ativa.	Todos os trabalhadores brasileiros	Ministério da Saúde Ministério do Trabalho e Emprego
Política Nacional de Saúde da Mulher (desde 2004)	Tem o objetivo de ampliar o acesso aos meios e serviços de promoção, prevenção, assistência e recuperação da saúde; ampliar, qualificar e	Mulheres em todos os ciclos de vida, resguardadas as especificidades das	Ministério da Saúde Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres

⁴¹ Mulheres negras, indígenas, residentes em áreas urbanas e rurais, residentes em locais de difícil acesso, em situação de risco, presidiários, de orientação homossexual, com deficiência, dentre outras.

Política	Caracterização	Público	Responsável
	humanizar a atenção integral à saúde de mulheres no SUS; contribuir para a redução da morbimortalidade feminina, especialmente por causas evitáveis. Tem foco especial nas questões de Saúde Sexual e Reprodutiva, da prevenção de violências e apresenta diretrizes específicas para adolescentes e jovens.	diferentes faixas etárias e dos distintos grupos populacionais.	
Política Nacional de Saúde do Homem	Tem o objetivo de ampliar a procura da população masculina pelos serviços de saúde. Relativo à juventude, há uma preocupação com a vulnerabilidade dos homens jovens à morbimortalidade por causas externas e com determinantes sociais que incidem sobre o uso de álcool e outras drogas, bem como com a garantia de serem sujeitos de direitos sexuais e direitos reprodutivos.	Homens entre 20 e 59 anos	Ministério da Saúde
Política de Atenção à Saúde Negra (desde 2005)	Tem o objetivo de promover a saúde integral da população negra, priorizando a redução das desigualdades étnico-raciais, o combate ao racismo e à discriminação nas instituições e serviços do SUS.	Todos os cidadãos negros em todos os ciclos de vida, resguardadas as especificidades das diferentes faixas etárias e dos distintos grupos populacionais.	Ministério da Saúde Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência (desde 2002)	Tem o objetivo de reabilitar os sujeitos com deficiência na sua capacidade funcional e no seu desempenho humano, contribuindo para a sua inclusão social; proteger a sua saúde e prevenir agravos que determinem o aparecimento de deficiências.	Todos os cidadãos com deficiência	
Política Nacional de Saúde Mental	Tem o objetivo de redirecionar paulatinamente os recursos da assistência psiquiátrica para um modelo baseado em serviços de base comunitária, que oferecem cuidados na comunidade e em articulação com os recursos que ela oferece. Incentiva-se a criação de serviços em saúde mental públicos e territorializados ⁴² , ao mesmo tempo em que se determina a implantação de critérios mínimos de adequação e humanização do parque hospitalar especializado.	Todos os cidadãos em todos os ciclos de vida, resguardadas as especificidades das diferentes faixas etárias e dos distintos grupos populacionais.	Ministério da Saúde
Política Nacional de Atenção Integral à	Determina diretrizes para a atenção qualificada à saúde de adolescentes e	Adolescentes e jovens em conflito com a lei, na faixa	Ministério da Saúde Ministério da Justiça

⁴²

Território é a designação não apenas de uma área geográfica, mas das pessoas, das instituições, das redes e dos cenários nos quais se dão a vida comunitária.

Política	Caracterização	Público	Responsável
Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, em regime de internação e internação provisória	jovens em cumprimento de medidas socioeducativas com privação de liberdade.	etária de 12 a 24 anos, ou em cumprimento de medidas socioeducativas com privação de liberdade.	Ministério do Desenvolvimento Social
Política Nacional sobre Drogas	Tem o objetivo de promover e garantir a articulação e integração setorial em rede nacional das intervenções para prevenção, tratamento, recuperação, redução de danos, reinserção social e ocupacional, com ênfase para educação para saúde.	Todos os cidadãos em todos os ciclos de vida, resguardadas as especificidades das diferentes faixas etárias e dos distintos grupos populacionais. A faixa etária de 10 a 29 anos é uma das mais prioritárias.	Ministério da Justiça Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas/MJ
Política Nacional sobre o Alcool	Tem o objetivo de estimular a inclusão de ações de prevenção do uso de bebidas alcoólicas nas instituições de ensino, especialmente o fundamental e médio, bem como a intensificação de ações de fiscalização do acesso e venda destas substâncias a crianças e adolescentes.	Todos os cidadãos em todos os ciclos de vida, resguardadas as especificidades das diferentes faixas etárias e dos distintos grupos populacionais. A faixa etária de 10 a 29 anos é uma das mais prioritárias.	Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas/MJ Ministério da Saúde
Política Nacional de Prevenção às Violências e Acidentes	Tem o objetivo de reduzir a morbimortalidade por acidentes e violências. A política é fundamentalmente intersetorial e trabalha diversas frentes: acidentes (trânsito, disparos de armas de fogo, afogamentos, quedas, etc), violências domésticas e extradomésticas (exploração sexual, exploração do trabalho infanto-juvenil, agressões e homicídios, etc) e violências autoinfligidas.	Jovens entre 10 e 29 anos.	Ministério da Saúde
Política Nacional de DST, HIV/Aids e Hepatites Virais	Tem o objetivo de reduzir a transmissão de DST, HIV/Aids e das hepatites virais e promover a qualidade de vida. Contempla diversos documentos e notas técnicas voltados ao público jovem, respondendo a demandas identificadas e/ou voltadas a projetos específicos segundo ciclos de vida.	Todos os cidadãos em todos os ciclos de vida, resguardadas as especificidades das diferentes faixas etárias e dos distintos grupos populacionais.	Ministério da Saúde

- Programas⁴³:

Programa	Caracterização	Público	Responsável
Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas – SPE (desde 2003)	Tem o objetivo de contribuir para a formação integral dos estudantes da educação básica da rede pública por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde, visando a redução da vulnerabilidade às doenças sexualmente transmissíveis, à infecção pelo HIV e à gravidez não planejada.	Adolescentes e jovens dos níveis de ensino fundamental e médio da rede pública	Ministério da Educação Ministério da Saúde, em parceria com o UNICEF, UNFPA e UNESCO.
Programa Saúde na Escola – PSE (desde 2007)	Tem o objetivo de integrar e articular as redes de serviços do setor de educação e do Sistema Único de Saúde nos territórios, por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento humano.	Adolescentes e jovens dos níveis de ensino fundamental e médio da rede pública.	Ministério da Saúde Ministério da Educação
Consultórios de Rua	Atendimento multidisciplinar à população de rua e capacitação de equipes identificadas pelos municípios para atuação interdisciplinar na implantação de ações de promoção, prevenção e redução de riscos e danos à saúde de crianças, adolescentes e jovens.	População que se encontra em situação de alta vulnerabilidade e vivendo nas ruas	Ministério da Saúde Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas/MJ

Uma análise sobre as ações desenvolvidas

No âmbito governamental, no campo das políticas públicas de saúde para a juventude, verifica-se uma preocupação com a definição de iniciativas específicas para a juventude, ainda que não exista uma política nacional para este segmento consolidada.

Ao se pensar nas políticas públicas de saúde para a juventude, é preciso compreender, por um lado, a saúde como uma temática abrangente, que contempla diversas dimensões. Por outro, um olhar focalizado para esse segmento que, atualmente, é o de maior número populacional.

Nesse sentido, é importante reconhecer e demarcar posicionamentos conceituais, a fim de circunscrever o lugar do qual se propõem (e se analisam) as políticas públicas de juventude relativas à saúde.

A partir de uma noção ampliada, o conceito de saúde não se limita a uma condição de não-doença e vai além da mera assistência médico-curativa. Entende-se que a saúde é um

⁴³ Para mais informações sobre os programas PSE e SPE, consultar: <http://sistemas.aids.gov.br/saudenaescola2010/index.php?q=node/67>

processo constituído por uma diversidade de fatores que tanto podem ser protetivos, quanto de risco, a depender de um contexto que lhe dê sentido. Isto implica admiti-la como um processo eminentemente relacional, social, que impacta e se materializa, também, no plano individual, biológico.

Também vale afirmar a saúde, enquanto direito humano garantido pela Constituição Federal de 1988, que a assume como um “Direito de todos e dever do Estado” (Art. 196), concretizado pelo Sistema Único de Saúde e o sistema gestor federal das políticas públicas de juventude.

Sendo a saúde uma condição dinâmica e multideterminada, enquanto matéria de políticas públicas, ela é objeto de variados níveis e setores, não se limitando apenas às instâncias especificamente dedicadas, como o Ministério da Saúde. Neste sentido, fazem-se necessárias ações intra e intersetoriais que promovam a autonomia na gestão da própria saúde e de alguns de seus determinantes – individuais e sociais (BRASIL, 2007). Isso implica na concepção de que todos são agentes de construção social da saúde e de ações de promoção de saúde, bem como a necessidade de trabalhos intra e interinstitucionais articulados.

Nesse cenário, vários atores governamentais têm mantido diálogos constantes a fim de propor e gerir programas/ações relacionados à saúde: Ministério da Saúde (MS), Ministério da Educação (MEC), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Ministério do Esporte (ME), Ministério da Cultura (MinC), Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), Secretaria de Direitos Humanos (SDH), Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), entre outros.

Nessa perspectiva da intersetorialidade, durante o período analisado, criaram-se momentos ricos em discussões da saúde para juventude, com proposições que pautaram as políticas públicas. Citam-se especialmente as conferências livres sobre a saúde – anteriores à 1ª Conferência Nacional de Juventude – e os seminários Mais Juventude na Saúde, que discutiram temas pertinentes à juventude e envolveram o MS e diversos parceiros.

Na análise das políticas públicas de juventude relativas à saúde faz-se necessário, ainda, ressaltar os limites etários adotados para circunscrever o alcance das políticas. O Ministério da Saúde segue a convenção elaborada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) que delimita o período entre 10 e 19 anos, 11 meses e 29 dias de idade como adolescência, e o situado entre 15 e 24 anos como juventude. Há, portanto, uma interseção entre a segunda metade da adolescência e os primeiros anos da juventude. Alguns documentos adotam também o termo “pessoas jovens” para se referir ao conjunto de adolescentes e jovens, ou seja, à faixa compreendida entre 10 e 24 anos.

Faz-se a ressalva para o segmento compreendido entre 24 e 29 anos, considerados pelas políticas de juventude, mas abordado como faixa etária adulta nas políticas e diversos

programas de saúde. Esse grupo etário é alvo das políticas, mas na maior parte das vezes como foco das políticas universais.

As Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde, propostas em 2010 pelo Ministério da Saúde, baseiam-se numa proposta de Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens⁴⁴ e representam mais um avanço no sentido de se criar um olhar diferenciado para a juventude.

Têm como objetivo sensibilizar e mobilizar gestores e profissionais do Sistema Único de Saúde para uma compreensão holística do ser humano e para uma abordagem sistêmica das necessidades de adolescentes e jovens, bem como apontar para a importância da construção de estratégias interfederativas e intersetoriais que contribuam para a modificação do quadro nacional de vulnerabilidade dessa população.⁴⁵

Do ponto de vista epidemiológico, considera-se a juventude como um segmento social extremamente sadio, sendo grande parte de seus problemas relacionados aos hábitos e comportamentos. No entanto, há dois aspectos que impactam em sua vivência que precisam ser considerados com mais atenção para que as políticas públicas sejam mais efetivas.

O primeiro diz respeito à vivência, nesse momento da vida, de situações relativas à idade reprodutiva e sexual, sendo necessário pensar no impacto das desigualdades sociais. O segundo refere-se à vulnerabilidade da população jovem a violências e acidentes, resultando em índices elevados de morbimortalidade por causas externas neste segmento populacional. Como reitera o documento Juventude e Políticas Sociais no Brasil, “*as causas externas, principalmente violência e acidentes de trânsito, e os problemas relacionados à saúde sexual e reprodutiva são as principais causas da morbimortalidade entre adolescentes e adultos jovens*” (IPEA, 2009:129).

Ainda de acordo com esse documento, a atuação governamental tem obtido resultados bastante satisfatórios em relação às questões da saúde sexual e saúde reprodutiva. Porém, são necessárias ações intersetoriais mais estruturadas para o enfrentamento mais efetivo das causas externas. Ressaltam-se, também, as vulnerabilidades associadas ao uso de drogas ilícitas e ao uso indevido de drogas lícitas, principalmente o álcool.

Os dados estatísticos revelam que o álcool é a droga com maior impacto na vida dos jovens. Contraditoriamente, o seu acesso é facilitado e estimulado pelos meios de comunicação.

⁴⁴ Importa destacar a ação do Ministério da Saúde na elaboração do documento da política nacional de atenção integral à saúde de adolescentes e jovens, o qual foi aprovado no ano de 2007 pelo Conselho Nacional de Saúde, mas que, operacionalmente, ainda depende da pactuação da Comissão Intergestores Tripartite (CIT). O plano tem como eixos prioritários de atuação, o crescimento e desenvolvimento sustentáveis, saúde sexual e reprodutiva e redução da morbimortalidade por violência e acidentes. A intenção é qualificar a atenção à saúde realizada no SUS, por meio do recorte da faixa etária, para atender às necessidades e especificidades do público-alvo.

⁴⁵ As ações estratégicas das Diretrizes concentram-se na promoção, proteção e recuperação da saúde da população jovem a partir de três eixos fundamentais: i) crescimento e desenvolvimento saudáveis; ii) redução da morbimortalidade por causas externas e; iii) saúde sexual e reprodutiva.

Além de contribuir para o aumento do número de acidentes de trânsito e do trabalho, o uso excessivo encontra-se também associado a situações de violência, aos transtornos mentais e psicossociais, doenças cardiovasculares e transtornos na vida familiar e profissional.

Periodicamente, são realizados pela SENAD diagnósticos nacionais que levantam a epidemiologia do uso de álcool e outras drogas entre a população brasileira e entre segmentos específicos. Merece destaque a série histórica sobre o consumo entre estudantes do ensino fundamental e ensino médio, a qual incluiu pela primeira vez, em 2010, estudantes de escolas privadas e públicas das 27 capitais. No mesmo ano, também foi realizado o primeiro levantamento sobre o consumo de álcool e outras drogas entre estudantes universitários, revelando um retrato inédito do comportamento desse segmento no Brasil.

Em relação à política de prevenção ao consumo de drogas lícitas e ilícitas, as ações têm, cada vez mais, um caráter intersetorial, conforme prevê agora o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas⁴⁶, lançado pelo Governo Federal, em 2010, com o objetivo de coordenar as ações federais de prevenção, tratamento, reinserção social de usuários, contemplando a participação dos familiares e a atenção aos públicos vulneráveis tais como, crianças, adolescentes, jovens e população em situação de rua.

No entanto, observa-se que é preciso investir cada vez mais em ações de territorialidade, com o fortalecimento da rede social, para identificar os atores e as instituições locais que promovem ações de saúde, para o enfrentamento ao uso das drogas lícitas e ilícitas.

Ressalta-se a necessidade do desenvolvimento de estratégias mais articuladas para impactar na vida dos jovens dependentes expostos a fatores de risco e que perderam vínculos sociais significativos. Nesse sentido, é preciso desenvolver iniciativas que reconheçam as diferenças entre o usuário, a pessoa em uso indevido, o dependente e o traficante de drogas para tratá-los de forma diferenciada, bem como distinguir as drogas e seus efeitos com ações adequadas a cada um destes contextos.

Faz-se necessária a promoção de campanhas que ultrapassem o caráter estigmatizador e o discurso apenas proibitivo das drogas, sem levar em conta o sujeito e o seu contexto. A realização de concursos nacionais de jingle, fotografia e cartazes sobre o tema da prevenção, promovidos pela SENAD anualmente é uma iniciativa que pode contribuir para a criação de materiais educativos mais adequados a este fim.

⁴⁶ O Plano é realizado por diversos Ministérios e Secretarias, lideradas pelos Ministérios da Saúde, do Desenvolvimento Social e da Justiça por meio da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. Dentre as ações de aplicação imediata e estruturantes, destacam-se: i) diagnóstico da situação sobre o consumo do crack e suas conseqüências e estudo etnográfico; ii) campanha permanente de mobilização, informação e orientação; iii) formação de recursos humanos através de capacitação em prevenção do uso de drogas para os diversos públicos envolvidos com o tema; iv) ampliação da rede de saúde, através de editais para criação de NASF (Núcleo de Atenção à Saúde da Família), CAPS, Casas de Acolhimento Transitório, além da ampliação de leitos em hospitais gerais e comunidades terapêuticas; v) ampliação da rede de assistência social voltada ao acompanhamento sociofamiliar e à inclusão de crianças, adolescentes e jovens usuários de crack e outras drogas em programas de reinserção social; vi) ampliação das ações de prevenção, tratamento, assistência e reinserção social em regiões de grande vulnerabilidade à violência e ao uso de crack e outras drogas, alcançadas por programas governamentais como o Projeto Rondon e o Projovem.

Considera-se, ainda, a necessidade de investimentos em programas tanto para os usuários quanto para os jovens que sobrevivem do comércio das drogas e que estão mais vulneráveis à mortalidade juvenil. Sobre este aspecto, os dados empíricos revelam que 40 mil jovens morrem assassinados, especialmente jovens negros das periferias. Mas, apesar desse número elevado, verifica-se que a insuficiência de ações voltadas a responder essas demandas, revelando ser fundamental a promoção de iniciativas que integrem as dimensões da saúde, da segurança pública e dos direitos humanos na tentativa de gerar, efetivamente, qualidade de vida aos jovens.

No que tange às políticas públicas de saúde voltadas à saúde sexual e reprodutiva dos jovens, o Ministério da Saúde e outros parceiros procuram contemplar a noção do jovem como sujeito de direitos sexuais e reprodutivos, abordando questões como projeto de vida, acesso a meios contraceptivos, planejamento reprodutivo, prevenção às doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e HIV/Aids, maternidade/paternidade, cuidado, etc.

Parte do pressuposto que é preciso pensar o cuidado do jovem com a sua saúde, mas também o cuidado do jovem com a saúde do seu parceiro, fortalecendo e possibilitando à juventude a compreensão do uso de contraceptivos como importante instrumento para evitar a gravidez não planejada e no combate às doenças sexualmente transmissíveis⁴⁷.

Destacam-se, nessa perspectiva, o Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE) e o Programa Saúde na Escola (PSE) que, consideradas as suas especificidades e diversidades, têm como objetivo a promoção da saúde sexual e da saúde reprodutiva dos jovens. A atuação de ambos no universo escolar permite notar, por parte dos Ministérios da Saúde e da Educação, envolvidos na gestão dos programas, a apreensão do universo escolar como um espaço privilegiado de articulação de políticas públicas voltadas à juventude, entre estas, as políticas de atenção à saúde (Ipea, 2009).

Contudo, no âmbito das ações de prevenção, é necessário ampliar o atendimento ao público dos programas, alcançando a juventude que se encontra na faixa etária de 24 a 29 anos, que não mais se encontra no espaço escolar.

Ademais, os programas atualmente propostos em relação à prevenção da gravidez não planejada, com base principalmente na distribuição de métodos contraceptivos e na ação preventiva nas instituições escolares, ainda não são suficientes para lidar com a questão da gravidez na adolescência e juvenil. Isso porque não contemplam a complexidade do fenômeno que envolve questões de gênero e familiares, de significado da paternidade e da maternidade, de vivência da sexualidade, de construção de projetos de vida, dentre outras. (Ipea, 2009).

É preciso, também, avançar no desenvolvimento de iniciativas para os jovens que vivem com HIV/AIDS, uma vez que a maioria dessas ações destina-se aos jovens que não vivem

⁴⁷ Cabe ressaltar que embora se perceba uma estabilidade no número de casos de AIDS no Brasil, o número ainda é expressivo, sendo que a maior incidência está na faixa etária de 13 a 19 anos, entre as meninas mais pobres.

com o vírus. Neste aspecto, a qualidade das mídias eletrônicas que são produzidas pelo Ministério da Saúde, principalmente no que se refere à transmissão de doenças sexuais, é insatisfatória, notando-se a presença de um aspecto moral nas campanhas e uma linguagem voltada aos jovens que não são infectados.

Nota-se que é preciso desenvolver e disponibilizar novas terapias para os jovens vivendo com HIV/AIDS, inclusive daqueles que estão em situação prisional ou em internação socioeducativa, uma vez que os efeitos colaterais dos remédios adotados, principalmente para as jovens mulheres, são extremamente agressivos. Assim, também é preciso promover ações em relação ao problema de reinfecção entre os jovens infectados e no que se refere ao atendimento básico dos jovens infectados que estão em conflito com a lei.

No campo da saúde mental, observa-se a insuficiência de ações e serviços específicos para atender as demandas juvenis. O Ministério da Saúde desenvolve um trabalho, especialmente por meio dos CAPS – Centro de Atenção Psicossocial, de reorganização da rede comunitária de cuidados em saúde mental: o modelo pressupõe a substituição do tratamento asilar psiquiátrico por um cuidado integrado à rede psicossocial dos sujeitos. Contudo, considera-se que ainda há lacunas na provisão de cuidado para o segmento jovem, sendo necessária a criação de um grupo de trabalho específico no Ministério para que haja um avanço nas políticas desse campo para a juventude.

Embora se reconheça a relevância dessas iniciativas voltadas à dimensão do cuidado da doença e da prevenção dos riscos, é preciso compreender outras dimensões da vida dos jovens que também interferem nos seus hábitos e nos seus comportamentos, provocando problemas de saúde.

Em uma perspectiva de busca de qualidade de vida, a proposição de políticas públicas de saúde para jovens deve também considerar a saúde na dimensão do desejo, da sexualidade, da intensidade, do projeto de vida, da produção da vida dos sujeitos em seu contexto sócio-ambiental onde as relações de saúde interagem com as distintas dimensões biopsíquicas, culturais, econômicas, ecológicas e políticas, reproduzidas socialmente. (CONJUVE, 2006:64)

Nesse sentido, a compreensão da promoção da saúde numa perspectiva de qualidade de vida, pressupõe a integração da questão da saúde no cenário das políticas públicas de juventude, avançando, assim, na articulação intersetorial.

Por fim, cumpre ressaltar que contemplar as “adolescências” e “juventudes” – compreendidas no largo segmento etário de 10 a 29 anos – ainda é um desafio às políticas públicas de juventude. As demandas diferenciadas nem sempre são contempladas em um programa ou política especificamente dedicada a essa população, o que pode ocasionar a ideia de que se privilegia um grupo em detrimento de outro.

Há ainda a necessidade de investimento na adequação das instalações e na capacitação dos profissionais para a construção e qualificação das práticas de atendimento à juventude

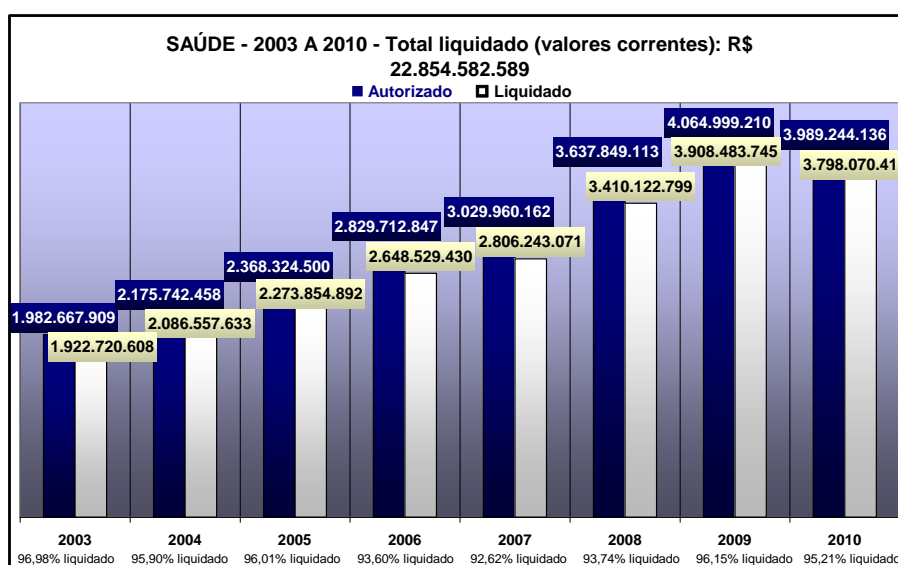
de acordo com as suas especificidades e compreendendo-os como sujeitos de direitos. Como enfatiza o documento Juventude e Políticas Sociais no Brasil,

entender as particularidades do grupo populacional jovem e capacitar as equipes de saúde no atendimento de suas demandas e necessidades, aproveitando as oportunidades e os espaços adequados para a promoção de saúde, parece ser a forma mais eficaz de prover a atenção à saúde a esta parcela da população (IPEA, 2009:145).

Nesse sentido, reafirma-se também a necessidade do olhar qualificado àqueles grupos juvenis historicamente marginalizados e estigmatizados, cujas restrições de acesso aos sistemas públicos acabam por reforçar vulnerabilidades. É o caso, por exemplo, da juventude com deficiência, indígena, LGBT, juventude de comunidades populares e negra. No acesso desses jovens ao SUS e às políticas que abordam a saúde, há que se considerar as especificidades clínicas e sociais de cada grupo, respeitando-os e fazendo valer os compromissos pela atenção humanizada.

De olho no orçamento

Foram identificados 13 programas⁴⁸ que afetam diretamente e indiretamente a juventude na área da Saúde. Observou-se que, em média, só 5% dos recursos autorizados não foram liquidados, como podemos ver no gráfico a seguir (idem, p. 104).



Recomendações para uma Política Pública de Juventude e Saúde

1. Implementar no Sistema Único de Saúde (SUS) a atenção integral e específica às necessidades de saúde dos jovens, de ambos os sexos, nos três eixos prioritários da

⁴⁸

1) Saúde do Jovem; 2) Saúde da Família; 3) Prevenção, Controle e Assistência aos Portadores de Doenças Sexualmente Transmissíveis e da AIDS; 4) Alimentação Saudável; 5) Gestão da Política de Saúde; 6) Saúde da Mulher; 7) Saúde do Trabalhador; 8) Segurança e Educação no Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos; 9) Atenção Básica em Saúde; 10) Vigilância, Prevenção e Atenção em HIV/AIDS e Outras Doenças Sexualmente Transmissíveis; 11) Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravado / Promoção da Capacidade Resolutiva e da Humanização na Atenção à Saúde; 12) Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos; 13) Atenção Integral à Saúde da Mulher. (CARVALHO e EGHRARI, 2010, p. 42).

Política Nacional: crescimento e desenvolvimento, saúde sexual e saúde reprodutiva e redução da morbimortalidade por causas externas.

2. Promover ações e programas que possibilitem o conhecimento e a compreensão por parte da população juvenil da Política Nacional de Promoção de Saúde e das Diretrizes nacionais de Atenção Integral à Saúde dos Adolescente e Jovem.

3. Criar no Ministério da Saúde uma Comissão Intersetorial de acompanhamento das políticas de saúde para a juventude.

4. Articular, em conjunto com o Conselho Nacional de Saúde, a criação de uma câmara de saúde de juventude, na qual o Conjuve se comprometeria com o acompanhamento das políticas públicas de saúde relacionadas à juventude, trabalhando na elaboração de recomendações, com o intuito de gerar maior efetividade à qualidade de saúde do jovem.

5. Potencializar o acesso e a participação da juventude em espaços participantes de cunho político, garantindo cadeiras aos jovens nos Conselhos de Saúde e implementando uma setorial de Juventude na Conferência Nacional de Saúde.

6. Qualificar os sistemas nacionais de informação para vislumbrar, nos dados oficiais, a parcela de pessoas jovens entre 20-24-29 anos.

7. Incluir a questão da mortalidade juvenil na Agenda Política do governo.

8. Avançar na concepção de prevenção das drogas e desenvolver políticas de redução de danos: reduzir fatores de risco e ampliar fatores de proteção.

9. Aperfeiçoar e ampliar programas e ações de prevenção do uso e/ou abuso de álcool e outras drogas em escolas e em diferentes espaços comunitários de circulação dos jovens.

10. Contemplar a participação juvenil nas campanhas de saúde promovidas pela gestão pública utilizando uma linguagem adequada ao segmento jovem, com tom menos moralizador, proibitivo e punitivo nas campanhas.

11. Promover e ampliar o controle social sobre aspectos relacionados à propaganda de bebidas alcoólicas, comercialização e acessibilidade de populações consideradas vulneráveis ao uso, inclusive os jovens.

12. Ampliar o acesso da população jovem aos CAPS, em especial dos adolescentes em conflito com a lei e de jovens que se encontram em privação de liberdade e usuários de substâncias psicoativas, com atenção especial aos usuários de crack.

13. Articular com a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI/MS) e FUNAI a elaboração de diretrizes para atenção integral, prevenção e assistência à saúde reprodutiva e agravos relacionados ao uso de drogas lícitas e ilícitas na população jovem indígena.

14. Promover, a partir do Conjuve e outras esferas, a visibilidade dos problemas que afetam os jovens que vivem com HIV e AIDS para o desenvolvimento das políticas públicas. (Promoção, Proteção e Assistência).

15. Desenvolver ações e programas que contemplem as dimensões do trabalho, da alimentação e da habitação para os jovens.

16. Contemplar os jovens, incluindo os que vivem com HIV/AIDS, nas campanhas sobre doenças sexualmente transmissíveis.
17. Garantir no SUS o atendimento a jovens portadores de DSTs e HIV, com testagem, diagnóstico, aconselhamento, tratamento e acompanhamento, respeitando as especificidades da infecção e do grupo etário.
18. Ampliar a abrangência do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas - SPE para as escolas do campo e indígenas, assim como para os adolescentes e jovens que vivem com HIV/AIDS e garantir que sejam formados jovens multiplicadores com a linha da educação de pares, para que os mesmos apliquem oficinas, formações sobre saúde e prevenção nas escolas.
19. Desenvolver ações e programas de enfrentamento à violência sexual sofrida pelos jovens em situação prisional e internação socioeducativa.
20. Avançar nas políticas públicas de promoção dos direitos sexuais e reprodutivos das jovens mulheres, garantindo também mecanismos que evitem mortes maternas (aplicando *lei de planejamento familiar*, nº9.263, de 12 de janeiro de 1996), o acesso a métodos contraceptivos e à legalização do aborto.⁴⁹
21. Contemplar nas diversas políticas o olhar diferenciado para as juventudes LGBT, sobretudo os moradores de comunidades populares e em situação de rua, respondendo às demandas específicas de saúde para esse público.
22. Formar profissionais de saúde para se relacionarem de forma respeitosa e adequada com a população jovem LGBT, além de identificar demandas de atendimento específicas dessa população.
23. Ampliar programas e equipamentos de saúde voltados à juventude do campo, indígenas e de populações tradicionais.
24. Empoderar jovens, capacitando-os como agentes promotores de saúde no âmbito do Programa Saúde da Família, visto que esta medida não contemplará somente o jovem capacitado, mas também outros jovens e famílias que serão alcançados pela atuação dos agentes jovens.
25. Assegurar a temática juventude no projeto de formação da equipe do Programa Saúde da Família, estimulando iniciativas de mobilização e participação dos jovens nos projetos desenvolvidos pela equipe das unidades básicas de saúde, em especial os Agentes Comunitários de Saúde.
26. Fortalecer a rede de saúde mental, nos marcos da implantação da Reforma Psiquiátrica no Brasil, com a estruturação dos CAPSad, constituindo serviços específicos para o público jovem usuário de álcool e outras drogas. As políticas e programas de saúde devem ser conduzidos com o olhar promoção da saúde e da redução de danos, linha política já adotada no Ministério da Saúde, e com vista à descriminalização do usuário de drogas.

⁴⁹

Adaptação da 11ª Resolução da Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude.

2.4. Um balanço da atuação governamental no eixo da Qualidade de Vida.

O debate sobre juventude e qualidade de vida na perspectiva de integração intersetorial das políticas públicas ainda é recente no Brasil, limitando a formulação de políticas nessa perspectiva. No entanto, cabe reiterar a orientação proposta no documento Política Nacional de Juventude: Diretrizes e Perspectivas sobre esse aspecto, de que é necessário *“induzir a noção de qualidade de vida na formulação das políticas públicas de juventude, como forma de avançar no diálogo entre as diferentes áreas que se relacionam com a temática juvenil”* (CONJUVE, 2006:70).

Ainda segundo essa publicação, o enfoque da qualidade de vida nas políticas públicas pode contribuir para a revisão, criação e consolidação de iniciativas que contemplam as quatro dimensões que integram esse eixo. Mas, para tanto, é necessário promover um diálogo entre as diversas políticas em andamento evitando, assim, uma superposição e fragmentação das mesmas. Além do mais, compreende-se que para evitar as interrupções e dar seqüência às políticas desenhadas para atender o jovem, é preciso transformar as ações e programas em direitos que assegurem qualidade de vida.

Ao analisar as iniciativas desenvolvidas no campo da qualidade de vida voltadas à juventude, nota-se uma predominância de programas governamentais, não sendo desenvolvidas políticas estruturais. Além do mais, constatou-se que os programas e as ações desenvolvidas nas quatro áreas que compõem esse eixo, ainda não consideram o tema qualidade de vida de forma transversal. Assim, é preciso promover de forma mais direta e efetiva conexões entre as quatro áreas específicas e o termo qualidade de vida, desde o momento do desenho das iniciativas, fornecendo subsídios para a consolidação da integração intersetorial e, conseqüentemente, para garantir a qualidade de vida por meio de políticas públicas de juventude.

Acrescenta-se, ainda, que para efetivar essa integração, torna-se preciso o estabelecimento de eixos orientadores para balizar a ação dos gestores na formulação, implementação, avaliação e revisão de novas políticas públicas para a juventude no âmbito da qualidade de vida.



Capítulo 3

VIDA SEGURA:

*valorização da diversidade e respeito
aos direitos humanos*

Pensar políticas públicas que procurem garantir à juventude o exercício de uma vida segura implica considerar suas diversidades, valorizando os diferentes modos de ser jovem na sociedade contemporânea, à luz dos direitos humanos. Isso porque parte-se da compreensão que ao se pensar a juventude, é preciso considerar que embora seja uma fase da vida marcada por características universais, a forma como cada grupo social representa e convive com essas características é muito diversificada. São diferentes formas de se viver a condição juvenil entre eles critérios socioeconômicos, étnico raciais, culturais, de identidades religiosas, de gênero, orientação sexual, de deficiência e, também, das regiões geográficas, dentre outros aspectos.

Contudo, como explicitado no documento Política Nacional de Juventude, observa-se que essa diversidade que deveria ser valorizada é “*convertida em elementos que ajudam a forjar preconceitos e tratamentos discriminatórios*” (2006:78). Assim, é possível verificar que, dependendo das condições juvenis acima citadas, uma parcela significativa dos jovens convive com diferentes situações e vivências em relação aos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais, garantidos constitucionalmente, revelando a dificuldade em garantir equidade e justiça social e, apontando para diferentes necessidades e possibilidades no que se refere à implantação das políticas públicas voltadas a esse segmento populacional.

Dentre os vários elementos que contribuem para as violações às quais estão submetidas esse segmento social, segundo o documento, encontra-se a situação de vulnerabilidade dos jovens à violência e a sua conseqüente não-garantia do exercício do seu pleno direito à vida segura.

A Conferência Nacional de Juventude estabeleceu, nesse sentido, como 12ª prioridade da juventude a bandeira: “Contra a redução da maioria penal, pela aplicação efetiva do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA”. As políticas públicas que tratam dos adolescentes em conflito com a lei, que muito embora estejam “protegidos” pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), tem interface com nosso público-alvo e convivem com constantes situações de violação de direitos, como no caso da violência policial.

A despeito da heterogeneidade da juventude, as últimas décadas evidenciam a concepção dos jovens como sujeitos de direitos, no qual se conjugam a cidadania e os direitos humanos. Além disso, paralelamente, a Declaração Universal dos Direitos Humanos conquistou concretude justamente porque passou a incorporar, em virtude das pressões e articulações dos movimentos sociais, e contribuir para a expansão dos direitos de cidadania (Novaes, 2009).

No prefácio da publicação do IPEA, referência já explicitada, Regina Novaes (2009) explica que, pela ótica das demandas juvenis, os direitos humanos referem-se: a) a um instrumento de combate às atuais formas de discriminação, preconceito e violências que atingem a juventude; b) a um conjunto de demandas juvenis e c) a um conceito que contempla a

diversidade de direitos – civis, econômicos, culturais, sociais, políticos e difusos. Nessa perspectiva, ainda segundo a autora, a concepção de jovens como sujeitos de direitos “*está ancorada na compreensão da indivisibilidade dos direitos individuais e coletivos e expressa o grande desafio das democracias contemporâneas para articular igualdade e diversidade*” (Novaes, 2009:19).

Ademais, os diferentes instrumentos legais que respaldam a ação do Estado na promoção dos direitos humanos, como as convenções internacionais às quais o Brasil é signatário; o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); Estatuto da Igualdade Racial; Lei Maria da Pena e aqueles que ainda se encontram em debate como é o caso do Estatuto da Juventude, apontam para a necessidade do desenho e da implantação de políticas públicas direcionadas à juventude. Em 2010, ressalta-se a promulgação da Emenda Constitucional 65 – conhecida com PEC da Juventude - que incluiu no texto constitucional a população jovem.

Assim, em termos gerais, quando se fala em políticas públicas de juventude, em especial no que tange à noção de vida segura, é preciso considerar que as demandas e as necessidades relacionam-se tanto com questões mais gerais e comuns da sociedade quanto com aspectos de reconhecimento e compreensão das diversidades existentes no contingente populacional.

Nessa perspectiva o Brasil avança no que se refere a políticas, planos, programas, projetos e pactos de enfrentamento à violência e da garantia dos direitos humanos. A Política Nacional para a população em situação de rua; o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3); o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH); o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher; o Programa de Assistência a Vítimas e Testemunhas no Brasil – PROVITA; Ações Integradas e Referências de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro (PAIR); o Paz no Campo; o Programa Nacional de Acessibilidade são exemplos de que a juventude faz parte do público que querem atingir. Porém, estas ações não possuem definitivamente juventude como eixo estratégico, dificultando o efetivo acesso deste grupo às políticas.

Nesse sentido, tendo em vista essa compreensão e considerando o fato de os jovens comporem o contingente populacional mais vulnerabilizado pelas distintas formas de violência presentes no Brasil, o presente capítulo abordará as políticas públicas que, de certa forma, garantam à juventude a vida segura, numa perspectiva da diversidade presente entre esse segmento populacional.

Para fins de estruturação desse capítulo é importante ressaltar que - devido ao fato do eixo vida segura integrar as discussões da universalidade dos direitos humanos na perspectiva das diversidades - os programas levantados serão apresentados e agrupados de acordo com cada dimensão que compõe esse eixo, as análises dos mesmos e as recomendações

para as políticas públicas serão percorridas em âmbito geral, a partir da perspectiva da vida segura, diferenciando-se da proposta dos capítulos anteriores.

3.1. As políticas públicas de vida segura e a juventude

Os programas levantados

As iniciativas que compõem esse eixo desenvolvem ações focadas tanto na redução dos jovens à situação de violência e criminalidade quanto na redução das desigualdades sociais, visando diminuir a situação de vulnerabilidade em que se encontra a juventude brasileira. No conjunto das primeiras ações, nota-se que, no geral, são iniciativas de prevenção e que buscam articular a ideia de segurança pública com cidadania. No outro conjunto, as iniciativas, em sua maioria, embora apresentem um escopo mais amplo de público alvo, impactam, indiretamente no segmento juvenil.

- Iniciativas que contemplam a dimensão da segurança pública, direitos humanos e diversidade

Programa	Ações	Caracterização	Público	Responsável
Programa Nacional de Segurança Pública - PRONASCI⁵⁰	Protejo - Proteção dos Jovens em Território Vulnerável	Objetivo: formar o jovem para uma participação social mais ativa; desenvolver um sistema de acompanhamento e proteção a esses atores; realizar ações estruturais e territoriais que garantam a segurança, o desenvolvimento social e a convivência pacífica entre os jovens; reintegrar os jovens a um percurso social formativo que lhes possibilite ter acesso à educação e ao mercado de trabalho e estabelecer parcerias com os entes federativos, os movimentos sociais e as entidades organizadas da sociedade civil para o atendimento ao jovem	Jovens entre 18 e 24 anos.	Ministério da Justiça
Projeto Farol - Oportunidade em Ação (desde 2009)		Objetivo: ampliar, dar apoio e articular ações e práticas sociais voltadas aos adolescentes e jovens negros e em situação de alta vulnerabilidade social ⁵¹ ; adolescentes em conflito com a lei ou em cumprimento de medidas socioeducativas; adolescentes	Jovens negros de 15 a 24 anos	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em parceria com o

⁵⁰ O programa articula políticas de segurança com ações sociais, abrangendo prevenção, controle e repressão da violência focada nas raízes sócio-culturais do crime. Dentre os principais eixos que o compõe, destacam-se a valorização dos profissionais de segurança pública; a reestruturação do sistema penitenciário; o combate à corrupção policial e o envolvimento da comunidade na prevenção da violência. É composto por 94 ações que envolvem a União, estados, municípios e a própria comunidade. Para maiores informações sobre as ações do PRONASCI acessar: <http://portal.mj.gov.br/pronasci/data/Pages/MJE24D0EE7ITEMIDAF1131EAD238415B96108A0B8A0E7398PTBRIE.htm>.

⁵¹ De acordo com o Edital de chamada pública 001/2009, "entende-se como situação de vulnerabilidade social, adolescentes e jovens que se encontrem em ao menos uma das seguintes situações: baixa escolaridade; baixo acesso ao mercado de trabalho; com atividade sexual precoce e de risco e expostos a violência doméstica e/ou urbana; em situação de uso e/ou tráfico ou nas situações: cumprimento de medidas socioeducativas; egresso do sistema socioeducativo e egresso do sistema prisional".

Programa	Ações	Caracterização	Público	Responsável
		egressos do sistema socioeducativo e jovens egressos do sistema prisional ⁵² , tendo em vista a ressocialização desse público-alvo. Atualmente, o Farol contempla 17 iniciativas municipais que se concentram nas regiões sul, sudeste e nordeste do Brasil, atingindo 13 estados considerados com alta incidência de violência.		Ministério da Justiça
Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM (desde 2003)		<p>Objetivo: a preservação da vida de crianças e adolescentes ameaçados de morte e seus familiares, buscando assegurar a garantia dos direitos fundamentais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), tais como o direito à vida, convivência familiar, comunitária, educação, saúde, entre outros. Atua em duas linhas de ação: no atendimento aos ameaçados e às suas famílias e na prevenção, por meio de estudos e pesquisas e no apoio a projetos, como o Projeto de Redução da Violência Letal – PRVL.</p> <p>Desde sua criação, foram incluídas 4.680 pessoas, sendo 1.820 crianças e adolescentes e 2.860 familiares. Somente no ano de 2010, foram 1.390 pessoas protegidas, sendo 514 crianças e adolescentes e 876 familiares.</p> <p>No ano de 2010, foi lançada a segunda edição do Índice de Homicídio na Adolescência (IHA), com a disponibilização da ferramenta de descentralização do IHA para os gestores municipais a fim de envolver o poder público, entidades privadas e organismos internacionais no enfrentamento a violência letal contra crianças, adolescentes e jovens.</p> <p>Atinge 11 estados (SP, MG, RJ, ES, PA, DF, AL, PE, BA, RS e PR), além do Núcleo Técnico Federal para atendimento em estados onde não há o programa como política pública implantada.</p>	Crianças, adolescentes e familiares.	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República/Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – SNPDCA
Programa de Redução da Violência Letal - PRVL		Objetivos: Sensibilizar e mobilizar a sociedade civil e o poder público nos âmbitos nacional e local; produzir indicadores visando à construção de um sistema de informações e monitoramento da letalidade de adolescentes e jovens; realizar diagnósticos envolvendo a articulação de redes locais e o protagonismo de adolescentes e jovens na	Adolescentes e jovens	Secretaria de Direitos Humanos em parceria com Observatório de Favelas e Unicef

⁵²

Público do programa, segundo o referido Edital.

Programa	Ações	Caracterização	Público	Responsável
		formulação de uma agenda voltada para a prevenção e a redução de homicídios nas regiões selecionadas.		
Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (desde 2002)		Exemplos de ações são: 1) o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento a Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro (PAIR), sendo uma Política de Intervenção integrada do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, de abrangência nacional e 2) O Disque Denúncia que em 2010, registrou 149.311 mil atendimentos, dos quais 28.054 se converteram em denúncias encaminhadas. Foi iniciada a descentralização do software livre do Disque 100 e de sua metodologia, a qual foi disseminada para 15 municípios de fronteira do Brasil com Argentina, Paraguai e Uruguai. O DDN foi incorporado ao Disque Direitos Humanos em dezembro de 2010 que, além do módulo "Criança e Adolescente", passou a ter outros módulos para atendimento de diversas temáticas.	Crianças e adolescentes	Secretaria de Direitos Humanos (SDH)
Rede de Educação para a Diversidade (Rede)		Objetivo: é disseminar e desenvolver metodologias educacionais para a inserção dos temas da diversidade no cotidiano das salas de aula. São ofertados cursos de formação continuada para professores da rede pública da educação básica em oito áreas da diversidade: relações étnico-raciais, gênero e diversidade, formação de tutores, jovens e adultos, educação do campo, educação integral e integrada, ambiental e diversidade e cidadania.	Professores e jovens	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, SECAD/MEC

Uma análise das ações desenvolvidas

A análise das políticas públicas desenvolvidas na dimensão da vida segura à juventude permite visualizar avanços nos últimos oito anos, sobretudo porque esse segmento social passou a ser considerado com mais atenção nas ações e nos programas governamentais que podem ser vistos em duas dimensões distintas, sendo uma referente aos aspectos da violência e segurança pública, e a outra, em relação à promoção dos direitos humanos e na perspectiva da diversidade.

Na dimensão da segurança pública, observa-se que as iniciativas na esfera da compreensão de vida segura, em seu desenho inicial, priorizam a relação entre juventude e segurança pública. A maioria dos programas, projetos e serviços desenvolvidos tem como característica a prevenção. Nesse cenário, destaca-se uma política estruturante de

segurança, o Pronasci, programa que promoveu a discussão sobre segurança e juventude, no âmbito do Protejo, procurando transformar a atual situação de violência e criminalidade e, especialmente, reverter os números destes fenômenos entre os jovens. Ademais, o programa proporcionou mudanças no que se refere à política de investimento nas políticas públicas, uma vez que trouxe recursos significativos em vista do que existia, ainda que insatisfatório para a produção de resultados absolutamente concretos.

Entretanto, para além dos méritos dessa iniciativa, especialmente no que se refere ao Protejo, é preciso questionar se o orçamento destinado ao programa contempla as ações preventivas previstas e se realmente as regiões que apresentam um índice expressivo de violência juvenil. Assim como, não é possível apreender a efetividade das suas ações devido à fragilidade dos indicadores e mecanismos de avaliação das mesmas.

Compreende-se que mesmo existindo ações no âmbito governamental que incidam sobre a violência juvenil focalizando a juventude negra, aspecto que demonstra preocupação por parte do poder público, elas não são suficientes para se apreender que a questão da morbimortalidade da juventude negra é orgânica e endêmica, nem compreender a questão racial como um aspecto relevante para as políticas públicas, revelando a necessidade de mais investimentos nas políticas de enfrentamento e prevenção da violência juvenil. Como reitera o documento do Conjuve (2010a: 27),

(...) a taxa de homicídios da população negra tem sido historicamente bem superior a da população branca, o que indica a existência de maior vulnerabilidade dos jovens negros e urgência de investimentos para garantir seus direitos e combater o preconceito e discriminação.

Nessa perspectiva, ressalta-se a necessidade de políticas focalizadas para os jovens negros, os quais têm três vezes mais chances de serem assassinados dos que os brancos, segundo o estudo realizado pelo Observatório de Favelas.

Outra questão a ser discutida é o impacto dos vários programas desenvolvidos no âmbito da vida segura para os jovens e em que medida esses programas alcançam as diversas juventudes. Observa-se, como limitação, a concentração dos recursos dos programas nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, sendo as regiões metropolitanas as mais beneficiadas. Diante das altas taxas de violência existentes na sociedade brasileira, considera-se que essa ausência implica na vivência das juventudes das regiões menos contempladas pelas políticas, uma vez que não dispõem de recursos suficientes para reverterem à situação de vulnerabilidade que muitos vivenciam. Assim, é da maior importância expandir as políticas públicas para os jovens das várias comunidades rurais e dos municípios fora desse eixo que também estão expostos às situações de violência.

Destaca-se ainda - na dimensão da violência e a juventude - a necessidade de pensar e problematizar a política de controle de armas, bem como a questão da violência policial com a juventude. Estas são temáticas relevantes, uma vez que são problemas colocados para todos os estados, mas que não recebem a devida atenção pelo poder público.

É possível notar que a abordagem em relação à atuação policial parece estar focada nos jovens, sobretudo na juventude negra, ganhando contornos relevantes quando se considera que os abusos parecem atingir mais fortemente esse segmento. Esta afirmação condiz com a prioridade mais votada da 1ª Conferência Nacional de Juventude: “reconhecimento e aplicação, pelo poder público, transformando em políticas públicas de juventude as resoluções do 1º Encontro Nacional de Juventude Negra (Enjune), priorizando as mesmas como diretrizes étnico/raciais de/para/com as juventudes”. As resoluções do Enjune não somente se referem a temática tratada no texto, porém o tema da violência policial está inserido no contexto do movimento da juventude negra.

Sendo assim, é preciso desenvolver iniciativas voltadas tanto para a formação desse profissional para a melhoria de sua relação e formas de lidar com a população jovem quanto ao enfrentamento desses casos de violência, abuso e corrupção policial. No entanto, como acrescenta o documento Juventude e Políticas Sociais, no seu capítulo de Segurança Pública no Brasil,

para mudar a atual postura, fortemente arraigada em fatores culturais, sociais e de formação dos policiais, é preciso reforçar os valores democráticos e desconstruir preconceitos. Certamente, isto não pode ser solucionado a curto prazo, sendo de importância fundamental um trabalho contínuo de formação e capacitação, além da implantação de modelos de policiamento, em que a relação entre comunidade e forças policiais seja pautada pelo maior respeito e confiança mútua, e do incremento dos mecanismos de controle de ação policial. (IPEA, 2009: 207)

Ainda no âmbito das políticas de segurança, acredita-se que uma das ações prioritárias é a criação de um sistema de monitoramento e acompanhamento das políticas públicas de juventude para se entender os avanços e diagnosticar as demandas. É preciso investigar, por exemplo, quais são as ações que estão sendo realizadas para a juventude no campo da segurança pública para, então, propor diretrizes e perspectivas.

No que tange à segunda dimensão, direitos humanos e diversidade, é possível notar que o debate sobre juventude e as vulnerabilidades sociais vem sendo ampliado no âmbito das políticas públicas no que se refere à vida segura. Constata-se uma série de programas que se debruçam sobre situações específicas, buscando diminuir o abismo social existente entre as diversas juventudes, com ações que incidem sobre a desigualdade de acesso que jovens mulheres, jovens negros, jovens LGBT, de comunidades tradicionais, com deficiência, comunidades populares, dentre outros, encontram para alcançarem plenas condições de desenvolvimento e bem-estar.

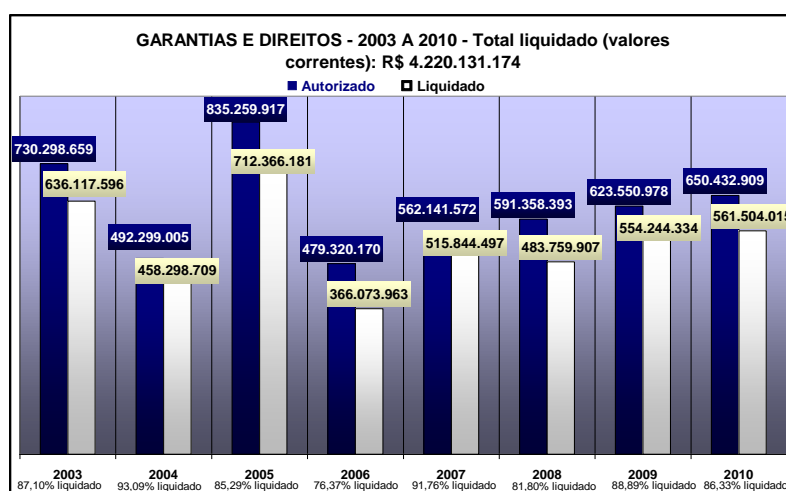
De fato, essas iniciativas têm buscado não apenas a redução das desigualdades sociais, mas também promover o bem-estar dessa população por meio de ações de enfrentamento de situações de vulnerabilidade e de proteção em caso de violação de direitos.

Consideradas essas desigualdades e as diversidades presentes entre a juventude brasileira, compreende-se que é preciso abrir espaço para a incorporação de abordagens específicas

no interior das demandas universais, bem como garantir dentro do aparato do Estado espaços institucionais que possam ajudar a reduzir os problemas específicos. Como nos mostra IPEA (2009:187), “a diversidade, refletida em distintas inserções sociais e culturais, vivências de vulnerabilidades sociais e exposição a riscos sociais, aponta para diferentes necessidades e possibilidades no que se refere às políticas públicas”. Assim, compreende-se a necessidade de se realizar recortes e focalizar questões para o desenvolvimento de estratégias para a efetivação das ações, pois ao se pretender contemplar todas as diversidades corre-se o risco de não conseguir colocar em prática as ações.

De olho no orçamento

Na análise orçamentária, houve uma divisão do que se classifica como Vida Segura em duas áreas: Garantias e Direitos e Segurança Pública. Na primeira, foram identificados 23 programas⁵³, tiveram uma execução orçamentária de 86% dos recursos autorizados, em média, conforme podemos acompanhar no gráfico seguinte (CARVALHO e EGHRARI, 2010, p. 44 e p. 122).



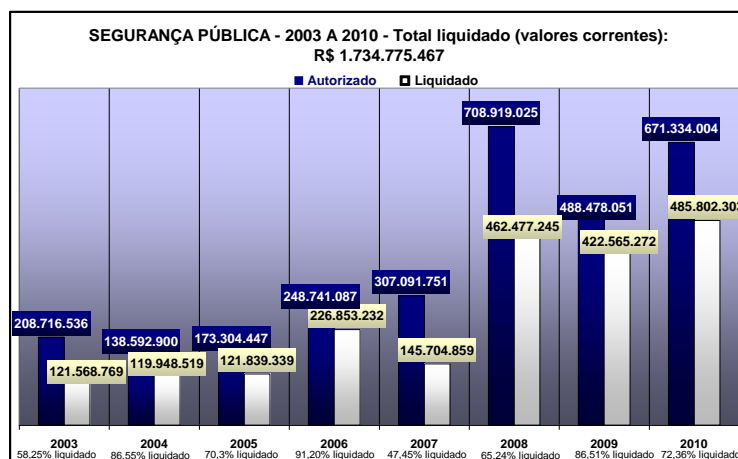
Já na área de Segurança Pública, foram considerados três programas⁵⁴. Para estes, a execução orçamentária foi de apenas 70%, conforme ilustra o gráfico a seguir, (idem, p. 126).

⁵³

1) Brasil Jovem / Proteção Social à Infância, Adolescência e Juventude; 2) Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei / Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo ao Adolescente em Conflito com a Lei – Pró-Sinase; 3) Defesa da Ordem Jurídica, 0581. Ação: Construção do Edifício-Sede da Promotoria de Defesa da Infância e da Juventude, em Brasília; 4) Erradicação do Trabalho Infantil; 5) Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes / Programa Nacional de Enfretamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes; 6) Etnodesenvolvimento das Sociedades Indígenas / Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas; 7) Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente / Programa Nacional de Fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente; 8) Direitos Humanos, Direitos de Todos / Garantia e Acesso a Direitos; 9) Gestão da Política de Direitos Humanos; 10) Combate a Violência Contra a Mulher / Prevenção e Enfretamento da Violência Contra as Mulheres; 11) Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas / Proteção a Pessoas Ameaçadas; 12) Ensino Profissional Diplomático; 13) Programa Nacional de Acessibilidade; 14) Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; 15) Igualdade de Gênero nas Relações de Trabalho; 16) Gestão da Política de Igualdade Racial; 17) Paz no Campo; 18) Inserção Social pela Produção de Material Esportivo; 19) Brasil Quilombola; 20) Educação em Direitos Humanos; 21) Promoção de Políticas Afirmativas para a Igualdade Racial; 22) Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres e 23) Proteção da Adoção e Combate ao Sequestro Internacional.

⁵⁴

1) Reestruturação / Modernização do Sistema Penitenciário / Aprimoramento da Execução Penal; 2) Programa Nacional Antidrogas / Redução da Demanda e da Oferta de Drogas / Gestão da Política Nacional sobre Drogas e 3) Programa Nacional de Segurança Pública – PRONASCI. (CARVALHO e EGHRARI, 2010, p. 46).



Recomendações para uma Política Pública de Juventude e Vida Segura

1. Assegurar, no âmbito das políticas públicas de segurança, prioridade às ações de prevenção, promoção da cidadania, combate ao racismo institucional e controle social, reforçando a prática do policiamento comunitário, priorizando áreas com altas taxas de violência.
2. Priorizar a inclusão de adolescentes e jovens autores de atos infracionais e egressos do sistema socioeducativo e prisional (de 18 a 24 anos), investindo em estratégias que lhes possibilitem a sua reinserção na sociedade e o desenvolvimento do seu potencial enquanto seres humanos.
3. Promover a conscientização da sociedade sobre os problemas enfrentados pelos jovens em situação de vulnerabilidade, considerando a extensão do preconceito social existente. Para que a reintegração ou integração desses jovens seja bem sucedida é necessário que a sociedade possa aceitá-los e, para isso, o governo deve prepará-la, combatendo o preconceito e as atitudes e reações excludentes.
4. Estender as ações do Protejo incluindo em seu público alvo os jovens aprisionados, internados e que estão cumprindo medidas socioeducativas.
5. Garantir a implementação do Sinase na aplicação e execução das medidas socioeducativas, priorizando a municipalização das medidas em meio aberto, enfatizando o caráter socioeducativo das medidas de privação de liberdade, assegurando acesso à educação, lazer, formação profissional, mercado de trabalho e ao acompanhamento, por profissionais qualificados, reafirmando a posição contrária ao rebaixamento da idade penal. (Resolução da 1ª Conferência Nacional de Juventude).
6. Capacitar profissionais de segurança pública, para que saibam tratar de forma humanizada e cidadã, prioritariamente, jovens negros, jovens mulheres, jovens com deficiência e jovens LGBT, a fim de diminuir as violências cometidas por estes agentes quando percebidas as diversidades desses jovens.

7. Recomendar a padronização da abordagem policial a partir de um protocolo público para procedimento dos operadores de segurança pública, respeitando a condição juvenil, prioritariamente, jovens negros, LGBT, mulheres e com deficiência.
8. Enfrentar todas as práticas de violência contra as jovens mulheres: violência de gênero, moral, sexual, física, racial, patrimonial, doméstica, de orientação sexual e psicológica, monitorando a implementação da Lei Maria da Penha e da notificação compulsória, garantindo a destinação de verbas para seu funcionamento, com ênfase para criação dos juizados especializados, acionando e executando os mecanismos de coibição e penalização da exploração sexual, do tráfico para a mercantilização do corpo das mulheres, garantindo também direitos humanos às jovens em situação de prisão. (Resolução da 1ª Conferência Nacional de Juventude).
9. As delegacias, inclusive as Delegacias de Defesa da Mulher e os diversos equipamentos de saúde, devem estar preparados para o atendimento de mulheres jovens, especialmente quando estas são vítimas de agressões físicas, de violência sexual e/ou estão em processo de abortamento.
10. Incluir um recorte geracional nas políticas públicas para as mulheres desenvolvidas pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), Secretaria de Direitos Humanos (SDH), Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Ministério da Justiça (MJ) e Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).
11. Assegurar a implementação de ações de enfrentamento às desigualdades contra as mulheres jovens nas instituições públicas governamentais.
12. Promover ações que possibilitem e ampliem a participação juvenil na gestão das políticas públicas de segurança e direitos humanos.
13. Realizar diagnósticos precisos sobre os índices de vulnerabilização juvenil, bem como sobre as diversas juventudes para o desenvolvimento de políticas públicas de segurança e direitos humanos que contemple essa vulnerabilidade e diversidade.
14. Produzir materiais com linguagem acessível ao público juvenil, baseados em marcos legais (estatutos, convenções internacionais, decretos, leis) que dão respaldo às políticas públicas de segurança e direitos humanos.
15. Desenvolver iniciativas tanto na educação formal quanto na informal que garantam a devida implantação do Plano Nacional de Direitos Humanos focalizando, principalmente, a população juvenil.
16. Elaborar política pública para o enfrentamento da mortalidade da juventude negra.
17. Promover os direitos de jovens com deficiência e garantir a acessibilidade nos projetos, programas e políticas públicas de juventude, através de intérprete de Libras, braille, rampas de acesso, banheiros adaptados, etc.
18. Qualificar o disque Direitos Humanos (disque 100) e outras ouvidorias ministeriais no que diz respeito às violações de direitos da população jovem.

19. Implementar um protocolo de atendimento a situações de violência física e psicológica sofrida por jovens em toda a rede de atendimento público (SUS, SUAS e Segurança Pública).



Capítulo 4

A DIMENSÃO DA PARTICIPAÇÃO E A
INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE

Embora sejam considerados transversais a todo debate acerca da juventude e já tenham sido brevemente tratados nos capítulos anteriores, os temas da participação e da institucionalização das políticas públicas de juventude foram destacados num capítulo devido à sua importância e o seu impacto nas diversas dimensões da vida dos jovens.

4.1. Participação juvenil

Falar em participação implica assumir que a importância da ação política dos cidadãos não está resumida a eleger periodicamente governos que os representem. Para além desta dimensão, a intervenção em espaços públicos, como Conferências e Conselhos, numa perspectiva democrático-participativa, significa a disposição do Estado e da sociedade civil em compartilhar informações, decisões e proposições sobre políticas.

Em relação à participação juvenil, é papel do poder público estimular e garantir os meios para o protagonismo dos jovens na cena pública e política, apreendendo a importância desta vivência no seu processo de desenvolvimento pessoal e social e também reconhecendo a necessidade da sua participação, no âmbito social, cultural e econômico, como estratégia para a construção de uma sociedade mais justa.

Nas políticas públicas de juventude, portanto, a participação é de suma importância, pois o olhar dos jovens sobre elas é uma condição essencial para sua eficácia e eficiência. Promover a participação, nesse sentido, significa proporcionar espaços para que a juventude possa contribuir em todo o processo de formulação das políticas públicas, isto é, desde a identificação das demandas, elaboração e implementação das políticas públicas, até a sua fiscalização e avaliação.

4.1.1. O olhar da Política Nacional de Juventude sobre a participação juvenil

A diversidade de sentidos do conceito de participação pede múltiplas estratégias para garanti-la enquanto direito, conforme sugere o documento Política Nacional de Juventude:

a juventude é uma dimensão social que articula movimentos de vários tipos e com distintas práticas discursivas e de organização. De acordo com essa realidade, o poder público deve ser criativo no desenvolvimento de metodologias e oportunidades que ampliem as condições de participação de um conjunto cada vez maior de jovens, assegurando a pluralidade de manifestação da juventude. (CONJUVE, 2006:37)

Nessa perspectiva, no âmbito das políticas públicas de juventude, é possível observar, no período de 2003 a 2010, uma maior visibilidade do jovem como sujeito de direitos e ator de desenvolvimento, sobretudo no que se refere à ampliação dos espaços institucionais de debate, bem como em relação à pluralidade das diferentes formas de ser e viver a juventude que emergem à cena pública.

Dentre as ações empreendidas, destaca-se a realização da Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude em 2008 e a criação do Conselho Nacional de Juventude

em 2005, ambos com o propósito de promover o diálogo entre governo e diversos atores e instituições sociais que contemplam a temática da juventude nas suas ações.

A Conferência Nacional de Juventude mobilizou cerca de 400.000 participantes em todas as suas etapas e foi um importante disparador, no nível dos estados e municípios, da construção de novos desenhos institucionais para implementação de políticas, estimulando a criação de coordenações, assessorias e conselhos de juventude. Também trouxe inovações importantes no aspecto metodológico, especialmente na inclusão da modalidade de conferência livre, possibilitando que qualquer grupo pudesse se expressar, sugerindo propostas que foram consideradas no debate durante a etapa nacional. A ideia já foi multiplicada em conferências de outros campos e segmentos, como a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública.

O Conselho Nacional de Juventude tem sido um espaço relevante para o debate em torno das políticas públicas de juventude, incluindo também movimentos e redes não institucionalizados, e tem se constituído como referência de atuação para os conselhos estaduais e municipais.

O esforço de mobilização para criação e fortalecimento de conselhos de juventude no nível local tem sido concentrado na Rede de Conselhos. Iniciativa do Conselho Nacional de Juventude, a rede foi lançada em 2010, durante o II Encontro Nacional de Conselhos e já reúne mais de 1.200 integrantes, entre conselheiros, gestores e pessoas interessadas no debate sobre juventude. Além dos encontros presenciais promovidos pelo Conjuve, a rede se articula também através de um blog que funciona como espaço para divulgação de notícias, ações e disponibilização de textos, fotos, dentre outros.

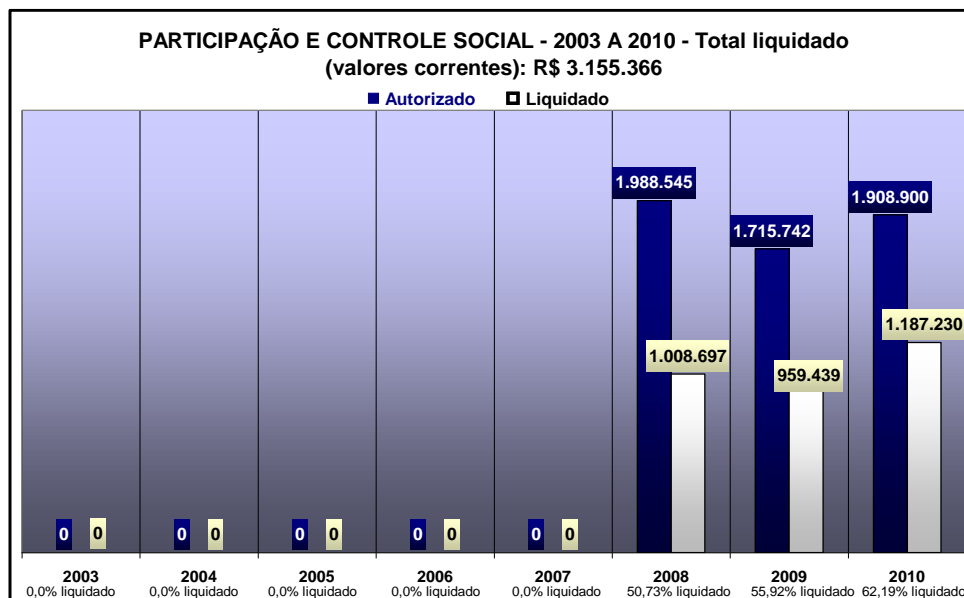
O espaço de reflexão que tem se consolidado através da rede tem sido fundamental para que os conselheiros, juntos, possam encontrar respostas aos desafios enfrentados, como a carência de estrutura e capacitação, a dificuldade de monitoramento das políticas e o diálogo entre a sociedade civil e o governo, questões que também são vivenciadas pelo Conselho Nacional.

Outro aspecto que merece destaque no âmbito das políticas públicas de juventude é a necessidade de construção de espaços de participação no acompanhamento e na gestão para os usuários desses serviços, programas e projetos. Poucos programas apresentam mecanismos institucionais que possibilitem aos jovens trazerem críticas, sugestões e contribuir para o aprimoramento do que está sendo realizado.

Para além dos jovens atendidos pelos programas, essa reflexão aponta também para a dificuldade dos espaços institucionais de participação estabelecerem diálogo com uma juventude que não se encontra organizada através de movimentos, instituições, fóruns. Nesse sentido, é preciso que as informações e os debates também atinjam estes jovens, procurando construir caminhos para garantir a horizontalização da participação no âmbito das políticas públicas.

De olho no orçamento

De todas as áreas analisadas, a participação e o controle social foram as que menos executaram os recursos autorizados desde 2008, que é o ano em que o Conjuve passa a ter nas leis orçamentárias rubrica específica para o seu funcionamento. O gráfico a seguir nos mostra que quase metade dos recursos autorizados não foi utilizada nos anos de 2008, 2009 e 2010 (CARVALHO e EGHRARI, 2010, p. 131).



Recomendações para uma Política Pública de Juventude que contemple a dimensão da participação

1. Estimular mecanismos de institucionalização da participação juvenil na elaboração e controle das políticas públicas.
2. Destinar orçamento específico para ações de fortalecimento da participação juvenil voltadas à formação e à facilitação da participação em espaços estratégicos de debate.
3. Criar comitês juvenis para captação das demandas, monitoramento e avaliação das ações e programas desenvolvidos para juventude em cada ministério, secretaria e autarquia.
4. Criar espaços para a participação juvenil na construção do orçamento público.
5. Regulamentar o processo da conferência de juventude, incluindo a definição de periodicidade de realização e participação das entidades.
6. Transversalizar a participação dos jovens nos diversos conselhos em articulação com o Conjuve.
7. Sensibilizar estados e municípios para a criação de espaços institucionais de participação.
8. Potencializar a formação virtual, presencial e descentralizada para os conselheiros, na perspectiva da formação de multiplicadores.

9. Promover pesquisas e estudos sobre participação, movimentos e organizações juvenis existentes no Brasil.
10. Articular campanhas de promoção dos direitos da juventude e dos espaços de participação.
11. Desenvolver Centro de Juventude como espaço de suporte e fortalecimento ao associativismo juvenil e ao voluntariado.
12. Constituir um programa de fortalecimento das iniciativas associativas da juventude como fóruns, redes e movimentos de todo o país.

4.2. A Institucionalização das políticas públicas de juventude.

Desde que as políticas de juventude começaram a ser debatidas com mais força, a partir dos anos de 1990, um tema permanente tem sido sua institucionalização, ou seja, fazer com que essas políticas sejam incorporadas pela estrutura do Estado, para que, ao invés de políticas de governo, muitas vezes transitórias, se organizem como políticas de Estado.

Contudo, é importante destacar que institucionalizar uma política é muito mais do que lhe dar permanência no tempo. Mais do que uma estratégia de participação de um governo, trata-se de compreendê-la enquanto direito de milhões de pessoas e, portanto, enquanto dever do Estado, que assim deve dispor de instrumentos que efetivem este direito.

A história recente do Brasil também mostra que a lei em si não cria a realidade. Porém, a lei é a apresentação de uma realidade de lutas e processos históricos de mobilização social. Por isso, ela é um importante instrumento de luta para que a sociedade civil organizada possa reivindicar o reconhecimento de direitos perante a estrutura do Estado.

A discussão sobre a questão dos jovens e a institucionalização de políticas públicas de juventude só recentemente avançou no Brasil, apesar dos esforços de vários atores, a partir dos anos 1990, de colocar o tema nas agendas governamentais.

Apesar da maior atenção dos governos brasileiros em formular e implementar políticas específicas voltadas para os jovens, a maior mobilização para discutir uma Política Nacional de Juventude só foi realmente acontecer nos últimos anos, com vistas a elaborar um Plano Nacional de Juventude, a PEC da Juventude e o Estatuto dos Direitos da Juventude.

Devemos considerar que, no nível do Executivo da União, um grande passo foram as criações da Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude e do ProJovem, em 2005. Esses primeiros passos na institucionalização das políticas de juventude são, em grande parte, resultados do trabalho do Grupo Interministerial de Juventude. Este, criado em 2004, foi responsável por realizar um mapeamento dos serviços, programas, projetos e ações co-financiados pelo governo federal e pela indicação de diretrizes e prioridades para a ação pública, possibilitando o primeiro desenho institucional

implementado no Brasil especificamente para tratar destas políticas públicas neste âmbito de governo.

Embora já houvesse diversos órgãos de juventude nos estados e municípios, esse desenho institucional estimulou a criação de estruturas político-administrativas responsáveis pelas políticas públicas de juventude e instâncias de controle social também, nos níveis estaduais e locais.

No âmbito do Legislativo Federal, o pontapé inicial foi dado pela Frente Parlamentar de Juventude e pela Comissão Especial de Políticas Públicas para Juventude, que realizaram uma série de audiências estaduais e dois eventos nacionais. Um deles, a Conferência Nacional de Juventude, realizada em 2004, debateu uma proposta de Plano Nacional, que levantou subsídios para o projeto de lei que hoje tramita na Câmara.

Visando investir numa agenda de institucionalização e avançar na garantia de direitos da juventude, a Secretaria e o Conselho Nacional de Juventude criaram o “Pacto pela Juventude”, que é uma proposição aos governos (federal, estaduais e municipais) de se comprometerem com as políticas públicas de juventude e sua institucionalização nas suas plataformas eleitorais e futuras ações de governo. Cabe ressaltar que candidatos a prefeito e vereador nas eleições de 2008, e a deputado, senador, governador e presidente em 2010 assumiram uma série de compromissos com a juventude brasileira quando foram signatários do Pacto.

Considera-se que a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC nº 138/2003), conhecida como a PEC da Juventude, foi uma grande conquista que ocorreu até esse momento na institucionalização das Políticas de Juventude. A aprovação dessa PEC insere o termo "jovem" na Constituição Federal, no capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais, permutando o capítulo VII do Título VIII da Constituição, pelo substitutivo, passando a chamar-se "Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso" - ou seja, o jovem é incluído na denominação do capítulo.

A aprovação da PEC na trajetória de consolidação das políticas de juventude na agenda pública é um marco, já que, ao incluir o conceito de juventude na Constituição, facilita-se o caminho para a aprovação de projetos estruturantes, como o Plano Nacional da Juventude e Estatuto da Juventude.

Ainda muito recente, a institucionalização das políticas públicas de juventude é um grande desafio e carece de muito debate. Não há um consenso no Conjuve sobre qual é o desenho institucional ideal, mas é possível levantar alguns pontos que merecem mais atenção. Dentre eles, destacam-se:

1. Criar e consolidar o Sistema Nacional de Juventude com os três entes federados (União, Estados e Municípios) articulados, inclusive, com outros sistemas como o SUS e o SUAS, com mecanismos diversos de controle e participação social da juventude nesse sistema;

2. Garantir financiamento regulamentado para as Políticas Públicas de Juventude, uma vez que a escassez de recursos tem inviabilizado a institucionalização, sobretudo para os estados e municípios. O recebimento do recurso e a execução dos programas pelos estados e municípios devem ser atrelados à existência de um conselho de juventude;
3. Fortalecer o papel da Secretaria Nacional de Juventude, enquanto articuladora da política pública de juventude e executor de ações afirmativas para a juventude no diálogo estratégico com os Ministérios. É preciso uma atuação mais efetiva por parte da Secretaria no que se refere à integração e à intersectorialidade dos programas e à transversalidade da temática da juventude;
4. Constituir um comitê interministerial de juventude para facilitar a integração entre as políticas;
5. Trabalhar com a perspectiva de conferir “status ministerial” à Secretaria Nacional de Juventude, a exemplo da SEPPIR e SPM;
6. Elaborar um Sistema Nacional de informação e comunicação, para desenvolvimento de padrões e métodos públicos de elaboração e difusão de informação juvenil pactuados com a sociedade civil, monitorados e avaliados.
7. Desenvolver o Instituto Nacional de Juventude. Instituição de constituição paritária entre a SNJ e o Conjuve para ações de cunho republicano com ações pactuadas nas áreas de formação cidadã, informação e comunicação juvenil, e desenvolvimento e avaliação e monitoramento de indicadores estratégicos de juventude.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esforço empreendido neste documento pretendeu fornecer, ainda que com limitações, uma leitura da inserção de temáticas e dimensões que são essenciais para a inclusão da juventude na agenda política nacional, permitindo a visualização de conquistas e desafios.

No período de 2003 a 2010, foram identificados importantes avanços no conjunto das políticas públicas voltadas, exclusivamente ou não, para a juventude, sobretudo na tentativa de traçar novos desenhos e na constituição de um arranjo institucional específico, concretizados através da criação da Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude e do Projovem, mas também pela disposição de alguns ministérios em refletir sobre suas ações e adequá-las para contemplarem também as demandas juvenis.

As iniciativas desenvolvidas procuraram abarcar a totalidade das dimensões da vida dos jovens ou aspectos que a influenciam: educação, saúde, cultura, vida segura e direitos humanos, participação, trabalho, tecnologia da informação e comunicação, esporte e meio ambiente, revelando o compromisso de reverter o cenário de desigualdades sociais presente.

A realização da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude também merece um destaque, na medida em que permitiu expandir o debate institucional para cerca de 400.000 participantes que estiveram envolvidos no processo.

Não obstante os avanços proporcionados pelo investimento no aparato institucional, existem ainda muitos desafios para que realmente a temática juvenil seja inserida na agenda pública e haja um impacto efetivo na atenção aos jovens, sobretudo aqueles em situação de vulnerabilidade.

Compreende-se que a consolidação da Política Nacional de Juventude só será possível através da **transversalidade do seu enfoque geracional**, possibilitando que nos diferentes espaços este recorte seja considerado nas suas potencialidades e diversidades. Percebe-se que há uma fragilidade neste aspecto, especialmente no campo das tecnologias da informação e comunicação, onde não foi encontrado nenhum programa com esta abordagem, e em outras dimensões nas quais a atenção às especificidades dos jovens na formulação e execução das ações ainda é insuficiente. Por isso, o Conjuve reforça a partir das análises feitas neste documento a necessidade de fortalecer a transversalização da temática e da participação da juventude nesta pasta, com o intuito de que as políticas desta área tenham os jovens como ator estratégico.

Também no sentido da Política Nacional, é necessário investir mais na **integração entre Ministérios**. Observa-se que há uma dificuldade de entendimento comum a respeito da condição juvenil entre os diferentes órgãos executores das políticas, resultando na falta de estabelecimento de um planejamento conjunto que oriente a formulação e implantação das políticas voltadas para este segmento etário.

Nesse sentido, é preciso destacar a importância do **papel da Secretaria Nacional de Juventude enquanto articuladora da Política Nacional de Juventude**, sensibilizando os demais órgãos para as pautas juvenis e promovendo a compreensão das questões que envolvem a condição, a vivência e a promoção da cidadania ativa da juventude, consideradas desigualdades diversidades que caracterizam este segmento.

Por outro lado, também não se deve perder de vista a dimensão fundamental da **Secretaria Nacional de Juventude como executora de políticas específicas de juventude**. O Projovem foi um grande exemplo programa proposto e coordenado pela SNJ, com gestão compartilhada por vários Ministérios, revelando um grande diferencial nesta construção.

Em relação à qualificação do desenho das políticas, constata-se, também, a ausência de diagnósticos, informações organizadas e um **sistema nacional de monitoramento e avaliação** das ações, programas e políticas públicas desenvolvidas para a juventude, que permitam conhecer a sua efetividade e também possibilitem a identificação de eixos orientadores para a formulação de novas políticas. Entre os indicadores que devem ser avaliados, deve-se dar destaque ao orçamento voltado para a juventude, permitindo a sua visualização inclusive entre as ações executadas pelos diversos ministérios e a transparência necessária ao controle social.

A análise da execução orçamentária da União, com foco nos programas que impactam direta e indiretamente na juventude, enriquece o debate acerca das políticas públicas voltadas para esse grupo, visualizando assim as prioridades do governo federal dentre as políticas voltadas para a juventude. Por outro lado, por meio do controle social, com foco no orçamento voltado a juventude é que se pode contribuir na busca pela eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas de/para/com a juventude atendendo as demandas e capacidades dos jovens no Brasil

O Conjuve, além de ser um espaço de debate, precisa se tornar uma instância efetiva de controle social das políticas públicas de juventude, promovendo análises, sugerindo diretrizes e propostas para qualificação das ações públicas e fortalecendo a gestão democrática nos programas, sobretudo a partir da busca pela ampliação da participação dos jovens.

Por fim, o desafio da consolidação da Política Nacional de Juventude, qualitativa e quantitativamente, de modo que possa contemplar com efetividade as diversas juventudes deve focar mais a emancipação dos jovens, a partir da perspectiva do desenvolvimento integral e da construção dos projetos de vida, da autonomia e da cidadania.

É preciso considerar o jovem como ator fundamental no desenvolvimento do país, mas também criar condições para que sua contribuição retorne sob a forma da garantia de seus direitos, ampliação de suas oportunidades e da melhoria da sua qualidade de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. *Atenção Primária e Promoção da Saúde*. Brasília: CONASS, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde*. Brasília, 2010. Disponível em:

http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/diretrizes_nacionais_adoles_jovens_230810.pdf

BRASIL. Ministério da Educação. *Documento Final Conferência Nacional de Educação - CONAE*. 2010. Disponível em:

http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/documento/documento_final_sl.pdf

BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, 2007. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>

CARVALHO, Grégory. EGHRARI, Iradj Roberto. *Orçamento Juventude 2003-2010: uma proposta metodológica para o controle social das políticas públicas de juventude*. Brasília: Àgere Cooperação em Advocacy/Fundación Avina, 2010.

CASTRO, Mary Garcia. *Quebrando mitos: juventude, participação e políticas. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas públicas de Juventude*. Resumo executivo. Brasília: RITLA, 2009.

CONJUVE. *Política Nacional de Juventude. Diretrizes e Perspectivas*. Brasília, 2006. 2ª edição.

DAGNINO, Evelina *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*, São Paulo, Paz e Terra, 2002.

_____ “Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?”, In MATO, D. (coord.) *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas, FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004.

CONSTANZI, RG *Trabalho decente e juventude no Brasil*. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2009.

IPEA. *Juventude e Políticas Sociais no Brasil*. Brasília, 2009.

LEITE, Eleilson. *Políticas públicas de cultura para a Juventude do Governo Federal: não é o que não pode ser*. Seminário Políticas Públicas Juventude em Pauta 2010. Ação Educativa. São Paulo, novembro, 2010.

NOVAES, Regina. Prefácio. *Juventude e Políticas Sociais no Brasil*. IPEA. Brasília, 2009, p.15-22.

DOCUMENTOS:

Agenda Nacional de Trabalho Decente. Brasília, 2006. Disponível no site:
<http://www.oitbrasil.org.br/info/downloadfile.php?filed=237>.

Análise das Oficinas Temáticas sobre as Políticas Públicas de Juventude. Conjuve, Brasília, 2010b. (inédito)

1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude - Levante sua Bandeira – Caderno de Resoluções. Conselho Nacional de Juventude/Secretaria Nacional de Juventude/Governo Federal, Brasília, 2008.

Recomendações do Conselho Nacional de Juventude ao Governo Federal. Conjuve, Brasília, 2010a. (inédito)

SITES:

Conferência Nacional de Educação: conae.mec.gov.br

Ministério da Cultura: www.cultura.gov.br

Ministério da Educação: www.mec.gov.br

Ministério da Justiça: portal.mj.gov.br

Ministério da Saúde: www.saude.gov.br

Ministério do Desenvolvimento Agrário: <http://www.mda.gov.br/portal/>

Ministério do Desenvolvimento Social: www.mds.gov.br

Ministério do Esporte: www.esporte.gov.br

Ministério do Meio Ambiente: www.mma.gov.br

Ministério do Trabalho e Emprego: www.mte.gov.br

Secretaria de Direitos Humanos: www.sedh.gov.br

Secretaria de Políticas para as Mulheres: www.sepm.gov.br

Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial: www.portaldaigualdade.gov.br

Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas: www.senad.gov.br



ANEXOS

ANEXO I

Tópicos orientadores da reflexão nas oficinas

Tema	Tópicos orientadores
Cultura	<ul style="list-style-type: none">• Jovens como produtores, artistas (formação, financiamento para produção cultural juvenil, com atenção à garantia da equidade de linguagens artísticas e de regiões, etc);• Fruição cultural (acesso a bens culturais);• Difusão / acessibilidade e mobilidade;• Participação dos/das jovens na construção das políticas públicas de cultura.• Orçamento / investimento
Tecnologias de Informação e Comunicação	<ul style="list-style-type: none">• Democratização dos meios de comunicação• Inclusão digital• Acessibilidade• Jovens como produtores (formação, financiamento para produção cultural juvenil, com atenção à garantia da equidade de linguagens artísticas e de regiões, etc)• Informação juvenil (democratização de informações úteis aos/às jovens)• Orçamento / investimento• Participação juvenil na construção das políticas
Vida Segura e Direitos Humanos	<ul style="list-style-type: none">• Violência letal contra os/as jovens• Segurança pública (prevenção social, repressão qualificada, sistema prisional)• Diversidade (jovens vivendo com HIV/AIDS, jovens mulheres, LGBTTT, etc)• Sistema de garantia de direitos (redução da maioridade penal...);• Orçamento / investimento• Participação juvenil na construção das políticas
Trabalho	<ul style="list-style-type: none">• Educação x trabalho• Lei da Aprendizagem• Estágio• Empreendedorismo e cooperativismo urbano e rural• Economia solidária• Economia criativa• Economia sustentável• Qualificação, crédito e apoio técnico• Igualdade de oportunidades• Trabalho decente

	<ul style="list-style-type: none"> • Orçamento / investimento • Participação juvenil na construção das políticas
Participação	<ul style="list-style-type: none"> • Formação para participação • Participação da juventude não institucionalizada; • Mobilização • Espaços institucionais de participação: <ul style="list-style-type: none"> ○ Conselho Nacional de Juventude; ○ Conferência Nacional de Juventude; ○ Orçamentos participativos; ○ Espaços da gestão democrática dentro de programas e projetos; ○ Outros; • Orçamento / investimento • Diversidade
Saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento especializado para a juventude; • Prevenção • Drogas • Saúde Sexual e Reprodutiva • Integração das políticas de Educação, Trabalho e Saúde • Diversidade • Orçamento / investimento • Participação juvenil na construção das políticas
Esporte e lazer	<ul style="list-style-type: none"> • Diversidade • Esporte x Saúde x Educação • Profissionalização / formação de atletas • Esporte de alto rendimento • Esporte educacional (educação física na escola) • Esporte e participação (acesso, equipamentos, lazer) • Eventos esportivos • Orçamento / investimento • Participação juvenil na construção das políticas
Meio ambiente	<ul style="list-style-type: none"> • Participação da juventude na construção das políticas; • Inclusão das juventudes, em especial, a juventude rural, ribeirinha, indígena e de comunidades tradicionais, nas políticas ambientais desenvolvidas; • Educação ambiental • Agroecologia • Orçamento / investimento
Institucionalização das políticas públicas de	<ul style="list-style-type: none"> • Modelos das políticas e programas desenvolvidos para os/as jovens pelos Ministérios (Legislação, Projovem, Sistema de

juventude	<p>Avaliação, Financiamento, etc);</p> <ul style="list-style-type: none"> • Arranjo institucional da política de juventude: <ul style="list-style-type: none"> ○ Papel SNJ como articuladora das políticas públicas de juventude junto aos Ministérios; ○ Estadualização / municipalização; ○ Participação e controle social • Orçamento / investimento
Educação	<ul style="list-style-type: none"> • Educação x trabalho • Educação para cidadania, diversidade • Ensino médio: <ul style="list-style-type: none"> ○ Acesso e qualidade ○ Profissionalizante • Acesso à universidade • Educação para jovens rurais, indígenas e de comunidades tradicionais; • Educação inclusiva para jovens com deficiência • Analfabetismo • Educação não formal • Assistência estudantil • Orçamento / investimento • Participação juvenil na construção das políticas

ANEXO II

Relação dos participantes das oficinas temáticas

Oficina de Cultura – 13/09/2010

Ana Paula Mendes Gomes – Associação Raízes da Tradição

José Maria Reis – Argonautas

Jurema Machado – UNESCO

Luis Eugênio de Santana Lima – Centro de Referência Integral do Adolescente (CRIA)

Nilton Lopes– Cipó – Comunicação Interativa

Oficina Tecnologias de Informação e Comunicação – 13/09/2010

Alessandro Ponce de Leon – Universidade da Juventude

Altamiro Borges – Instituto de Mídia Barão de Itararé

Beto Almeida – TV Comunitária de Brasília e Telesur (TV Senado)

Fábio Meirelles Hardman – Secretaria de Direitos Humanos

Gabriel Lischinsky Alves dos Santos - Centro Popular de Cultura 8 de março

José Gustavo Gontijo – Casa Civil (Comitê Gestor de Inclusão Digital)

Maria Camila Florêncio da Silva – Rede de Jovens Comunicadores e Comunicadoras

Rafael Lira Silva – Revista Viração

Oficina Vida Segura – 14/09/2010

Alessandro Melchior Rodrigues – ABGLT

Ane Rosenir Cruz – Secretaria de Políticas das Mulheres

Antônio Fernandes de Jesus Vieira (Dinamam Tuxá) – Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoimne)

Jailson Tenório – Secretaria de Direitos Humanos - SEDH

José Roberto Bellintani – Instituto São Paulo contra a Violência

Melina Ingrid Rizzo – Sou da Paz

Miriam Abramovay – RITLA

Paulo Ramos – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR

Pedro Vicente Bittencourt – Viva Rio

Oficina Trabalho – 15/09/2010

Anderson Campos – Central Única dos Trabalhadores (CUT)

Edmar Lorencini dos Anjos – CONAJE – Confederação Nacional de Jovens Empresários

Eryka Galindo – CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura)

José Eduardo Andrade – Secretaria Nacional de Juventude / Secretário executivo do Conjuve

Laís Abramo – Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Lilian Arruda Marques – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)

Manuel Eugênio – Ministério do Trabalho e Emprego

Maria Carla Corrochano – Ação Educativa

Paula Montagner – ENAP

Raquel Santori – Ministério do Desenvolvimento Agrário

Tiago Lima Mitraud de Castro Leite – Brasil Júnior – Confederação Brasileira de Empresas Juniores

Valdinei Valério – Pro-Cerrado

Oficina Participação – 16/09/2010

Danilo Moreira – Secretaria Nacional de Juventude
Darcy Vieira Gomes – Juventude Socialista do Partido Democrático Trabalhista (JSPDT)
Hélio Silva Barbosa – Rede de Jovens do Nordeste
Joubert Fonseca de Andrade – Juventude do Partido Socialista Brasileiro - PSB
Karlos Rikário Mourão – Rede Sou de Atitude
Luciana Doll Martinelli – ARACATI – Agência de Mobilização Social
Luísa Barbosa Pereira – União da Juventude Socialista
Mary Garcia Castro – Universidade Católica de Salvador – UCSAL
Patrícia Lanes – IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Estatísticas
Renata Bhering - FNMOJ

Oficina Saúde – 20/09/2010

Aldo da Costa Azevedo – Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas
Alessandra Bandeira – Ministério da Saúde
Andreza da Silveira Jorge - Prómundo
Juliano Gonçalves – Fórum Nacional da Juventude Negra (Fonajune)
Kléber Fábio de Oliveira Mendes – Rede Nacional de Jovens vivendo com AIDS e HIV
Larissa Monteiro - CNAB
Ricardo Castro – Instituto Papai
Thereza de Lamare F. Netto – Ministério da Saúde

Oficina Esporte e Lazer – 21/09/2010

Ailton Fernando Santana de Oliveira – Universidade Federal de Sergipe
Brenda de Fraga Espíndula – CEMJ – Centro de Estudos e Memória da Juventude
Ivana Cristina Melo de Moura Severo – Ministério dos Esportes
Jorge Steinhilber – Conselho Federal de Educação Física
Kátia Rúbio – Universidade de São Paulo
Ricarda Raquel Barbosa Lima – Instituto Amigos do Vôlei
Ricardo Vidal – Instituto Joaquim Cruz
Sheila A. P. S. Silva – Universidade São Judas
Victor Barau – Atletas pela Cidadania

Oficina Meio Ambiente – 21/09/2010

Adriane Goldoni – Ministério do Meio Ambiente
Antônio Fernandes de Jesus Vieira (Dinamam Tuxá) – Apoime – Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo
Antônio Francisco de Lima Neto – Coordenação de Juventude Nacional do MST
Fernanda Rodrigues Machado Farias – Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais
Letícia Vargas de Oliveira Brito – UEB – União dos Escoteiros do Brasil
Rangel Mohedano – Ministério da Educação / Coordenação Geral de Educação Ambiental
Thiago Alexandre Moraes – REJUMA – Rede de Juventude pelo Meio Ambiente

Oficina Institucionalização das Políticas Públicas de Juventude – 22/09/2010

Afonso Tiago Nunes de Sousa – Secretário Municipal de Juventude de Fortaleza
Alessandro Ponce de Leon – Universidade da Juventude

Danilo Moraes – Coordenação das Entidades Negras (CONEN)
Danilo Moreira da Silva – Secretaria Nacional de Juventude / Presidente do Conjuve
Félix Aureliano – Fórum Nacional de Gestores
Fernanda Papa – Friedrich Ebert Stiftung – FES
Fransérgio Goulart de Oliveira Silva – Centro de Promoção da Saúde (Cedaps)
José Eduardo Andrade – Secretaria Nacional de Juventude / Secretário executivo do Conjuve
José Ricardo Bianco da Fonseca – Secretaria Nacional de Juventude
Letícia Vargas de Oliveira Brito – União dos Escoteiros do Brasil
Marina do Santos Ribeiro - IBASE
Roberto Tross – Fórum Nacional Juventude
Wagner de Mello Romão – Instituto Via Pública
Zezé Weiss - UNB
Oficina Educação – 23/09/2010
Carlos Teixeira – Coordenador do Ensino de EJA – SECAD / Ministério da Educação
Elisângela Lizardo de Oliveira – ANPG – Associação Nacional de Pós-Graduandos
Eveline Pinheiro V. de Queiroz – Coordenadora do Ensino Médio – SEB – Ministério da Educação
Fransérgio Goulart de Oliveira Silva – Centro de Promoção da Saúde (CEDAPS)
Gabriel Lischinsky Alves dos Santos – Centro Popular de Cultura 08 de março
Keila Leite Chaves e Antonio David de Souza - CAMPE
Maria Rodrigues Nagi – Ministério do Desenvolvimento Agrário
Letícia Brito – União dos Escoteiros do Brasil